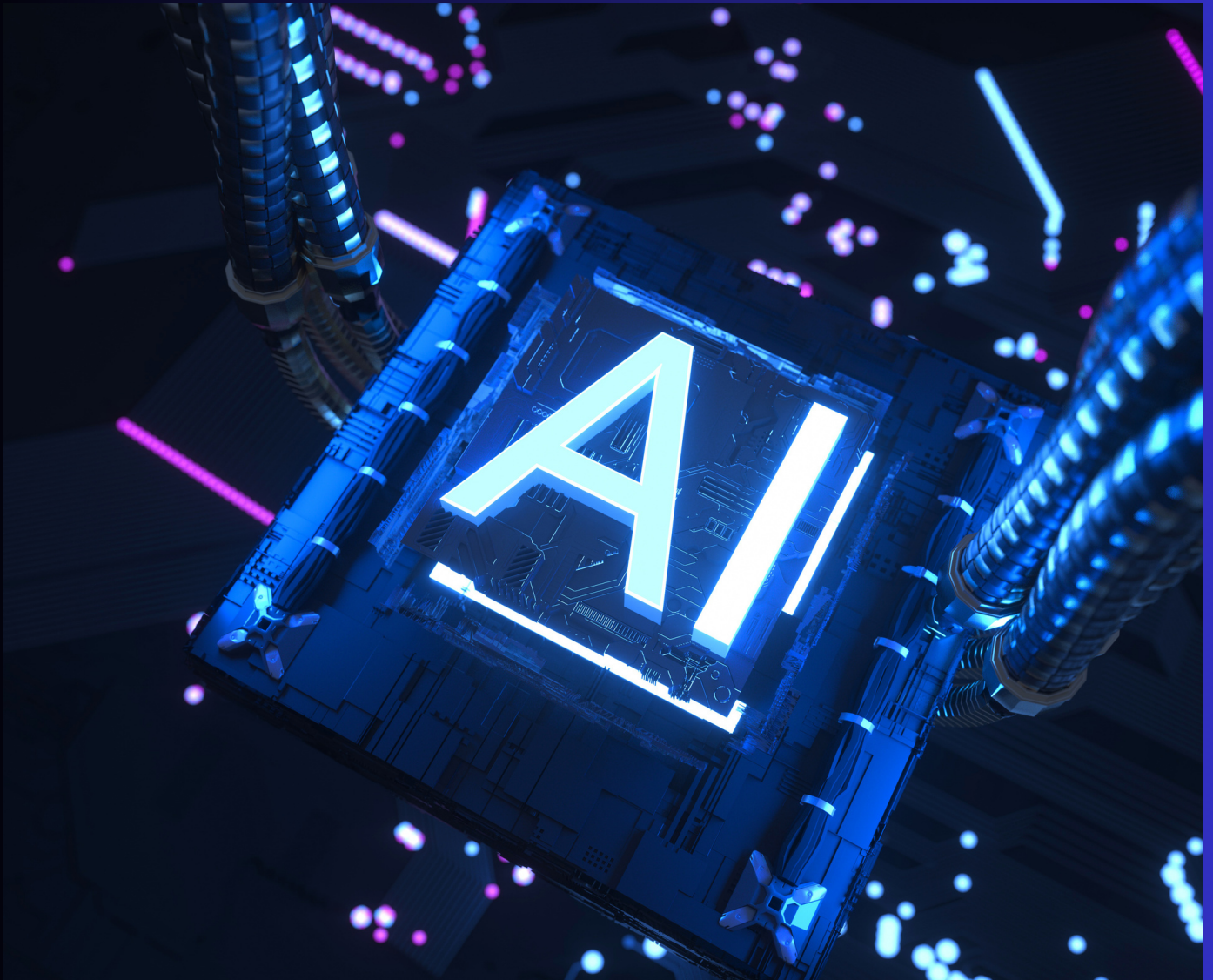


CIÊNCIA & EVOLUÇÃO

publicando o pensamento crítico



ISSN

INTERNATIONAL
STANDARD
SERIAL
NUMBER
BRAZIL

A&A
AUTORES & AUTORES
EDITORA

CIÊNCIA & EVOLUÇÃO

PUBLICANDO O PENSAMENTO CRÍTICO

Vol.3,Nº26 JULHO de 2026 ISSN: 2966-0734

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Publicada no Brasil por:



Editor responsável

Ana Alves

Coordenaram esta edição:

Fabiana Paredes Giato

Jandira Pereira Silva

Edição, Web-edição:

Ana Alves

Colunista Ana Maria de Jesus

Organização

Ana Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569

Ciência & Evolução: Publicando o Pensamento Crítico [recurso eletrônico].

O São Paulo - SP Publicação: apenas on-line Editor Responsável: ANA ALVES

Coordenação e Organização desta edição: ANA ALVES, LUCAS AUGUSTO CAMPOS DA SILVA

Editora Abreviada: A&A;

**Descrição extraída do Vol.3 n. 26 JULHO DE 2026 Disponível em: <http://www.cienciaeevolucao.com.br>
ISSN 2966-0734**

1. Educação Infantil — Direito ao Brincar — Periódicos. 2. Educação Infantil Inclusiva — Crianças com Deficiência — Periódicos. 3. Literatura Infantil — Formação de Leitores — Periódicos. 4. Afetividade e Aprendizagem — Desenvolvimento Infantil — Periódicos. 5. Tecnologias Digitais na Educação Infantil — Mediação Pedagógica — Periódicos. 6. Educação Inclusiva — Neurodiversidade — Periódicos. 7. Desenvolvimento Infantil — Brincadeira e Aprendizagem — Periódicos. 8. Avaliação Formativa — Educação Básica — Periódicos. 9. Educação de Jovens e Adultos (EJA) — Recolocação Profissional — Periódicos. 10. Preconceito Linguístico — Norma Culta e Fala Popular — Periódicos. I. Título. II. Publicando o Pensamento Crítico. III. Revista Científica Multidisciplinar. IV. A&A.

CDD 370

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA

MARIA GORETE DE JESUS COUTINHO CORDEIRO

CRB 8º/ 7959



CIÊNCIA & EVOLUÇÃO

PUBLICANDO O PENSAMENTO CRÍTICO

Vol.3,Nº26 JULHO de 2026 ISSN: 2966-0734

APRESENTAÇÃO

EDIÇÃO DE JULHO

É com grande satisfação que apresentamos a edição de julho da Revista Ciência & Evolução, mais um marco em nossa missão de fortalecer a produção científica, acadêmica e pedagógica desenvolvida por educadores de todo o Brasil.

Acreditamos que cada pesquisa, relato de experiência e reflexão aqui publicada representa muito mais do que um texto científico: representa o compromisso de professores e pesquisadores com uma educação transformadora, inclusiva e socialmente comprometida. Em um cenário de constantes mudanças, compartilhar conhecimentos torna-se um ato de valorização da prática docente e de construção coletiva de novos caminhos para a educação.

Nesta edição, reunimos artigos que abordam diferentes perspectivas do fazer pedagógico, contemplando temas atuais e relevantes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, a Educação Inclusiva, a formação docente, as metodologias inovadoras, a gestão educacional e outros assuntos que dialogam diretamente com os desafios enfrentados pelas escolas brasileiras.

A diversidade de abordagens evidencia a riqueza das experiências vivenciadas em diferentes contextos educacionais, demonstrando que a pesquisa produzida pelos professores possui papel fundamental na construção de uma educação de qualidade, pautada na reflexão crítica, na inovação e no compromisso com a aprendizagem dos estudantes.

A Revista Ciência & Evolução reafirma seu propósito de ser um espaço democrático para a divulgação do conhecimento, incentivando docentes, pesquisadores e profissionais da educação a compartilharem suas produções e contribuírem para o fortalecimento da ciência educacional brasileira.

A todos os autores que confiaram em nosso trabalho, expressamos nossa sincera gratidão. Aos leitores, desejamos que esta edição inspire novas pesquisas, provoque reflexões e fortaleça práticas pedagógicas capazes de transformar realidades.

Que esta nova edição seja uma fonte permanente de conhecimento, diálogo e evolução profissional.

Boa leitura!

Equipe Editorial

Revista Ciência & Evolução

CIÊNCIA & EVOLUÇÃO

PUBLICANDO O PENSAMENTO CRÍTICO

Vol.3,Nº26 JULHO de 2026 ISSN: 2966-0734

EDITORIAL

CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA, PESQUISA QUE INSPIRA

Chegamos à edição de julho de 2026 da Revista Ciência & Evolução renovando nosso compromisso com a valorização da produção científica, da pesquisa educacional e da disseminação de práticas pedagógicas que contribuam para uma educação pública e privada cada vez mais inclusiva, inovadora e comprometida com a formação integral dos estudantes.

Vivemos um período de profundas transformações na sociedade e, conseqüentemente, na educação. O avanço das tecnologias digitais, a presença crescente da inteligência artificial nos processos de ensino e aprendizagem, os desafios da inclusão escolar, a formação continuada dos profissionais da educação e a necessidade de fortalecer práticas pedagógicas fundamentadas em evidências tornam a produção acadêmica um instrumento indispensável para o desenvolvimento profissional docente. (PORVIR)

Nesta edição, reunimos artigos produzidos por pesquisadores, professores, gestores e estudantes que compartilham experiências, pesquisas e reflexões capazes de ampliar o diálogo entre teoria e prática. Cada texto publicado representa não apenas uma conquista acadêmica de seus autores, mas também uma contribuição significativa para toda a comunidade educacional.

Acreditamos que publicar é compartilhar conhecimento, incentivar novas pesquisas e fortalecer uma cultura de investigação permanente. Quando um educador transforma sua prática em produção científica, ele amplia horizontes, inspira outros profissionais e contribui diretamente para a melhoria da qualidade da educação.

Também reafirmamos nossa missão de incentivar a escrita acadêmica como instrumento de valorização profissional. A publicação científica fortalece currículos, amplia oportunidades na carreira docente e evidencia o protagonismo dos educadores na construção de uma escola mais democrática, inclusiva e socialmente comprometida.

A todos os autores que confiaram seus trabalhos à Revista Ciência & Evolução, nosso sincero agradecimento. Cada artigo publicado representa dedicação, estudo e o desejo de transformar realidades por meio do conhecimento.

Convidamos nossos leitores a explorarem esta edição com olhar crítico, curiosidade científica e disposição para o diálogo. Que cada página desperte novas ideias, fortaleça práticas pedagógicas e incentive novas pesquisas, pois acreditamos que a educação evolui quando o conhecimento é compartilhado.

Boa leitura!

Equipe Editorial

Revista Ciência & Evolução

Julho de 2026

CIÊNCIA & EVOLUÇÃO

PUBLICANDO O PENSAMENTO CRÍTICO

Sumário

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSTRUINDO PRÁTICAS ACOLHEDORAS
AUTOR: CLÁUDIA HELENA PAULO DE SOUZA.....PG 07

A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESENVOLVENDO A IMAGINAÇÃO, A LINGUAGEM E A FORMAÇÃO DO LEITOR
AUTOR: LILIAN MARIA MUNIZ DOS SANTOS MOTA.....PG 18

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL E A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS
AUTOR: VIVIANE CARDOSO OLIVEIRA.....PG 32

APRENDER INVESTIGANDO: O PROTAGONISMO INFANTIL NA ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO
AUTOR: ROBERTA PEREIRA DE SOUZA CASTRO RODRIGUES.....PG 46

TÍTULO: AVALIAÇÃO FORMATIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER APRENDIZAGENS SIGNIFICATIVAS
AUTOR: MARIA CRISTINA DE SOUZA.....PG 62

EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA: A IMPORTÂNCIA DA RETOMADA DOS ESTUDOS NA TERCEIRA IDADE
AUTOR: LAÍS VIEIRA VIAJANTE.....PG 82

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: CAMINHOS PARA A INOVAÇÃO E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO
AUTORA: ELZA DINIZ SEVERO.....PG 101

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: ESTRATÉGIAS PARA A APRENDIZAGEM E O DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
AUTORA: JAQUELINE COSTA MOTA.....PG 121

A DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REGISTROS QUE TORNAM VISÍVEIS AS APRENDIZAGENS E O PROTAGONISMO INFANTIL
AUTOR: JAQUELINE COSTA MOTA.....PG 132

AGRADECIMENTOS.....PG 146

CIÊNCIA & EVOLUÇÃO

PUBLICANDO O PENSAMENTO CRÍTICO



EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSTRUINDO PRÁTICAS ACOLHEDORAS

AUTOR: CLÁUDIA HELENA PAULO DE SOUZA

Resumo

A Educação Inclusiva constitui um dos principais pilares para a garantia do direito à educação de qualidade, assegurando que todas as crianças tenham acesso, participação e aprendizagem em ambientes escolares que respeitem suas singularidades. Na Educação Infantil, essa perspectiva torna-se ainda mais relevante por representar a primeira etapa da Educação Básica, período em que são construídas as bases do desenvolvimento cognitivo, social, emocional e cultural da criança. Este artigo tem como objetivo refletir sobre a importância da construção de práticas pedagógicas acolhedoras na Educação Infantil, evidenciando estratégias que favoreçam a inclusão de crianças com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e demais necessidades educacionais específicas. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, fundamentada na legislação brasileira, especialmente na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e na Base Nacional Comum Curricular, além de estudos de autores como Mantoan, Vygotsky e Carvalho. Os resultados apontam que uma escola inclusiva ultrapassa a garantia do acesso, exigindo transformações nas práticas pedagógicas, na organização dos espaços, na formação continuada dos professores e na construção de relações baseadas no respeito, na cooperação e na valorização da diversidade. Conclui-se que o acolhimento deve constituir um princípio permanente da prática educativa, promovendo ambientes capazes de assegurar o desenvolvimento integral de todas as crianças por meio de experiências significativas, do brincar, das interações e da participação ativa nas atividades escolares. Dessa forma, a inclusão fortalece não apenas a aprendizagem das crianças público-alvo da Educação Especial, mas também contribui para a formação de uma cultura escolar democrática, equitativa e comprometida com os direitos humanos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Educação Infantil; Acolhimento; Práticas Pedagógicas; Diversidade.

ABSTRACT

Inclusive Education is one of the main pillars for guaranteeing the right to quality education, ensuring that all children have access, participation and learning in educational environments that respect their individual characteristics. In Early Childhood Education, this perspective is particularly relevant because it represents the first stage of Basic Education, during which the foundations of children's cognitive, social, emotional and cultural development are established. This article aims to discuss the importance of building welcoming pedagogical practices in Early Childhood Education, highlighting strategies that promote the inclusion of children with disabilities, developmental disorders, giftedness and other specific educational needs. The study is based on bibliographical and documentary research, supported by Brazilian educational legislation, especially the Federal Constitution, the National Education Guidelines and Framework Law, the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education, the National Common Curricular Base, and studies by authors such as Mantoan, Vygotsky and Carvalho. The findings indicate that an inclusive school goes beyond guaranteeing access, requiring changes in pedagogical practices, learning environments, teacher professional development and relationships based on respect, cooperation and appreciation of diversity. It is concluded that welcoming should be a permanent principle of educational practice, promoting environments capable of ensuring the integral development of all children through meaningful experiences, play, interaction and active participation in school activities. Therefore, inclusion strengthens not only the learning of children who are the target audience of Special Education but also contributes to building a democratic, equitable and human rights-oriented school culture.

Keywords: Inclusive Education; Early Childhood Education; Welcoming; Pedagogical Practices; Diversity.

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva representa uma das maiores conquistas das políticas públicas educacionais brasileiras nas últimas décadas. Fundamentada no princípio da igualdade de oportunidades e no respeito às diferenças, ela busca assegurar que todas as crianças, independentemente de suas características físicas, intelectuais, sensoriais, sociais, culturais ou emocionais, tenham garantido o direito de aprender em ambientes escolares acolhedores e acessíveis. Mais do que matricular estudantes com deficiência nas escolas comuns, a inclusão propõe uma transformação da cultura escolar, das práticas pedagógicas e da gestão educacional, promovendo uma educação comprometida com a equidade e com a valorização da diversidade humana.

Na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, a inclusão assume papel ainda mais significativo, pois é nesse período que ocorrem importantes processos de desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo, linguístico e social. As experiências vivenciadas pelas crianças nos primeiros anos de vida influenciam diretamente sua formação integral, tornando essencial que os ambientes educativos sejam organizados de forma a favorecer a participação de todas as crianças, respeitando seus diferentes ritmos de aprendizagem e necessidades individuais.

A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, garantindo igualdade de condições para acesso e permanência na escola. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reforça esse princípio ao assegurar atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Posteriormente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva consolidou a compreensão de que as escolas devem reorganizar seus espaços, currículos, metodologias e recursos para atender à diversidade presente nas salas de aula.

Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reafirma que as interações e as brincadeiras constituem os eixos estruturantes das práticas pedagógicas na Educação Infantil, reconhecendo que todas as crianças aprendem por meio da exploração, da convivência e da participação ativa em diferentes experiências. Essa perspectiva rompe com práticas excludentes e fortalece o compromisso com uma educação que respeita as singularidades de cada criança.

Entretanto, a efetivação da inclusão ainda enfrenta desafios relacionados à formação inicial e continuada dos professores, à adaptação dos espaços físicos, à disponibilidade de recursos pedagógicos acessíveis, ao fortalecimento do trabalho colaborativo entre profissionais e ao envolvimento das famílias. Muitas instituições ainda reproduzem práticas centradas em modelos tradicionais de ensino, dificultando a participação plena das crianças que apresentam necessidades educacionais específicas.

Construir práticas acolhedoras significa compreender que o acolhimento não é apenas um momento inicial da rotina escolar, mas um princípio permanente que orienta todas as ações pedagógicas. A criança precisa sentir-se pertencente ao grupo, reconhecida em sua identidade, respeitada em suas potencialidades e estimulada a participar de todas as experiências propostas pela instituição.

Além disso, o desenvolvimento infantil ocorre de maneira singular. Cada criança possui seu tempo, suas formas de expressão e seus modos próprios de aprender. Dessa forma, o planejamento pedagógico deve contemplar estratégias diversificadas, recursos acessíveis, flexibilizações curriculares e metodologias ativas que favoreçam a aprendizagem de todos.

A atuação docente assume papel central nesse processo. O professor torna-se mediador das relações, organizador dos ambientes educativos e incentivador das interações sociais, criando oportunidades para que todas as crianças desenvolvam autonomia, autoestima, comunicação, criatividade e convivência respeitosa.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar a importância da Educação Inclusiva na Educação Infantil, destacando a construção de práticas pedagógicas acolhedoras como elemento essencial para garantir o desenvolvimento integral das crianças. Busca-se compreender como a organização dos espaços, a formação docente, o planejamento pedagógico, a parceria com as famílias e a valorização das diferenças contribuem para consolidar uma escola verdadeiramente inclusiva, democrática e comprometida com os direitos da infância.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNDAMENTOS LEGAIS E PEDAGÓGICOS

A Educação Inclusiva fundamenta-se no princípio de que toda criança tem direito à educação de qualidade, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sensoriais, sociais, culturais ou econômicas. Esse entendimento representa um avanço histórico na garantia dos direitos humanos, ao reconhecer que as diferenças fazem parte da condição humana e devem ser respeitadas no ambiente escolar. Na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, a inclusão assume papel estratégico, pois é nesse período que são construídas as bases do desenvolvimento integral da criança, envolvendo aspectos cognitivos, emocionais, motores, sociais e linguísticos.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 assegura a educação como direito de todos, estabelecendo igualdade de condições para acesso e permanência na escola. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reforça esse princípio ao determinar que a Educação Especial seja ofertada preferencialmente na rede regular de ensino. Posteriormente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva consolidou a compreensão de que cabe às escolas eliminar barreiras que dificultam a aprendizagem e promover condições adequadas para o desenvolvimento de todos os estudantes.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) fortalece essa perspectiva ao reconhecer as interações e as brincadeiras como eixos estruturantes da Educação Infantil. Todas as crianças, com ou sem deficiência, aprendem quando participam ativamente de experiências significativas, exploram diferentes linguagens e convivem em ambientes que valorizam o respeito às diferenças. Dessa forma, a inclusão deixa de ser uma ação isolada para tornar-se princípio organizador do currículo e das práticas pedagógicas.

Segundo Mantoan (2015), uma escola inclusiva não adapta apenas o aluno ao sistema escolar; ela transforma sua organização para atender à diversidade presente em seu cotidiano. Isso exige mudanças na gestão, na formação docente, na organização dos espaços, na avaliação e no planejamento pedagógico. A inclusão, portanto, não se resume ao acesso físico à escola, mas pressupõe participação, aprendizagem e pertencimento.

Nessa perspectiva, cabe à Educação Infantil promover ambientes acolhedores, estimulantes e acessíveis, nos quais todas as crianças possam brincar, interagir, experimentar, criar vínculos e desenvolver autonomia. A valorização das diferenças favorece não apenas as crianças público-alvo da Educação Especial, mas todo o grupo, contribuindo para a construção de relações pautadas na empatia, na cooperação e no respeito mútuo.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ACOLHEDORAS E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DAS CRIANÇAS

Construir práticas pedagógicas acolhedoras significa reconhecer que cada criança possui características, ritmos, interesses e formas próprias de aprender. Na Educação Infantil, o acolhimento ultrapassa o momento inicial de adaptação e transforma-se em um princípio permanente das ações educativas. A organização dos espaços, dos materiais, das interações e das experiências deve favorecer a participação efetiva de todas as crianças, respeitando suas singularidades e potencializando suas capacidades. O professor exerce papel fundamental nesse processo ao planejar atividades diversificadas que contemplem diferentes formas de participação.

Recursos visuais, materiais concretos, jogos, músicas, histórias, brincadeiras sensoriais e atividades colaborativas ampliam as possibilidades de aprendizagem e promovem maior engajamento das crianças. Estratégias como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) contribuem para a construção de práticas flexíveis, capazes de atender à diversidade presente nas salas de aula sem promover segregação.

As interações entre as crianças também constituem elemento essencial para o desenvolvimento integral. Conforme Vygotsky (2007), a aprendizagem ocorre nas relações sociais, sendo mediada pelo outro. Quando convivem em ambientes inclusivos, as crianças aprendem a respeitar diferenças, compartilhar experiências, resolver conflitos e desenvolver competências socioemocionais importantes para a vida em sociedade.

Outro aspecto relevante refere-se à organização do ambiente físico. Espaços acessíveis, seguros, estimulantes e ricos em possibilidades favorecem a exploração, a autonomia e o desenvolvimento infantil. Materiais adaptados, brinquedos inclusivos e diferentes formas de comunicação ampliam as oportunidades de participação de todas as crianças nas atividades propostas.

A avaliação também precisa assumir caráter processual, contínuo e formativo, priorizando a observação das conquistas individuais em vez da comparação entre crianças. A documentação pedagógica torna-se importante instrumento para acompanhar o desenvolvimento infantil, registrar avanços, identificar necessidades e subsidiar o planejamento das ações educativas.

Assim, práticas pedagógicas acolhedoras fortalecem vínculos afetivos, promovem segurança emocional e garantem que cada criança seja reconhecida como sujeito de direitos, protagonista de seu processo de aprendizagem e participante ativa da vida escolar.

FORMAÇÃO DOCENTE, FAMÍLIA E CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA INCLUSIVA

A efetivação da Educação Inclusiva depende diretamente da formação dos profissionais da educação e da construção de uma cultura escolar comprometida com o respeito à diversidade. A inclusão não é responsabilidade exclusiva do professor do Atendimento Educacional Especializado, mas de toda a comunidade escolar, envolvendo gestores, docentes, funcionários, famílias e demais profissionais que atuam na instituição.

A formação inicial nem sempre contempla, de forma suficiente, os conhecimentos necessários para o trabalho com a diversidade presente nas escolas. Por isso, a formação continuada torna-se indispensável para que os educadores ampliem seus conhecimentos sobre desenvolvimento infantil, acessibilidade, adaptações curriculares, recursos pedagógicos, avaliação inclusiva e estratégias de ensino que favoreçam a aprendizagem de todos os estudantes.

Mantoan (2015) destaca que a escola inclusiva exige mudanças de concepção, abandonando práticas classificatórias e valorizando o potencial de cada criança. Nesse sentido, o professor deixa de buscar limitações e passa a identificar possibilidades de aprendizagem, organizando intervenções pedagógicas que favoreçam a participação ativa dos estudantes.

A parceria entre escola e família constitui outro elemento fundamental. As famílias possuem conhecimentos importantes sobre as necessidades, interesses e potencialidades das crianças, colaborando significativamente para o planejamento das ações pedagógicas. O diálogo constante fortalece vínculos de confiança, amplia o acompanhamento do desenvolvimento infantil e contribui para a construção de estratégias conjuntas de inclusão.

Além disso, a gestão escolar desempenha papel decisivo ao promover políticas institucionais voltadas para a acessibilidade, aquisição de recursos pedagógicos, organização dos espaços físicos, incentivo à formação docente e fortalecimento do trabalho colaborativo entre os profissionais da escola.

Construir uma cultura inclusiva significa desenvolver valores de respeito, solidariedade, cooperação e equidade em todas as relações estabelecidas no ambiente escolar. Quando a diversidade é compreendida como elemento enriquecedor da aprendizagem, a escola torna-se espaço democrático, acolhedor e socialmente comprometido.

Portanto, a inclusão na Educação Infantil não representa apenas o cumprimento da legislação, mas a concretização do direito de todas as crianças de aprender, brincar, conviver e desenvolver plenamente suas potencialidades em ambientes educativos pautados na dignidade humana e na valorização das diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Inclusiva na Educação Infantil representa um compromisso ético, social e pedagógico com a garantia do direito de todas as crianças à aprendizagem, à participação e ao desenvolvimento integral. Ao longo deste estudo, evidenciou-se que a inclusão ultrapassa a simples presença da criança na escola, exigindo a construção de ambientes educativos acolhedores, acessíveis e capazes de responder às diferentes necessidades, potencialidades e formas de aprendizagem existentes em cada grupo.

Os fundamentos legais brasileiros asseguram que a educação é um direito universal e que a diversidade deve ser reconhecida como um elemento constitutivo da sociedade. Entretanto, a efetivação desses princípios depende de ações concretas no cotidiano escolar, envolvendo planejamento pedagógico inclusivo, formação continuada dos profissionais, reorganização dos espaços educativos, utilização de recursos acessíveis e fortalecimento das relações entre escola, família e comunidade.

A Educação Infantil ocupa posição estratégica nesse processo por ser a primeira etapa da Educação Básica. É nesse período que as crianças constroem valores, desenvolvem habilidades sociais, cognitivas, emocionais e motoras, aprendem a conviver com as diferenças e estabelecem vínculos fundamentais para sua trajetória escolar. Assim, práticas pedagógicas acolhedoras favorecem não apenas as crianças público-alvo da Educação Especial, mas promovem experiências significativas para todo o grupo, fortalecendo a cooperação, a empatia, a autonomia e o respeito mútuo.

Outro aspecto relevante refere-se ao papel do professor como mediador da aprendizagem. O educador necessita compreender que cada criança possui ritmos, interesses e formas próprias de aprender, cabendo-lhe organizar situações pedagógicas diversificadas que ampliem as possibilidades de participação de todos. Nesse contexto, a observação, a escuta sensível, a documentação pedagógica e a avaliação formativa tornam-se instrumentos essenciais para acompanhar o desenvolvimento infantil e orientar intervenções qualificadas.

Também se destaca a importância da gestão escolar na consolidação de uma cultura inclusiva. A promoção de espaços acessíveis, o investimento em formação docente, a aquisição de materiais pedagógicos adequados e o incentivo ao trabalho colaborativo fortalecem práticas comprometidas com a equidade e a valorização da diversidade.

Conclui-se que construir práticas acolhedoras na Educação Infantil significa reconhecer cada criança como sujeito de direitos, respeitando sua singularidade e garantindo oportunidades reais de aprendizagem e participação. A inclusão deve ser compreendida como princípio permanente da ação educativa e como responsabilidade compartilhada entre todos os atores envolvidos no processo educacional.

Por fim, espera-se que as reflexões apresentadas neste artigo contribuam para ampliar o debate sobre a Educação Inclusiva, incentivando professores, gestores e pesquisadores a desenvolverem práticas pedagógicas inovadoras, humanizadas e comprometidas com uma escola verdadeiramente democrática. Investir na inclusão desde a primeira infância é investir em uma sociedade mais justa, equitativa e capaz de reconhecer a diversidade como riqueza humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.



BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos "is". 12. ed. Porto Alegre: Mediação, 2018.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? 2. ed. São Paulo: Summus, 2015.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. A formação social da mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESENVOLVENDO A IMAGINAÇÃO, A LINGUAGEM E A FORMAÇÃO DO LEITOR

AUTOR: LILIAN MARIA MUNIZ DOS SANTOS MOTA

RESUMO

A contação de histórias constitui uma das práticas pedagógicas mais significativas na Educação Infantil, pois promove o desenvolvimento da linguagem, da imaginação, da criatividade, da oralidade e das competências socioemocionais das crianças. Ao ouvir histórias, as crianças ampliam seu repertório cultural, desenvolvem a capacidade de interpretação, constroem valores éticos e fortalecem vínculos afetivos com os adultos e com seus pares. Este artigo tem como objetivo analisar a importância da contação de histórias como estratégia pedagógica para o desenvolvimento integral das crianças na Educação Infantil, evidenciando sua contribuição para a formação do leitor desde a primeira infância. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, fundamentada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e em estudos de autores como Fanny Abramovich, Regina Machado, Lev Vygotsky, Jerome Bruner, Paulo Freire e Zilma de Moraes Ramos de Oliveira. Os resultados apontam que a literatura infantil e a narrativa oral favorecem o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e linguístico, além de despertarem o interesse pela leitura de forma prazerosa. Destaca-se, ainda, o papel do professor como mediador das experiências literárias, criando ambientes acolhedores e organizando situações de aprendizagem que valorizem a escuta, o diálogo, a imaginação e a participação ativa das crianças. Conclui-se que a contação de histórias deve integrar a rotina pedagógica da Educação Infantil como prática permanente, contribuindo para a formação de leitores críticos, criativos e sensíveis, além de fortalecer o direito das crianças à cultura, à imaginação e à aprendizagem por meio das múltiplas linguagens.

Palavras-chave: Contação de histórias; Educação Infantil; Literatura Infantil; Formação do Leitor; Linguagem.

ABSTRACT

Storytelling is one of the most meaningful pedagogical practices in Early Childhood Education, as it promotes the development of language, imagination, creativity, oral communication and socio-emotional skills in children. By listening to stories, children expand their cultural repertoire, develop interpretative abilities, build ethical values and strengthen emotional bonds with adults and peers. This article aims to analyze the importance of storytelling as a pedagogical strategy for children's integral development in Early Childhood Education, highlighting its contribution to the formation of readers from early childhood. The study is based on bibliographical and documentary research supported by the National Common Curricular Base (BNCC), the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education (DCNEI), and the works of Fanny Abramovich, Regina Machado, Lev Vygotsky, Jerome Bruner, Paulo Freire and Zilma de Moraes Ramos de Oliveira. The findings indicate that children's literature and oral narratives foster cognitive, emotional, social and linguistic development while encouraging a pleasurable interest in reading. The teacher's role as a mediator of literary experiences is also emphasized by creating welcoming environments and organizing learning situations that value listening, dialogue, imagination and children's active participation. It is concluded that storytelling should be incorporated into the daily routine of Early Childhood Education as a permanent pedagogical practice, contributing to the development of critical, creative and sensitive readers while strengthening children's right to culture, imagination and learning through multiple languages.

Keywords: Storytelling; Early Childhood Education; Children's Literature; Reader Formation; Language.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e desempenha papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças. Nessa fase da vida, experiências relacionadas à linguagem, às interações, às brincadeiras e ao contato com diferentes manifestações culturais contribuem significativamente para a construção da identidade, da autonomia e das competências necessárias ao processo de aprendizagem. Entre as diversas práticas pedagógicas desenvolvidas nesse contexto, a contação de histórias destaca-se como uma estratégia capaz de integrar aspectos cognitivos, emocionais, sociais, culturais e linguísticos, promovendo experiências significativas e fortalecendo o vínculo das crianças com a literatura desde os primeiros anos de vida.

Contar histórias é uma prática ancestral presente em diferentes culturas e gerações. Muito antes da escrita, os povos transmitiam conhecimentos, tradições, valores e costumes por meio da oralidade. Na contemporaneidade, essa tradição mantém sua relevância no contexto educacional, especialmente na Educação Infantil, onde as narrativas despertam a imaginação, ampliam o repertório cultural e favorecem o desenvolvimento da linguagem oral e da capacidade de expressão das crianças.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece que as interações e as brincadeiras constituem os eixos estruturantes das práticas pedagógicas da Educação Infantil. Nesse cenário, a literatura infantil e a contação de histórias assumem papel essencial ao possibilitar que as crianças explorem diferentes linguagens, expressem sentimentos, formulem hipóteses, desenvolvam a criatividade e construam significados a partir das experiências vivenciadas durante as narrativas.

Autores como Lev Vygotsky defendem que o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais e da mediação cultural. A linguagem ocupa posição central nesse processo, permitindo que a criança organize o pensamento, atribua sentidos ao mundo e estabeleça relações com os outros. A contação de histórias potencializa essa mediação ao proporcionar momentos de diálogo, escuta, interpretação e construção coletiva de conhecimentos.



Fanny Abramovich destaca que ouvir histórias constitui uma das experiências mais importantes da infância, pois desperta emoções, amplia a imaginação e aproxima a criança do universo literário de maneira prazerosa. Da mesma forma, Regina Machado enfatiza que narrar histórias é uma arte que envolve expressão corporal, entonação, sensibilidade e criatividade, transformando o ato de contar em uma experiência estética e afetiva.

Além do desenvolvimento da linguagem, a literatura infantil favorece a formação de valores relacionados ao respeito, à solidariedade, à diversidade, à empatia e à convivência democrática. Por meio dos personagens e das situações apresentadas nas narrativas, as crianças refletem sobre conflitos, emoções, diferenças e formas de resolver problemas, fortalecendo competências socioemocionais indispensáveis para a vida em sociedade.

Outro aspecto relevante refere-se à formação do leitor. O interesse pela leitura não surge apenas no processo de alfabetização, mas começa a ser construído desde os primeiros contatos da criança com livros, histórias, poemas, parlendas, cantigas e demais manifestações da cultura escrita. Quando o professor organiza momentos permanentes de leitura e contação de histórias, cria oportunidades para que a criança estabeleça vínculos afetivos com os livros e desenvolva o gosto pela leitura.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a importância da contação de histórias na Educação Infantil, destacando sua contribuição para o desenvolvimento da imaginação, da linguagem, da criatividade e da formação do leitor. Busca-se evidenciar o papel do professor como mediador das experiências literárias e refletir sobre práticas pedagógicas que fortaleçam o direito das crianças ao acesso à literatura de qualidade, promovendo uma educação humanizadora, significativa e comprometida com o desenvolvimento integral.

A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A contação de histórias constitui uma das práticas pedagógicas mais relevantes na Educação Infantil por promover aprendizagens significativas que articulam imaginação, linguagem, afetividade, cultura e desenvolvimento integral. Desde os primeiros anos de vida, as crianças demonstram interesse por narrativas, personagens, cantigas, poemas e histórias que despertam sua curiosidade e ampliam sua compreensão do mundo. Nesse sentido, contar histórias vai muito além de uma atividade recreativa; trata-se de uma ação educativa intencional que favorece o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e linguístico, fortalecendo o processo de formação humana desde a primeira infância.

Ao longo da história da humanidade, a oralidade desempenhou papel fundamental na transmissão de conhecimentos, tradições, crenças e valores culturais. Muito antes do surgimento da escrita, diferentes povos utilizavam as narrativas para preservar suas memórias coletivas, compartilhar experiências e ensinar às novas gerações aspectos relacionados à convivência, à identidade e à cultura. Essa herança permanece viva na Educação Infantil, onde o ato de narrar histórias aproxima as crianças do patrimônio cultural da sociedade e amplia suas possibilidades de interpretação da realidade.

Na escola, a contação de histórias cria oportunidades para que as crianças vivenciem experiências estéticas, expressem emoções, construam hipóteses e desenvolvam diferentes formas de comunicação. A literatura infantil oferece contato com múltiplos cenários, personagens e situações que estimulam a imaginação e favorecem a elaboração de pensamentos cada vez mais complexos.

A literatura infantil oferece contato com múltiplos cenários, personagens e situações que estimulam a imaginação e favorecem a elaboração de pensamentos cada vez mais complexos. Ao ouvir uma narrativa, a criança cria imagens mentais, antecipa acontecimentos, formula perguntas, interpreta ações dos personagens e estabelece relações entre o enredo e suas próprias experiências, desenvolvendo importantes habilidades cognitivas.



A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece que as interações e as brincadeiras são os eixos estruturantes da Educação Infantil e destaca que as práticas pedagógicas devem garantir experiências que promovam a escuta, a fala, o pensamento e a imaginação. Nesse contexto, a contação de histórias torna-se uma estratégia privilegiada para assegurar os direitos de aprendizagem das crianças, estimulando sua participação ativa e fortalecendo os campos de experiência previstos no documento, especialmente "Escuta, fala, pensamento e imaginação". Durante as narrativas, as crianças ampliam o vocabulário, desenvolvem a capacidade argumentativa, aprimoram a comunicação oral e constroem significados sobre diferentes aspectos da vida em sociedade.

Segundo Fanny Abramovich (1997), ouvir histórias é uma das experiências mais importantes da infância, pois desperta emoções, promove encantamento e possibilita inúmeras descobertas. A autora ressalta que cada narrativa oferece à criança oportunidades para refletir sobre sentimentos, enfrentar medos, compreender conflitos e desenvolver a sensibilidade. Dessa forma, a literatura infantil contribui não apenas para a aprendizagem da linguagem, mas também para a construção da identidade, da autoestima e das competências socioemocionais.

A organização do ambiente escolar exerce influência direta na qualidade das experiências de leitura. Espaços aconchegantes, cantinhos da leitura, bibliotecas acessíveis e ambientes ricos em livros ilustrados convidam as crianças ao contato permanente com a literatura. Esses espaços favorecem momentos espontâneos de exploração dos livros, despertando a curiosidade e incentivando a formação de vínculos afetivos com a leitura desde a primeira infância. Outro aspecto fundamental refere-se ao planejamento docente. O professor precisa selecionar obras literárias de qualidade, considerando a faixa etária, os interesses das crianças, a diversidade cultural e os objetivos pedagógicos pretendidos. Livros que abordam amizade, respeito às diferenças, cooperação, diversidade familiar, identidade, cultura afro-brasileira, povos indígenas, meio ambiente e inclusão ampliam o repertório das crianças e favorecem a construção de valores éticos e democráticos.



Além da leitura em voz alta, diferentes recursos podem enriquecer a contação de histórias. O uso de fantoches, dedoches, aventais pedagógicos, teatro de sombras, tapetes narrativos, caixas de histórias, objetos concretos, músicas e dramatizações desperta o interesse das crianças e torna a narrativa mais envolvente. Entretanto, esses recursos devem complementar a história, e não substituir a riqueza da linguagem literária. O elemento central permanece sendo a interação entre o contador e seu público, marcada pela expressividade, pela escuta sensível e pelo diálogo.

Após a narrativa, o professor pode ampliar as possibilidades de aprendizagem por meio de rodas de conversa, recontos, dramatizações, ilustrações, produções artísticas, jogos simbólicos e criação de novos finais para as histórias. Essas atividades favorecem a expressão oral, a criatividade, a memória, a capacidade de argumentação e o protagonismo infantil. Ao compartilhar interpretações e emoções despertadas pela leitura, as crianças aprendem a respeitar diferentes pontos de vista, desenvolvendo competências essenciais para a convivência democrática.

Sob a perspectiva histórico-cultural de Lev Vygotsky, a aprendizagem ocorre nas interações sociais e é potencializada pela mediação realizada pelos adultos. Nesse sentido, o professor atua como mediador entre a criança e a literatura, organizando experiências que ampliam a zona de desenvolvimento proximal e possibilitam novas formas de pensar, imaginar e comunicar. A narrativa torna-se, assim, um poderoso instrumento de mediação cultural, favorecendo a construção do conhecimento e o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Portanto, a contação de histórias deve integrar permanentemente a rotina da Educação Infantil como prática pedagógica planejada, intencional e significativa. Ao promover o contato das crianças com a literatura desde os primeiros anos de vida, a escola contribui para o desenvolvimento integral, fortalece a formação de leitores e assegura o direito das crianças de acessar diferentes manifestações culturais. Mais do que formar futuros leitores, a contação de histórias forma sujeitos críticos, criativos, sensíveis e capazes de compreender o mundo por meio da imaginação, da linguagem e da cultura.

LITERATURA INFANTIL, IMAGINAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM

A literatura infantil desempenha papel essencial na formação integral das crianças, constituindo-se como um importante instrumento de desenvolvimento da imaginação, da linguagem, da criatividade e da capacidade de compreender o mundo. Na Educação Infantil, o contato frequente com histórias, poemas, cantigas, parlendas e diferentes gêneros literários proporciona experiências que ampliam o repertório cultural das crianças e favorecem a construção de conhecimentos por meio da ludicidade e da interação.

Desde os primeiros anos de vida, a criança utiliza a imaginação como forma de interpretar a realidade e atribuir significado às experiências vividas. Ao ouvir histórias, cria imagens mentais, identifica-se com personagens, antecipa acontecimentos e estabelece relações entre os acontecimentos narrados e o seu cotidiano. Esse processo estimula o pensamento simbólico, amplia a criatividade e fortalece habilidades cognitivas indispensáveis para o desenvolvimento infantil.

Sob a perspectiva histórico-cultural de Lev Vygotsky, a imaginação está diretamente relacionada às experiências sociais e culturais da criança. Quanto maior a diversidade de vivências proporcionadas pelo ambiente educativo, maiores serão as possibilidades de criação, expressão e aprendizagem. Nesse sentido, a literatura infantil representa uma rica fonte de experiências simbólicas, permitindo que a criança explore diferentes contextos, culturas, sentimentos e formas de convivência, ampliando sua compreensão da realidade e sua capacidade de interpretar o mundo.



Outro aspecto relevante refere-se ao desenvolvimento da linguagem oral. Durante a escuta das histórias, as crianças entram em contato com novas palavras, diferentes estruturas textuais e variadas formas de expressão. Esse contato contribui para a ampliação do vocabulário, para o aperfeiçoamento da comunicação e para o desenvolvimento da capacidade de argumentação. Ao participar de rodas de conversa, recontar histórias, comentar personagens e compartilhar interpretações, a criança organiza o pensamento, fortalece a oralidade e desenvolve competências comunicativas fundamentais para sua trajetória escolar.

A literatura também favorece a aproximação das crianças com a cultura escrita, preparando-as para os processos de alfabetização e letramento de maneira natural e prazerosa. Na Educação Infantil, o objetivo não é ensinar a ler de forma sistemática, mas proporcionar experiências significativas com os livros, despertando o interesse pela leitura e formando atitudes positivas em relação ao universo literário. Esse contato precoce fortalece a curiosidade, o gosto pelos livros e a compreensão de que a leitura é uma prática social presente em diferentes contextos da vida cotidiana.

Além das contribuições cognitivas e linguísticas, as narrativas desempenham importante função no desenvolvimento socioemocional. Os conflitos vivenciados pelos personagens permitem que as crianças reconheçam sentimentos como alegria, medo, tristeza, coragem, amizade e solidariedade. Ao refletirem sobre essas emoções, desenvolvem empatia, respeito às diferenças e habilidades relacionadas à convivência democrática. A literatura infantil, portanto, favorece a construção de valores éticos e humanizadores, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes, críticos e sensíveis.

Nesse contexto, cabe ao professor selecionar obras literárias de qualidade, que valorizem a diversidade cultural, étnico-racial, familiar e social presente na sociedade contemporânea. A mediação docente é fundamental para estimular a participação das crianças, promover diálogos sobre as histórias e incentivar interpretações que ampliem a compreensão do texto e da realidade.



Assim, a literatura infantil consolida-se como um recurso pedagógico indispensável na Educação Infantil, contribuindo para o desenvolvimento da linguagem, da imaginação e da formação de leitores capazes de construir sentidos, expressar ideias e participar ativamente da cultura escrita.

O PAPEL DO PROFESSOR CONTADOR DE HISTÓRIAS NA FORMAÇÃO DO LEITOR

A formação do leitor tem início muito antes da alfabetização, sendo construída por meio das experiências que a criança vivencia com a linguagem oral, os livros e as diversas manifestações da literatura infantil. Nesse processo, o professor da Educação Infantil desempenha papel fundamental como mediador entre a criança e o universo literário, proporcionando situações de aprendizagem que despertam o interesse pela leitura, estimulam a imaginação e fortalecem o desenvolvimento integral. Mais do que transmitir histórias, o educador cria oportunidades para que a criança estabeleça vínculos afetivos com os livros e descubra a leitura como fonte de conhecimento, prazer e expressão cultural.

Ser um professor contador de histórias exige planejamento, sensibilidade e intencionalidade pedagógica. A escolha das obras deve considerar a faixa etária, os interesses das crianças, a qualidade literária do texto e a diversidade de temas que contribuam para ampliar o repertório cultural do grupo. Histórias que abordam amizade, respeito às diferenças, identidade, inclusão, meio ambiente, cultura popular e diversidade étnico-racial possibilitam reflexões importantes e favorecem a construção de valores relacionados à cidadania, à convivência democrática e ao respeito aos direitos humanos. A maneira como o professor conduz a narrativa também influencia diretamente o envolvimento das crianças. A expressividade da voz, a utilização de pausas, a entonação, as expressões faciais, os gestos e o contato visual tornam a experiência mais significativa e favorecem a compreensão do enredo.

Conforme destaca Regina Machado, contar histórias é uma arte que requer preparo e autenticidade, permitindo que o narrador estabeleça uma relação de encantamento e proximidade com seus ouvintes.

Outro aspecto essencial refere-se à organização dos espaços de leitura. Ambientes acolhedores, cantinhos literários, bibliotecas acessíveis e acervos diversificados incentivam o contato cotidiano das crianças com os livros. Quando a leitura faz parte da rotina escolar, ela deixa de ser uma atividade esporádica e passa a integrar a cultura da instituição, fortalecendo o hábito leitor desde os primeiros anos de vida.

Após a narrativa, o professor pode desenvolver diferentes estratégias para ampliar as aprendizagens, como rodas de conversa, dramatizações, recontos, produções artísticas, confecção de personagens, jogos simbólicos, criação de finais alternativos e atividades interdisciplinares inspiradas nas histórias. Essas práticas favorecem o desenvolvimento da oralidade, da criatividade, da memória, da expressão corporal e da capacidade de argumentação, além de estimular o protagonismo infantil.

A parceria entre escola e família também representa um fator importante para a formação do leitor. Projetos de leitura compartilhada, empréstimo de livros, malas viajantes e momentos de contação de histórias com a participação das famílias ampliam as experiências literárias para além do ambiente escolar, fortalecendo os vínculos entre crianças, familiares e professores. Quando a leitura é valorizada em diferentes contextos, a criança compreende que os livros fazem parte da vida cotidiana e constituem importantes instrumentos de aprendizagem e cultura.

Dessa forma, o professor contador de histórias assume papel estratégico na constituição de leitores críticos, criativos e autônomos. Sua atuação vai além da leitura de textos, pois envolve a criação de experiências capazes de despertar emoções, estimular a curiosidade, promover o pensamento crítico e desenvolver a sensibilidade estética. Ao integrar a literatura infantil de forma permanente ao cotidiano da Educação Infantil, o educador contribui para a formação de crianças que valorizam a leitura, reconhecem a diversidade cultural e constroem conhecimentos por meio da imaginação, da linguagem e das interações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contação de histórias constitui uma prática pedagógica essencial na Educação Infantil, pois promove aprendizagens significativas que contribuem para o desenvolvimento integral das crianças. Ao longo deste estudo, evidenciou-se que a literatura infantil ultrapassa o caráter recreativo, configurando-se como um importante instrumento de formação humana, capaz de estimular a imaginação, fortalecer a linguagem, ampliar o repertório cultural e favorecer a construção de vínculos afetivos com a leitura desde os primeiros anos de vida.

As reflexões apresentadas demonstram que o contato sistemático com narrativas literárias possibilita às crianças desenvolverem competências cognitivas, linguísticas, emocionais e sociais indispensáveis para sua formação. Ao ouvir histórias, interpretar personagens, participar de rodas de conversa e recriar narrativas, elas ampliam o vocabulário, organizam o pensamento, desenvolvem a criatividade e aprendem a expressar sentimentos, opiniões e experiências de maneira cada vez mais autônoma. Essas vivências fortalecem o protagonismo infantil e favorecem a construção de aprendizagens pautadas na curiosidade, na investigação e na participação ativa.

Outro aspecto relevante refere-se ao papel do professor como mediador das experiências literárias. A atuação docente exige planejamento, sensibilidade e conhecimento acerca da literatura infantil, permitindo selecionar obras de qualidade que dialoguem com os interesses das crianças e com os objetivos pedagógicos da Educação Infantil. Mais do que ler histórias, o educador cria ambientes acolhedores, organiza situações de interação e promove experiências que despertam o prazer pela leitura e o encantamento pelo universo literário.



Também se destaca a importância da organização dos espaços educativos e da construção de uma rotina que valorize a leitura como prática cotidiana. Cantinhos da leitura, bibliotecas acessíveis, acervos diversificados e momentos permanentes de contação de histórias favorecem a aproximação das crianças com os livros e contribuem para a formação de leitores desde a primeira infância. Da mesma forma, a participação das famílias amplia essas experiências, fortalecendo a relação entre escola, criança e comunidade e consolidando uma cultura leitora que ultrapassa os limites do ambiente escolar.

Além de favorecer o desenvolvimento da linguagem e da imaginação, a literatura infantil desempenha papel significativo na formação ética e cidadã. As histórias possibilitam reflexões sobre amizade, respeito, solidariedade, diversidade, inclusão, empatia e resolução de conflitos, contribuindo para a construção de valores essenciais à convivência democrática. Nesse sentido, a leitura torna-se um poderoso instrumento de humanização, permitindo que as crianças compreendam diferentes perspectivas, respeitem as diferenças e desenvolvam sensibilidade diante das múltiplas realidades presentes na sociedade.

Conclui-se, portanto, que a contação de histórias deve integrar permanentemente o currículo da Educação Infantil como prática pedagógica intencional, planejada e significativa. Quando incorporada ao cotidiano escolar, ela fortalece o desenvolvimento integral das crianças, promove o acesso à cultura, estimula a formação de leitores críticos e contribui para a construção de uma educação comprometida com os princípios da Base Nacional Comum Curricular e com os direitos de aprendizagem da infância. Investir na literatura infantil significa investir na formação de sujeitos criativos, sensíveis, reflexivos e capazes de transformar o mundo por meio do conhecimento, da imaginação e da leitura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVICH, Fanny. Literatura infantil: gostosuras e bobices. 6. ed. São Paulo: Scipione, 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 2010.

BRUNER, Jerome. A cultura da educação. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BUSATTO, Cléo. Contar & Encantar: pequenos segredos da narrativa. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

COELHO, Nelly Novaes. Literatura Infantil: teoria, análise e didática. 8. ed. São Paulo: Moderna, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

MACHADO, Regina. A arte de brincar de contar histórias. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2015.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2023.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. A formação social da mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL E A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS

AUTOR: VIVIANE CARDOSO OLIVEIRA

RESUMO

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva constitui um importante instrumento para assegurar o direito de todas as crianças à educação de qualidade desde a primeira infância. Na Educação Infantil, a inclusão deve ser compreendida como um processo que promove o acesso, a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças público-alvo da Educação Especial, respeitando suas singularidades, potencialidades e diferentes formas de aprender. Este artigo tem como objetivo analisar a importância das estratégias pedagógicas inclusivas na Educação Infantil, destacando práticas que favoreçam a participação ativa das crianças em todos os momentos da rotina escolar. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, fundamentada na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, na Lei Brasileira de Inclusão e na Base Nacional Comum Curricular, além das contribuições teóricas de Maria Teresa Eglér Mantoan, Rosita Edler Carvalho, Lev Vygotsky, Paulo Freire e Zilma de Moraes Ramos de Oliveira. Os resultados evidenciam que a construção de práticas inclusivas exige planejamento pedagógico flexível, organização de ambientes acessíveis, utilização de recursos diversificados, formação continuada dos professores e fortalecimento da parceria entre escola, família e Atendimento Educacional Especializado. Conclui-se que a inclusão na Educação Infantil fortalece o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e linguístico de todas as crianças, contribuindo para a construção de uma escola democrática, acolhedora e comprometida com a equidade, a valorização da diversidade e a garantia dos direitos de aprendizagem previstos nas políticas públicas educacionais brasileiras.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação Infantil; Educação Inclusiva; Práticas Pedagógicas; Desenvolvimento Integral.

ABSTRACT

Special Education from the perspective of Inclusive Education is an essential means of ensuring the right of every child to quality education from early childhood. In Early Childhood Education, inclusion should be understood as a process that promotes access, participation, learning and the integral development of children who are the target audience of Special Education, respecting their individual characteristics, potential and different ways of learning. This article aims to analyze the importance of inclusive pedagogical strategies in Early Childhood Education, highlighting practices that encourage children's active participation in all aspects of school life. The study is based on bibliographical and documentary research supported by the Brazilian Federal Constitution of 1988, the National Education Guidelines and Framework Law, the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education, the Brazilian Inclusion Law and the National Common Curricular Base, as well as the theoretical contributions of Maria Teresa Eglér Mantoan, Rosita Edler Carvalho, Lev Vygotsky, Paulo Freire and Zilma de Moraes Ramos de Oliveira. The findings indicate that the implementation of inclusive practices requires flexible pedagogical planning, accessible learning environments, diversified educational resources, continuous teacher professional development and strong collaboration among schools, families and Specialized Educational Services. It is concluded that inclusion in Early Childhood Education strengthens the cognitive, social, emotional and linguistic development of all children, contributing to the construction of a democratic, welcoming and equitable school that values diversity and guarantees children's learning rights.

Keywords: Special Education; Early Childhood Education; Inclusive Education; Pedagogical Practices; Integral Development.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil representa a primeira etapa da Educação Básica e constitui um período fundamental para o desenvolvimento integral das crianças, envolvendo aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, linguísticos e culturais. É nesse momento que se estruturam as primeiras experiências de convivência coletiva, de construção da identidade, de desenvolvimento da autonomia e de interação com diferentes formas de linguagem e conhecimento. Nesse contexto, a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva assume papel essencial

A Educação Infantil representa a primeira etapa da Educação Básica e constitui um período fundamental para o desenvolvimento integral das crianças, envolvendo aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, linguísticos e culturais. É nesse momento que se estruturam as primeiras experiências de convivência coletiva, de construção da identidade, de desenvolvimento da autonomia e de interação com diferentes formas de linguagem e conhecimento. Nesse contexto, a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva assume papel essencial ao assegurar que todas as crianças, independentemente de suas características, condições ou necessidades específicas, tenham garantido o direito de participar, aprender e desenvolver suas potencialidades em ambientes educativos acolhedores, acessíveis e promotores da equidade.

Nas últimas décadas, a educação brasileira passou por importantes transformações em relação ao atendimento das pessoas com deficiência. O paradigma da integração, que condicionava a permanência do estudante à sua adaptação ao sistema escolar, foi gradativamente substituído pelo paradigma da inclusão, que compreende a diversidade como característica inerente à condição humana e atribui à escola a responsabilidade de eliminar barreiras que dificultam a aprendizagem e a participação de todos os estudantes.

al ao assegurar que todas as crianças, independentemente de suas características, condições ou necessidades específicas, tenham garantido o direito de participar, aprender e desenvolver suas potencialidades em ambientes educativos acolhedores, acessíveis e promotores da equidade.

Nas últimas décadas, a educação brasileira passou por importantes transformações em relação ao atendimento das pessoas com deficiência. O paradigma da integração, que condicionava a permanência do estudante à sua adaptação ao sistema escolar, foi gradativamente substituído pelo paradigma da inclusão, que compreende a diversidade como característica inerente à condição humana e atribui à escola a responsabilidade de eliminar barreiras que dificultam a aprendizagem e a participação de todos os estudantes.



Esse avanço encontra respaldo em importantes dispositivos legais. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, assegurando igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reforça que a Educação Especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, promovendo o atendimento às necessidades educacionais específicas dos estudantes. Posteriormente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva consolidou o entendimento de que a inclusão escolar exige transformações pedagógicas, organizacionais e culturais que assegurem o acesso, a participação e a aprendizagem de todos.

Outro importante marco foi a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que reafirma o direito à educação inclusiva em todos os níveis de ensino e estabelece que nenhuma pessoa pode ser excluída do sistema educacional em razão de sua deficiência. No âmbito da Educação Infantil, esses princípios dialogam diretamente com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reconhece as crianças como sujeitos históricos, sociais e de direitos, capazes de construir conhecimentos por meio das interações, das brincadeiras e das múltiplas linguagens.

A BNCC organiza a Educação Infantil a partir dos direitos de aprendizagem e dos campos de experiência, valorizando a participação ativa das crianças na construção do conhecimento. Essa concepção favorece a inclusão ao reconhecer que cada criança aprende de maneira singular, possui diferentes ritmos de desenvolvimento e necessita de oportunidades diversificadas para explorar o ambiente, interagir com os colegas, expressar sentimentos, comunicar ideias e construir sua autonomia. Nessa perspectiva, a Educação Especial não deve ser compreendida como um conjunto de práticas isoladas destinadas exclusivamente às crianças com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação.



Ao contrário, ela integra a proposta pedagógica da escola, contribuindo para a construção de ambientes inclusivos capazes de atender à diversidade presente nas instituições de Educação Infantil. A adoção de estratégias pedagógicas flexíveis, recursos acessíveis, metodologias diversificadas e avaliações formativas beneficia todas as crianças, fortalecendo o princípio da equidade e garantindo oportunidades reais de aprendizagem.

Entretanto, a consolidação da educação inclusiva ainda enfrenta desafios importantes. Entre eles destacam-se a necessidade de investimentos em acessibilidade física e pedagógica, a ampliação da oferta de recursos de tecnologia assistiva, o fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado, a formação inicial e continuada dos professores e o desenvolvimento de práticas colaborativas entre docentes, equipes gestoras, profissionais especializados e famílias. Esses elementos são fundamentais para superar concepções excludentes e construir uma cultura escolar baseada no respeito às diferenças, na cooperação e na valorização da diversidade.

A atuação do professor assume papel estratégico nesse processo. Cabe ao educador planejar experiências que respeitem as singularidades das crianças, organizando ambientes estimulantes, acessíveis e desafiadores. A observação atenta, a escuta sensível e a mediação qualificada permitem identificar potencialidades, acompanhar o desenvolvimento infantil e propor intervenções pedagógicas que favoreçam a participação de todos. O professor deixa de concentrar sua atenção nas limitações e passa a reconhecer as possibilidades de aprendizagem existentes em cada criança, promovendo experiências significativas por meio das brincadeiras, das interações, da exploração e da convivência.

A parceria entre escola e família também constitui elemento indispensável para o sucesso das práticas inclusivas. O diálogo permanente possibilita conhecer melhor as necessidades, interesses e potencialidades das crianças, fortalecendo ações conjuntas voltadas ao seu desenvolvimento integral.

Da mesma forma, o trabalho articulado com o Atendimento Educacional Especializado amplia as possibilidades de adaptação de recursos, elaboração de estratégias pedagógicas e construção de práticas mais acessíveis e inclusivas.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a importância da Educação Especial na Educação Infantil, destacando estratégias pedagógicas capazes de promover o desenvolvimento integral e a participação das crianças público-alvo da Educação Especial. Busca-se refletir sobre os fundamentos legais e pedagógicos da educação inclusiva, discutir práticas que favoreçam a aprendizagem de todas as crianças e evidenciar a importância do trabalho colaborativo entre professores, famílias, gestores e profissionais do Atendimento Educacional Especializado para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, democrática e comprometida com os direitos da infância.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, constitui uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e etapas da Educação Básica, tendo como finalidade garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem das crianças público-alvo da Educação Especial nas classes comuns do ensino regular. Na Educação Infantil, essa perspectiva assume importância singular, pois os primeiros anos de vida são determinantes para o desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo, social e linguístico, tornando indispensável a construção de ambientes educativos que respeitem as singularidades de cada criança e promovam oportunidades equitativas de aprendizagem.



A Constituição Federal de 1988 assegura a educação como direito de todos e estabelece a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reafirma esse princípio ao determinar que o atendimento educacional especializado seja ofertado preferencialmente na rede regular de ensino. Posteriormente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) fortaleceu a compreensão de que a escola deve reorganizar seus currículos, metodologias, recursos e formas de avaliação para atender à diversidade presente em seu cotidiano.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforçou esse compromisso ao estabelecer que nenhuma criança pode ser excluída do sistema educacional em razão de sua deficiência, assegurando o direito à acessibilidade, à eliminação de barreiras e à oferta de recursos que favoreçam sua participação plena na vida escolar. Esses princípios dialogam diretamente com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que compreende as crianças como sujeitos históricos, sociais e de direitos, reconhecendo que cada uma aprende em tempos e formas diferentes.

Sob a perspectiva de Maria Teresa Eglér Mantoan, a inclusão escolar representa uma mudança de paradigma educacional. A autora afirma que não é a criança que deve adaptar-se à escola, mas a escola que precisa reorganizar-se para acolher a diversidade. Isso implica rever práticas pedagógicas, flexibilizar o currículo, investir em formação continuada e desenvolver uma cultura institucional pautada no respeito às diferenças e na promoção da equidade. As contribuições de Lev Vygotsky também oferecem importantes fundamentos para a educação inclusiva. Ao defender que o desenvolvimento ocorre por meio das interações sociais e da mediação cultural, o autor evidencia que todas as crianças possuem potencial para aprender quando lhes são oferecidas oportunidades adequadas de participação.

Dessa forma, o professor assume papel de mediador, organizando situações que ampliem as possibilidades de aprendizagem e favoreçam o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Na Educação Infantil, os eixos estruturantes das interações e das brincadeiras constituem importantes estratégias para promover a inclusão. O brincar coletivo favorece a comunicação, a cooperação, a construção de vínculos afetivos e o respeito às diferenças, permitindo que todas as crianças participem das atividades de acordo com suas possibilidades. Assim, a Educação Especial deixa de ser compreendida como um conjunto de ações isoladas e passa a integrar o projeto pedagógico da instituição, fortalecendo uma educação democrática, acessível e comprometida com o desenvolvimento integral de todas as crianças.

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DAS CRIANÇAS

A construção de práticas pedagógicas inclusivas na Educação Infantil exige o reconhecimento de que cada criança possui características, potencialidades, ritmos de aprendizagem e formas próprias de interagir com o mundo. Sob essa perspectiva, o planejamento pedagógico deve ser flexível e centrado na garantia da participação de todas as crianças, eliminando barreiras que possam limitar seu desenvolvimento. A inclusão não consiste em elaborar atividades diferenciadas exclusivamente para crianças público-alvo da Educação Especial, mas em organizar experiências educativas que respeitem a diversidade e ofereçam múltiplas possibilidades de aprendizagem para todo o grupo.



Entre as abordagens que contribuem para esse processo destaca-se o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que propõe a oferta de múltiplos meios de apresentação dos conteúdos, de participação nas atividades e de expressão das aprendizagens. Ao diversificar materiais, linguagens, recursos visuais, sonoros, táteis e tecnológicos, o professor amplia as possibilidades de acesso ao conhecimento, beneficiando não apenas as crianças com deficiência, mas todo o grupo.

O brincar constitui outro elemento central das práticas inclusivas. Na Educação Infantil, as brincadeiras favorecem a interação entre as crianças, estimulam a comunicação, fortalecem vínculos afetivos e promovem o desenvolvimento cognitivo, motor e socioemocional.

O PAPEL DO PROFESSOR, DA FAMÍLIA E DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A efetivação da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva na Educação Infantil depende da atuação articulada entre professores, equipe gestora, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), famílias e demais integrantes da comunidade escolar. A inclusão é um compromisso coletivo que exige planejamento, diálogo, corresponsabilidade e a construção de uma cultura escolar fundamentada no respeito à diversidade, na equidade e na garantia dos direitos de aprendizagem de todas as crianças.

Nesse contexto, o professor da Educação Infantil desempenha papel central como mediador do processo educativo. Sua atuação vai além da transmissão de conhecimentos, envolvendo a organização de ambientes acolhedores, a elaboração de propostas pedagógicas diversificadas e a observação contínua do desenvolvimento infantil.

É por meio de sua prática que se criam oportunidades para que todas as crianças participem das brincadeiras, das interações e das experiências propostas no cotidiano escolar, respeitando suas singularidades e potencialidades.

Para que isso ocorra, a formação inicial e continuada dos docentes torna-se indispensável. O conhecimento sobre desenvolvimento infantil, deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento, acessibilidade, comunicação alternativa, tecnologia assistiva e metodologias inclusivas amplia a capacidade do professor de planejar intervenções pedagógicas eficazes. Conforme destaca Maria Teresa Eglér Mantoan, a educação inclusiva exige uma mudança de concepção sobre o ensino, substituindo práticas homogêneas por estratégias flexíveis que reconheçam as diferenças como elemento constitutivo da aprendizagem.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) também possui papel relevante nesse processo. É importante destacar que o AEE não substitui a escolarização nem constitui reforço escolar. Sua função é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras à participação e à aprendizagem. Na Educação Infantil, o trabalho colaborativo entre o professor da turma e o profissional do AEE possibilita a adaptação de materiais, a seleção de recursos de tecnologia assistiva, a orientação sobre estratégias pedagógicas e o acompanhamento das necessidades específicas das crianças, sempre em consonância com o projeto pedagógico da instituição. Outro aspecto fundamental refere-se à parceria entre escola e família. Os familiares conhecem profundamente a história, os interesses, as formas de comunicação e as potencialidades das crianças, oferecendo informações importantes para o planejamento pedagógico. O diálogo permanente fortalece vínculos de confiança, favorece a continuidade das aprendizagens entre os diferentes contextos e possibilita a construção de estratégias conjuntas para enfrentar desafios e potencializar o desenvolvimento infantil. Reuniões, entrevistas, devolutivas pedagógicas e momentos de participação da família na rotina escolar contribuem para consolidar



Além disso, a convivência em ambientes inclusivos beneficia todas as crianças. Ao compartilhar experiências com colegas que apresentam diferentes características e necessidades, desenvolvem valores como respeito, empatia, solidariedade, cooperação e responsabilidade coletiva. Essas vivências favorecem a formação cidadã e contribuem para a construção de relações democráticas desde a primeira infância, fortalecendo uma cultura de paz e de valorização dos direitos humanos.

Sob a perspectiva histórico-cultural de Lev Vygotsky, o desenvolvimento humano ocorre nas interações sociais mediadas pela linguagem e pela cultura. Assim, quando a escola promove ambientes inclusivos, amplia significativamente as oportunidades de aprendizagem de todas as crianças. O acesso às brincadeiras, às múltiplas linguagens, às experiências culturais e às interações com diferentes sujeitos possibilita a construção de conhecimentos, o desenvolvimento da autonomia e o fortalecimento da participação social.

Conclui-se que a atuação integrada entre professor, família, Atendimento Educacional Especializado e gestão escolar constitui um dos principais pilares para a consolidação da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Somente por meio do compromisso coletivo será possível garantir que todas as crianças tenham acesso a uma Educação Infantil de qualidade, capaz de respeitar suas singularidades, promover seu desenvolvimento integral e assegurar o exercício pleno de seus direitos. A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva representa, portanto, um investimento na formação de uma sociedade mais justa, democrática e comprometida com a valorização da diversidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva representa um dos maiores avanços das políticas educacionais brasileiras ao reafirmar que todas as crianças têm direito a uma educação de qualidade, baseada no respeito às diferenças, na valorização da diversidade e na garantia da participação plena nos processos de aprendizagem. Na Educação Infantil, esse compromisso assume importância ainda maior, pois os primeiros anos de vida constituem um período decisivo para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, motor, social e linguístico, influenciando toda a trajetória escolar e pessoal da criança.

Ao longo deste estudo, evidenciou-se que a inclusão vai muito além da matrícula da criança público-alvo da Educação Especial na escola regular. Ela exige transformações nas concepções pedagógicas, na organização dos espaços, nas metodologias de ensino, nos processos de avaliação e, sobretudo, na construção de uma cultura escolar que reconheça cada criança como sujeito de direitos, capaz de aprender, participar e desenvolver suas potencialidades quando lhe são asseguradas condições adequadas de acesso e permanência.

As reflexões apresentadas demonstraram que as práticas pedagógicas inclusivas devem ser planejadas de forma intencional, considerando as singularidades de cada criança e oferecendo múltiplas oportunidades de participação por meio das brincadeiras, das interações, da exploração dos espaços, das diferentes linguagens e das experiências culturais. Estratégias fundamentadas na flexibilização curricular, no Desenho Universal para a Aprendizagem, na acessibilidade pedagógica e na avaliação formativa favorecem não apenas as crianças público-alvo da Educação Especial, mas todo o grupo, promovendo uma aprendizagem mais significativa, democrática e participativa.



Outro aspecto fundamental refere-se ao papel do professor como mediador da aprendizagem. Sua atuação exige formação continuada, sensibilidade, conhecimento sobre desenvolvimento infantil e compromisso com a construção de práticas que valorizem as potencialidades das crianças. O educador precisa organizar ambientes acolhedores, estimular a autonomia, promover interações entre os pares e utilizar recursos diversificados que ampliem as possibilidades de aprendizagem, respeitando os diferentes ritmos e estilos de desenvolvimento presentes na sala de aula.

Também foi possível compreender que a consolidação da Educação Inclusiva depende da atuação articulada entre escola, família, equipe gestora e Atendimento Educacional Especializado. O diálogo permanente, o planejamento colaborativo e o compartilhamento de responsabilidades fortalecem as ações pedagógicas e favorecem a construção de estratégias capazes de responder às necessidades das crianças de maneira ética, humanizada e eficiente. Quando todos os envolvidos atuam de forma integrada, amplia-se significativamente a possibilidade de promover o desenvolvimento integral e a participação efetiva das crianças em todos os contextos da vida escolar.

Além disso, a convivência em ambientes inclusivos beneficia toda a comunidade educativa. As crianças aprendem, desde cedo, valores como respeito, empatia, solidariedade, cooperação e valorização das diferenças, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e comprometidos com a construção de uma sociedade democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 2010.
- CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: com os pingos nos "is". 12. ed. Porto Alegre: Mediação, 2018.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer? 2. ed. São Paulo: Summus, 2015.
- MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2023.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: UNESCO, 1994.
- PRIETO, Rosângela Gavioli. Políticas de inclusão escolar no Brasil: descrição e análise de sua implementação. Curitiba: CRV, 2016.
- VYGOTSKY, Lev Semionovich. A formação social da mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- VYGOTSKY, Lev Semionovich. Fundamentos de Defectologia. Tradução de Denise Regina Sales, Marta Kohl de Oliveira e Priscila Nascimento Marques. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

RESUMO

A Educação Infantil contemporânea reconhece a criança como sujeito de direitos, competente, curiosa e protagonista de seu processo de aprendizagem. Nessa perspectiva, os projetos investigativos constituem uma estratégia pedagógica capaz de promover experiências significativas, uma vez que partem das perguntas, interesses e descobertas das próprias crianças para organizar o currículo. Este artigo tem como objetivo analisar a contribuição dos projetos investigativos para a construção de um currículo participativo, flexível e contextualizado, fundamentado na escuta sensível e no protagonismo infantil. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, desenvolvida a partir de estudos sobre currículo, pedagogia da escuta, documentação pedagógica e aprendizagem por investigação, dialogando com os princípios estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os resultados evidenciam que os projetos investigativos favorecem o desenvolvimento da autonomia, da criatividade, do pensamento crítico, da comunicação, da resolução de problemas e das interações sociais, além de fortalecerem a participação ativa das crianças na construção do conhecimento. Destaca-se, ainda, que o professor desempenha papel essencial como mediador das experiências investigativas, organizando ambientes desafiadores, promovendo questionamentos e registrando os processos de aprendizagem por meio da documentação pedagógica. Conclui-se que a organização curricular baseada nos interesses das crianças amplia as possibilidades de aprendizagem significativa, respeita os diferentes ritmos de desenvolvimento e fortalece uma prática educativa democrática, inclusiva e humanizadora. Assim, os projetos investigativos consolidam-se como importante metodologia para promover uma Educação Infantil centrada na infância, nas múltiplas linguagens e na participação efetiva das crianças na construção do currículo.

Palavras-chave: Educação Infantil; Projetos Investigativos; Protagonismo Infantil; Currículo; Pedagogia da Escuta.

ABSTRACT

Contemporary Early Childhood Education recognizes children as rights holders, competent, curious, and active protagonists in their own learning process. From this perspective, investigative projects represent an effective pedagogical strategy because they are based on children's questions, interests, and discoveries, guiding curriculum development through meaningful learning experiences. This article aims to analyze the contribution of investigative projects to the construction of a participatory, flexible, and contextualized curriculum grounded in attentive listening and children's protagonism. This is a bibliographic study based on literature concerning curriculum, the pedagogy of listening, pedagogical documentation, and inquiry-based learning, in dialogue with the principles established by the Brazilian National Common Curricular Base (BNCC). The findings indicate that investigative projects foster autonomy, creativity, critical thinking, communication, problem-solving, and social interaction while encouraging children's active participation in knowledge construction. Furthermore, teachers play a fundamental role as mediators of investigative experiences by organizing stimulating learning environments, encouraging questioning, and documenting children's learning processes through pedagogical documentation. It is concluded that a curriculum organized around children's interests broadens opportunities for meaningful learning, respects different developmental rhythms, and strengthens democratic, inclusive, and humanizing educational practices. Therefore, investigative projects emerge as an important methodological approach for promoting Early Childhood Education centered on childhood, multiple forms of expression, and children's effective participation in curriculum development.

Keywords: Early Childhood Education; Investigative Projects; Children's Protagonism; Curriculum; Pedagogy of Listening.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil ocupa um lugar de destaque nas políticas educacionais brasileiras por constituir a primeira etapa da Educação Básica e representar um período decisivo para o desenvolvimento integral da criança. Nessa fase, as experiências vivenciadas nos diferentes contextos educativos contribuem significativamente para a formação das capacidades cognitivas, afetivas, sociais, culturais e motoras, favorecendo a construção da identidade, da autonomia e das primeiras relações com o conhecimento. Nesse sentido, a concepção contemporânea de infância compreende a criança como sujeito de direitos, ativa, competente e produtora de cultura, capaz de interpretar o mundo, formular hipóteses, investigar fenômenos e construir aprendizagens por meio das interações e das brincadeiras.

Essa compreensão encontra respaldo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta a organização das práticas pedagógicas da Educação Infantil a partir dos direitos de aprendizagem e dos campos de experiências, reconhecendo a importância do protagonismo infantil na construção do currículo. Sob essa perspectiva, o planejamento pedagógico deixa de ser uma sequência rígida de conteúdos previamente definidos para tornar-se um processo dinâmico, flexível e contextualizado, fundamentado na escuta atenta dos interesses, das necessidades e das curiosidades manifestadas pelas crianças ao longo de suas vivências cotidianas.

Entre as metodologias que fortalecem essa concepção de ensino destacam-se os projetos investigativos, entendidos como propostas pedagógicas que têm origem nas perguntas, observações, inquietações e descobertas das próprias crianças. Ao investigar temas presentes em sua realidade, elas assumem papel ativo na construção do conhecimento, explorando diferentes materiais, formulando hipóteses, realizando experimentações, estabelecendo relações e comunicando suas descobertas por meio das múltiplas linguagens. Dessa forma, o currículo passa a ser construído coletivamente, valorizando os processos de aprendizagem e respeitando os diferentes ritmos de desenvolvimento.



Os projetos investigativos também promovem a integração entre os diversos campos de experiências previstos pela BNCC, possibilitando que as aprendizagens ocorram de maneira interdisciplinar e significativa. Ao investigar elementos da natureza, fenômenos sociais, manifestações culturais ou situações do cotidiano, as crianças desenvolvem competências relacionadas à observação, à argumentação, à criatividade, à resolução de problemas, à convivência e à comunicação. Além disso, fortalecem valores como a cooperação, o respeito às diferenças, a curiosidade científica e o compromisso com a construção coletiva do conhecimento.

Nesse contexto, o professor desempenha papel fundamental como mediador das aprendizagens, organizando ambientes ricos em possibilidades investigativas, propondo desafios, incentivando o diálogo, acolhendo as hipóteses das crianças e promovendo experiências que ampliem suas formas de compreender o mundo. Sua atuação exige sensibilidade para observar atentamente as manifestações infantis, registrar os percursos de aprendizagem por meio da documentação pedagógica e transformar essas evidências em subsídios para o planejamento curricular. Assim, a prática docente deixa de estar centrada na transmissão de conteúdos para assumir uma perspectiva investigativa, reflexiva e participativa.

A documentação pedagógica constitui, nesse processo, um importante instrumento de acompanhamento das experiências vividas pelas crianças, permitindo registrar suas descobertas, avanços, interesses e formas de participação. Mais do que um recurso avaliativo, ela torna visíveis os percursos investigativos, favorece a reflexão sobre as práticas educativas e fortalece a parceria entre escola e família, ao compartilhar as aprendizagens construídas no cotidiano escolar.

Nessa perspectiva, organizar o currículo a partir dos interesses das crianças significa reconhecer que aprender é um processo ativo, social e contextualizado, no qual a curiosidade, a brincadeira, a exploração e a investigação constituem elementos centrais para o desenvolvimento infantil. Essa concepção rompe com práticas escolares centradas exclusivamente na transmissão de conteúdos e valoriza experiências que respeitam as singularidades das infâncias, promovendo uma educação democrática, inclusiva e significativa.



Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar a contribuição dos projetos investigativos para a organização do currículo na Educação Infantil, evidenciando como a escuta sensível, o protagonismo infantil e a mediação docente favorecem a construção de aprendizagens significativas. Para tanto, desenvolve-se uma pesquisa de natureza bibliográfica, fundamentada em estudos sobre currículo, pedagogia da escuta, documentação pedagógica e aprendizagem por investigação, buscando compreender de que maneira essas abordagens contribuem para qualificar as práticas pedagógicas e fortalecer uma Educação Infantil comprometida com os direitos das crianças, a participação ativa e a construção coletiva do conhecimento.

PROJETOS INVESTIGATIVOS E A ESCUTA DAS CRIANÇAS NA CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO

A organização do currículo na Educação Infantil tem sido ressignificada pelas concepções contemporâneas de infância, que reconhecem a criança como sujeito histórico, social e cultural, capaz de participar ativamente da construção do conhecimento. Essa perspectiva rompe com modelos tradicionais de ensino, centrados na transmissão de conteúdos previamente estabelecidos, e propõe um currículo dinâmico, flexível e construído a partir das experiências, das curiosidades e dos interesses manifestados pelas crianças em seu cotidiano. Nesse contexto, os projetos investigativos assumem papel relevante ao possibilitar que o planejamento pedagógico emergja das perguntas, das hipóteses e das descobertas realizadas pelas próprias crianças.



A escuta sensível constitui um dos principais fundamentos dessa proposta pedagógica. Escutar as crianças significa reconhecer suas múltiplas formas de expressão, compreendendo que elas comunicam pensamentos, sentimentos e interpretações do mundo por meio da fala, do brincar, do desenho, da música, da dramatização, dos gestos e das interações com os pares e com os adultos. Nessa perspectiva, o professor observa atentamente essas manifestações para identificar temas significativos que possam originar investigações coletivas e experiências de aprendizagem contextualizadas.

A abordagem desenvolvida nas escolas de Reggio Emilia, inspirada por Loris Malaguzzi, fortalece essa compreensão ao defender que as crianças possuem inúmeras maneiras de aprender e expressar seus conhecimentos, conceito conhecido como as "cem linguagens da criança". Assim, o currículo deixa de ser entendido como um roteiro fixo e passa a constituir-se em um processo vivo, continuamente reconstruído pelas interações estabelecidas entre crianças, professores, famílias e comunidade. O planejamento, portanto, assume caráter investigativo, sendo constantemente reelaborado a partir das observações e dos registros realizados durante as experiências educativas.

Essa concepção também encontra respaldo nas contribuições de Lev Vygotsky, ao afirmar que o desenvolvimento infantil ocorre por meio das interações sociais e da mediação cultural. Ao investigar situações presentes em seu cotidiano, as crianças compartilham conhecimentos, formulam hipóteses, argumentam, negociam significados e constroem novas compreensões coletivamente. O processo investigativo favorece, assim, o desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da autonomia e das competências socioemocionais.

Na mesma direção, Paulo Freire defende uma educação baseada no diálogo, na curiosidade e na problematização da realidade.



Embora suas reflexões estejam voltadas principalmente para a educação de jovens e adultos, seus princípios dialogam com a Educação Infantil ao compreender a aprendizagem como um processo ativo, no qual educadores e educandos constroem conhecimentos de forma colaborativa. Nos projetos investigativos, as perguntas formuladas pelas crianças tornam-se ponto de partida para novas descobertas, valorizando sua participação efetiva na construção do currículo.

A Base Nacional Comum Curricular reforça essa perspectiva ao estabelecer que as práticas pedagógicas da Educação Infantil devem ser organizadas por meio dos direitos de aprendizagem e dos campos de experiências, assegurando às crianças oportunidades de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se. Os projetos investigativos articulam esses direitos às experiências vividas pelas crianças, promovendo aprendizagens significativas e contextualizadas, nas quais a investigação, a brincadeira e a interação constituem elementos centrais do processo educativo.

Dessa forma, a escuta das crianças deixa de representar apenas uma estratégia metodológica para tornar-se um princípio ético e pedagógico que orienta a organização curricular. Quando seus interesses são considerados no planejamento, o currículo transforma-se em um espaço de investigação permanente, no qual aprender significa explorar, experimentar, questionar, criar e construir conhecimentos em colaboração com os outros, fortalecendo o protagonismo infantil e conferindo sentido às experiências vividas na Educação Infantil

O PROFESSOR COMO MEDIADOR DAS INVESTIGAÇÕES E DAS DESCOBERTAS

Nos projetos investigativos desenvolvidos na Educação Infantil, o professor desempenha um papel essencial como mediador das aprendizagens, assumindo uma postura investigativa, reflexiva e sensível às necessidades, aos interesses e às potencialidades das crianças.



Diferentemente de uma prática pedagógica centrada na transmissão de conhecimentos, a mediação docente fundamenta-se na criação de oportunidades para que as crianças explorem, experimentem, questionem, formulem hipóteses e construam explicações sobre os fenômenos presentes em seu cotidiano. Nesse processo, ensinar significa organizar contextos ricos em experiências, promover interações significativas e acompanhar atentamente os percursos de aprendizagem.

A mediação pedagógica inicia-se pela observação sistemática das crianças. Ao acompanhar suas brincadeiras, conversas, desenhos, perguntas e manifestações espontâneas, o professor identifica interesses que podem transformar-se em objetos de investigação coletiva. Essa postura exige escuta qualificada, flexibilidade no planejamento e disponibilidade para reconstruir propostas pedagógicas sempre que novas descobertas surgirem durante o desenvolvimento dos projetos. Assim, o planejamento deixa de ser um documento rígido para tornar-se um instrumento vivo, continuamente reelaborado em função das experiências compartilhadas pelas crianças.

As contribuições de John Dewey reforçam essa perspectiva ao defender que a aprendizagem ocorre de maneira mais significativa quando parte da experiência concreta e da resolução de problemas reais. Ao organizar situações investigativas, o professor incentiva as crianças a observar, comparar, levantar hipóteses, testar possibilidades e comunicar suas descobertas, favorecendo o desenvolvimento do pensamento científico desde os primeiros anos de vida.

A curiosidade infantil transforma-se, desse modo, em elemento estruturante do currículo e impulsiona a construção de conhecimentos de forma ativa e contextualizada.

Outro aspecto fundamental da mediação docente refere-se à organização dos ambientes educativos. Espaços acolhedores, ricos em materiais diversificados e desafiadores estimulam a exploração, a criatividade e a autonomia das crianças.



Materiais naturais, objetos não estruturados, livros, recursos artísticos, tecnológicos e científicos ampliam as possibilidades investigativas e favorecem experiências interdisciplinares. Nesses ambientes, brincar e investigar tornam-se práticas indissociáveis, permitindo que as crianças aprendam por meio da experimentação, da imaginação e da interação com os colegas.

A documentação pedagógica também constitui um importante recurso de mediação. Fotografias, registros escritos, vídeos, portfólios, produções artísticas e relatos das falas das crianças permitem acompanhar os processos investigativos, tornando visíveis as aprendizagens construídas ao longo do percurso. Mais do que registrar resultados finais, a documentação evidencia os caminhos percorridos pelas crianças, suas hipóteses, descobertas, dúvidas e formas de participação. Esses registros subsidiam o planejamento docente, favorecem processos avaliativos formativos e fortalecem o diálogo entre escola e famílias.

Nesse contexto, a avaliação assume caráter processual, contínuo e qualitativo, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem e desenvolvimento. O professor observa como cada criança participa das investigações, interage com os colegas, comunica suas ideias, resolve problemas e amplia suas formas de compreender o mundo. A avaliação deixa de enfatizar desempenhos padronizados para valorizar o percurso individual e coletivo das aprendizagens.

A Base Nacional Comum Curricular reforça que o papel do educador consiste em assegurar experiências que garantam os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se. Dessa forma, a mediação docente ultrapassa a função de orientar atividades, tornando-se um compromisso ético com a promoção do protagonismo infantil.



Ao reconhecer as crianças como pesquisadoras de sua própria realidade, o professor contribui para a construção de um currículo significativo, democrático e inclusivo, no qual a investigação constitui um caminho permanente para a aprendizagem, o desenvolvimento integral e a formação de sujeitos críticos, criativos e participativos.

APRENDER INVESTIGANDO: EXPERIÊNCIAS QUE TRANSFORMAM O CURRÍCULO

Os projetos investigativos constituem uma metodologia que transforma a organização curricular da Educação Infantil ao colocar as crianças no centro do processo educativo. Quando o currículo é estruturado a partir de suas perguntas, curiosidades e interesses, a aprendizagem torna-se mais significativa, pois está relacionada às experiências vividas e aos desafios encontrados no cotidiano. Nessa perspectiva, o conhecimento deixa de ser apresentado como um conjunto de conteúdos fragmentados para ser construído de maneira integrada, envolvendo diferentes áreas do saber e favorecendo o desenvolvimento integral da criança.

As investigações podem surgir de situações simples do cotidiano escolar, como a observação de um inseto no parque, a curiosidade sobre a chuva, o crescimento de uma planta, as transformações dos alimentos, os meios de transporte, os animais, as brincadeiras tradicionais ou questões relacionadas ao convívio entre as crianças.

A partir dessas situações, o professor organiza experiências que incentivam a observação, a pesquisa, a experimentação, o registro, a comparação e a socialização das descobertas. Assim, cada projeto torna-se único, pois nasce das vivências do grupo e acompanha o percurso investigativo construído coletivamente.



William Kilpatrick destaca que o trabalho por projetos favorece uma aprendizagem contextualizada e significativa, permitindo que os estudantes desenvolvam autonomia, responsabilidade e capacidade de resolver problemas reais. Na Educação Infantil, essa perspectiva fortalece o protagonismo das crianças, que deixam de ocupar uma posição passiva para assumir o papel de pesquisadoras, formulando hipóteses, buscando informações, compartilhando ideias e construindo novos conhecimentos por meio da interação com seus pares e com os adultos.

Ao longo das investigações, diferentes linguagens são mobilizadas para representar e comunicar as descobertas. Desenhos, pinturas, modelagens, dramatizações, músicas, fotografias, registros orais, construções com materiais diversos e brincadeiras simbólicas tornam-se formas legítimas de expressão e aprendizagem. Essa valorização das múltiplas linguagens dialoga com a abordagem de Reggio Emilia, segundo a qual as crianças possuem inúmeras maneiras de interpretar e representar o mundo. Dessa forma, o currículo amplia as oportunidades para que cada criança participe de acordo com suas características, interesses e formas particulares de aprender.

Outro aspecto relevante refere-se à participação das famílias no desenvolvimento dos projetos investigativos. Ao compartilhar informações, objetos, experiências e conhecimentos relacionados aos temas pesquisados, os familiares aproximam-se do cotidiano escolar e contribuem para enriquecer as investigações. Essa parceria fortalece o vínculo entre escola e comunidade, amplia as possibilidades de aprendizagem e evidencia que a educação é construída de forma colaborativa, envolvendo diferentes sujeitos e contextos sociais.

A interdisciplinaridade constitui outra característica marcante dos projetos investigativos. Durante uma única investigação, as crianças podem explorar conceitos relacionados às ciências da natureza, à matemática, à linguagem oral e escrita, às artes, à música, ao movimento e às relações sociais, sempre de maneira integrada e contextualizada. Essa articulação favorece aprendizagens mais amplas e promove o desenvolvimento das competências previstas na Base Nacional Comum Curricular, respeitando os direitos de aprendizagem e os campos de experiências da Educação Infantil.



Além disso, os projetos investigativos estimulam competências essenciais para a formação humana, como curiosidade, criatividade, autonomia, cooperação, comunicação, pensamento crítico, empatia e resolução de problemas. Ao serem incentivadas a investigar, experimentar e refletir sobre diferentes situações, as crianças desenvolvem atitudes investigativas que permanecerão ao longo de sua trajetória escolar, fortalecendo o prazer pela descoberta e pela aprendizagem contínua.

Dessa maneira, aprender investigando representa uma concepção de currículo comprometida com a valorização da infância, da participação e da construção coletiva do conhecimento. Quando o planejamento pedagógico se fundamenta na escuta das crianças e na mediação intencional do professor, a Educação Infantil torna-se um espaço de experiências significativas, no qual brincar, pesquisar, dialogar e criar são ações indissociáveis. Assim, os projetos investigativos consolidam-se como uma prática pedagógica capaz de promover uma educação democrática, inclusiva e humanizadora, respeitando as singularidades das crianças e reconhecendo-as como protagonistas na organização do currículo e na construção de suas aprendizagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização do currículo na Educação Infantil fundamentada nos projetos investigativos representa uma mudança significativa na forma de compreender o processo de ensino e aprendizagem, ao reconhecer as crianças como sujeitos ativos, competentes e protagonistas na construção do conhecimento. Ao partir de seus interesses, curiosidades e experiências, o currículo torna-se mais significativo, flexível e contextualizado, favorecendo o desenvolvimento integral e respeitando as singularidades de cada criança.



Ao longo deste estudo, verificou-se que a escuta sensível constitui um elemento essencial para a construção de práticas pedagógicas que valorizam a participação infantil. Quando o professor observa atentamente as manifestações das crianças e transforma suas perguntas em oportunidades de investigação, cria condições para que elas desenvolvam autonomia, criatividade, pensamento crítico, capacidade de comunicação e habilidades para resolver problemas. Dessa forma, a aprendizagem deixa de estar centrada na transmissão de conteúdos para tornar-se um processo de descoberta, experimentação e construção coletiva do conhecimento.

Os projetos investigativos também evidenciam a importância da mediação docente na organização de ambientes educativos desafiadores, capazes de estimular a curiosidade e favorecer experiências diversificadas. O professor assume o papel de pesquisador de sua própria prática, planejando, observando, registrando e replanejando continuamente as ações pedagógicas com base na documentação das aprendizagens. Esse movimento fortalece uma prática educativa reflexiva, comprometida com a qualidade do ensino e com o desenvolvimento integral das crianças.

Outro aspecto relevante refere-se à articulação entre os projetos investigativos e os princípios da Base Nacional Comum Curricular, especialmente no que diz respeito aos direitos de aprendizagem e aos campos de experiências. A investigação possibilita integrar diferentes áreas do conhecimento de maneira interdisciplinar, promovendo vivências que articulam brincadeira, interação, exploração, expressão e participação. Essa organização curricular amplia as oportunidades para que as crianças aprendam de forma significativa, construindo conhecimentos a partir de situações concretas e socialmente relevantes.

Além disso, a participação das famílias e da comunidade escolar fortalece os projetos investigativos, enriquecendo as experiências das crianças e aproximando a escola dos diferentes contextos socioculturais em que elas estão inseridas. Essa parceria amplia as possibilidades educativas e reafirma a responsabilidade compartilhada na formação das crianças, contribuindo para uma educação mais democrática, participativa e inclusiva.

Conclui-se, portanto, que aprender investigando constitui uma abordagem pedagógica capaz de transformar o currículo da Educação Infantil em um espaço de participação, diálogo, criatividade e construção coletiva do conhecimento. Ao reconhecer as crianças como protagonistas de suas aprendizagens e o professor como mediador intencional desse processo, os projetos investigativos favorecem o desenvolvimento de competências essenciais para a formação humana, fortalecendo práticas educativas alinhadas aos princípios da equidade, da inclusão e do respeito às diferentes infâncias.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para ampliar as reflexões acerca da importância dos projetos investigativos como estratégia para a organização curricular na Educação Infantil, incentivando educadores a desenvolverem práticas fundamentadas na escuta, na investigação e na valorização das múltiplas linguagens infantis. Dessa maneira, a escola reafirma seu compromisso com uma educação de qualidade, capaz de promover aprendizagens significativas e formar crianças críticas, curiosas, criativas e participantes na construção de uma sociedade mais justa, democrática e humanizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 2010.

DEWEY, John. Democracia e educação: introdução à filosofia da educação. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (org.). As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Penso, 2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 70. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 78. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

HOYUELOS, Alfredo. A ética no pensamento e na obra pedagógica de Loris Malaguzzi. Porto Alegre: Penso, 2021.

KILPATRICK, William Heard. Educação para uma civilização em mudança. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

MALAGUZZI, Loris. Histórias, ideias e filosofia básica. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (org.). As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Penso, 2016.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA, Mônica Appezzato (org.). Pedagogia(s) da Infância: dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

RINALDI, Carla. Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. A formação social da mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. Pensamento e linguagem. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ZABALZA, Miguel Ángel. Qualidade em Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998.

RESUMO

A avaliação formativa constitui uma das principais estratégias para promover aprendizagens significativas na Educação Básica, uma vez que possibilita o acompanhamento contínuo do desenvolvimento dos estudantes, valorizando seus avanços, dificuldades e potencialidades. Diferentemente da avaliação tradicional, centrada na atribuição de notas e na classificação dos alunos, a avaliação formativa prioriza o processo de aprendizagem, oferecendo feedbacks constantes que orientam tanto o trabalho docente quanto o percurso dos estudantes. Este artigo apresenta uma reflexão sobre os fundamentos da avaliação formativa, destacando sua importância para a construção de práticas pedagógicas inclusivas, democráticas e comprometidas com a aprendizagem de todos. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, fundamentada em autores que discutem avaliação educacional, metodologias ativas e práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento integral dos estudantes. Os resultados evidenciam que a utilização de instrumentos diversificados, como portfólios, autoavaliação, observação sistemática, registros pedagógicos, rubricas e avaliações colaborativas, amplia as possibilidades de diagnóstico das aprendizagens e fortalece o protagonismo estudantil. Além disso, ressalta-se que a avaliação formativa favorece a personalização do ensino, permitindo intervenções pedagógicas mais eficazes e adequadas às necessidades de cada aluno. Conclui-se que sua implementação exige planejamento, formação continuada dos professores e uma cultura escolar comprometida com a aprendizagem como processo contínuo, contribuindo para o desenvolvimento de competências cognitivas, sociais e emocionais, essenciais à formação integral dos estudantes.

Palavras-chave: Avaliação formativa; Educação Básica; Aprendizagem significativa; Práticas pedagógicas; Feedback.

ABSTRACT

Formative assessment is one of the main strategies for promoting meaningful learning in Basic Education, as it enables continuous monitoring of students' development, valuing their progress, difficulties, and potential. Unlike traditional assessment, which focuses on grading and classifying students, formative assessment emphasizes the learning process by providing ongoing feedback that guides both teaching practices and students' learning paths. This article discusses the foundations of formative assessment, highlighting its importance in building inclusive, democratic, and student-centered pedagogical practices. The study was conducted through a bibliographic review based on authors who address educational assessment, active methodologies, and teaching practices aimed at students' holistic development. The findings indicate that the use of diversified assessment tools, such as portfolios, self-assessment, systematic observation, pedagogical records, rubrics, and collaborative assessments, broadens the possibilities for monitoring learning and strengthens student engagement. Furthermore, formative assessment supports personalized teaching by enabling more effective pedagogical interventions aligned with each student's needs. It is concluded that its successful implementation requires careful planning, continuous teacher professional development, and a school culture committed to viewing learning as an ongoing process, thereby fostering students' cognitive, social, and emotional competencies.

Keywords: Formative assessment; Basic Education; Meaningful learning; Teaching practices; Feedback.

INTRODUÇÃO

A avaliação ocupa um papel central no processo educativo, constituindo-se como um dos principais instrumentos para compreender, acompanhar e potencializar a aprendizagem dos estudantes. Durante muitos anos, predominou nas escolas uma concepção de avaliação voltada essencialmente para a mensuração de resultados, atribuição de notas e classificação dos alunos. Essa perspectiva, marcada por práticas predominantemente somativas, frequentemente limitou o processo educativo ao desempenho obtido em provas e exames, desconsiderando aspectos fundamentais do desenvolvimento humano, como a construção do conhecimento, a participação, a autonomia e o desenvolvimento das competências socioemocionais.

Nas últimas décadas, entretanto, as discussões sobre avaliação educacional passaram por importantes transformações, impulsionadas pelas contribuições de pesquisadores da área da educação e pelas mudanças nas políticas públicas educacionais. Nesse contexto, a avaliação formativa emerge como uma proposta que desloca o foco da simples verificação da aprendizagem para o acompanhamento contínuo do percurso formativo do estudante. Mais do que medir resultados, essa abordagem busca compreender como o aluno aprende, identificar dificuldades, reconhecer avanços e orientar intervenções pedagógicas capazes de favorecer o desenvolvimento integral.

A avaliação formativa compreende o erro como parte natural do processo de aprendizagem e reconhece que cada estudante possui ritmos, experiências e formas distintas de construir conhecimentos. Dessa maneira, o professor deixa de atuar apenas como avaliador e assume o papel de mediador, utilizando as informações obtidas durante o processo avaliativo para reorganizar o planejamento, diversificar metodologias e oferecer devolutivas que auxiliem os estudantes na superação de suas dificuldades.



O feedback torna-se, assim, um elemento indispensável, permitindo que os alunos compreendam seus avanços, reflitam sobre suas aprendizagens e participem ativamente da construção do próprio conhecimento.

Na Educação Básica, a avaliação formativa ganha especial relevância por contribuir para uma prática pedagógica comprometida com os princípios da equidade, da inclusão e da qualidade social da educação. Em consonância com a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a avaliação deve favorecer o desenvolvimento das competências e habilidades previstas para cada etapa da escolarização, respeitando as singularidades dos estudantes e promovendo oportunidades efetivas de aprendizagem para todos. Nesse sentido, práticas avaliativas diversificadas fortalecem a construção de uma escola mais democrática, capaz de reconhecer a diversidade presente em sala de aula e atender às necessidades educacionais de cada educando. Além dos documentos normativos, diversos estudiosos têm contribuído para consolidar a compreensão da avaliação como instrumento de aprendizagem. As reflexões de Cipriano Carlos Luckesi destacam que avaliar não significa julgar ou punir, mas diagnosticar para intervir pedagogicamente. Da mesma forma, Jussara Hoffmann defende uma avaliação mediadora, baseada no diálogo, na observação e no acompanhamento contínuo do desenvolvimento dos estudantes. As contribuições de Philippe Perrenoud reforçam que a avaliação formativa deve estar integrada ao cotidiano escolar, orientando práticas que favoreçam a autonomia e a construção de competências indispensáveis à vida em sociedade.

A adoção da avaliação formativa exige mudanças significativas na cultura escolar. Não se trata apenas de substituir provas tradicionais por novos instrumentos, mas de transformar a maneira como professores, estudantes e gestores compreendem o processo de ensinar e aprender. Portfólios, registros de observação, autoavaliações, avaliações entre pares, rubricas, projetos interdisciplinares, rodas de conversa e outras estratégias tornam-se instrumentos valiosos para acompanhar o desenvolvimento dos estudantes sob diferentes perspectivas, permitindo ao docente realizar intervenções pedagógicas mais precisas e significativas.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre avaliação formativa e metodologias ativas de aprendizagem. À medida que os estudantes assumem maior protagonismo na construção do conhecimento, torna-se necessário que os processos avaliativos acompanhem essa dinâmica, valorizando a investigação, a resolução de problemas, a colaboração, a criatividade e o pensamento crítico. Dessa forma, a avaliação deixa de representar um momento isolado e passa a integrar todas as etapas do processo educativo, funcionando como elemento articulador entre planejamento, ensino e aprendizagem.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar a importância da avaliação formativa na Educação Básica, destacando estratégias pedagógicas que favorecem aprendizagens significativas e contribuem para a melhoria da qualidade do ensino. Busca-se compreender como diferentes instrumentos avaliativos podem subsidiar práticas docentes mais reflexivas, inclusivas e participativas, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de natureza bibliográfica, fundamentada em estudos clássicos e contemporâneos sobre avaliação educacional, aprendizagem significativa e práticas pedagógicas.

Espera-se que as discussões apresentadas contribuam para ampliar a compreensão acerca do papel da avaliação formativa na construção de uma educação comprometida com o desenvolvimento humano, a inclusão e a aprendizagem de todos. Ao reconhecer a avaliação como processo permanente de investigação e reflexão sobre o ensino, fortalece-se uma prática pedagógica capaz de transformar a escola em um espaço de participação, diálogo, acolhimento e construção coletiva do conhecimento.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA AVALIAÇÃO FORMATIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A avaliação educacional tem ocupado posição de destaque nas discussões sobre qualidade do ensino e melhoria da aprendizagem. Ao longo da história da educação, diferentes concepções de avaliação foram sendo construídas, acompanhando as transformações sociais, culturais e pedagógicas de cada período.

Inicialmente, predominou uma perspectiva classificatória, baseada na mensuração do desempenho dos estudantes por meio de provas e exames. Nessa lógica, a avaliação era utilizada principalmente para selecionar, aprovar ou reprovar alunos, assumindo um caráter punitivo e excludente.

Com o avanço das pesquisas educacionais e das teorias da aprendizagem, essa visão passou a ser questionada por não contemplar a complexidade do processo educativo. Aprender deixou de ser compreendido como mera memorização de conteúdos e passou a ser entendido como um processo contínuo de construção do conhecimento, influenciado pelas experiências, pelas interações sociais e pelo contexto em que o estudante está inserido. Consequentemente, a avaliação também passou a ser concebida como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, assumindo uma função diagnóstica, mediadora e orientadora.

Nesse contexto, a avaliação formativa consolidou-se como uma abordagem comprometida com o acompanhamento permanente do desenvolvimento dos estudantes. Seu principal objetivo não consiste em atribuir notas, mas em produzir informações que permitam ao professor compreender como ocorre a aprendizagem, identificar dificuldades, reconhecer avanços e planejar intervenções pedagógicas adequadas às necessidades da turma. Assim, a avaliação deixa de representar um momento isolado ao final do processo e passa a integrar todas as etapas da prática educativa.

Segundo Luckesi (2011), avaliar significa produzir um diagnóstico da realidade para subsidiar decisões pedagógicas. Para o autor, a avaliação deve estar a serviço da aprendizagem, possibilitando ao professor reorganizar o planejamento sempre que necessário. Nessa perspectiva, o erro deixa de ser interpretado como fracasso e passa a representar uma oportunidade de compreender as hipóteses elaboradas pelos estudantes, permitindo novas intervenções que favoreçam a construção do conhecimento.

Essa compreensão aproxima-se das contribuições de Hoffmann (2018), que defende a avaliação mediadora como prática fundamentada na observação, no diálogo e no acompanhamento contínuo da aprendizagem. Para a autora, avaliar exige sensibilidade para compreender os diferentes ritmos de desenvolvimento dos estudantes, respeitando suas particularidades e valorizando seus avanços individuais. O processo avaliativo, portanto, deve fortalecer a autonomia, incentivar a participação ativa e favorecer a construção de uma relação de confiança entre professor e estudante.



Outro importante referencial teórico encontra-se nas contribuições de Perrenoud (1999), que compreende a avaliação formativa como instrumento indispensável ao desenvolvimento de competências. Em sua perspectiva, ensinar não significa apenas transmitir conteúdos, mas criar condições para que os estudantes mobilizem conhecimentos, habilidades e atitudes na resolução de problemas reais. A avaliação, nesse sentido, precisa acompanhar continuamente esse desenvolvimento, fornecendo informações que orientem tanto o estudante quanto o professor durante o processo de aprendizagem.

As contribuições da psicologia da educação também fortalecem os fundamentos da avaliação formativa. A teoria histórico-cultural de Vygotsky destaca que a aprendizagem ocorre nas interações sociais e que a mediação exercida pelo professor desempenha papel essencial no desenvolvimento das funções psicológicas superiores. O conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal evidencia que o educador deve identificar aquilo que o estudante já consegue realizar e aquilo que poderá aprender com apoio adequado. A avaliação formativa torna-se, portanto, um instrumento capaz de identificar essas possibilidades de desenvolvimento e orientar intervenções pedagógicas mais eficazes.

Da mesma forma, Piaget contribui ao demonstrar que o conhecimento é construído ativamente pelo sujeito por meio da interação com o meio. A aprendizagem ocorre mediante processos de assimilação, acomodação e equilíbrio, exigindo que o professor compreenda os estágios do desenvolvimento cognitivo para planejar experiências significativas. Nesse contexto, avaliar significa observar como os estudantes elaboram hipóteses, resolvem problemas e reorganizam seus conhecimentos ao longo do processo educativo.

As discussões contemporâneas sobre aprendizagem significativa, desenvolvidas por David Ausubel, também dialogam diretamente com a avaliação formativa. Para o autor, novos conhecimentos são incorporados quando conseguem estabelecer relações com saberes previamente existentes na estrutura cognitiva do estudante. Dessa forma, a avaliação assume importante função diagnóstica, permitindo ao professor identificar conhecimentos prévios, planejar intervenções contextualizadas e favorecer aprendizagens mais duradouras e relevantes.



No contexto brasileiro, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a necessidade de práticas avaliativas comprometidas com o desenvolvimento integral dos estudantes. O documento orienta que a avaliação esteja articulada às competências gerais da educação, contemplando não apenas os conhecimentos conceituais, mas também habilidades, atitudes, valores e competências socioemocionais. Essa perspectiva amplia significativamente o papel da avaliação, tornando-a um processo contínuo de acompanhamento das múltiplas dimensões da aprendizagem.

A avaliação formativa também dialoga diretamente com os princípios da educação inclusiva. Em salas de aula marcadas pela diversidade cultural, social e pelas diferentes necessidades educacionais, torna-se indispensável adotar instrumentos capazes de reconhecer as singularidades de cada estudante. Avaliações padronizadas nem sempre conseguem revelar os avanços individuais, enquanto práticas formativas possibilitam observar processos, identificar potencialidades e construir estratégias pedagógicas personalizadas.

Entre os principais instrumentos utilizados na avaliação formativa destacam-se a observação sistemática, os registros descritivos, os portfólios, os diários de aprendizagem, os mapas conceituais, as rubricas, as autoavaliações, as avaliações entre pares, os projetos interdisciplinares, as produções textuais, as atividades investigativas e as rodas de conversa. Cada um desses recursos oferece informações complementares sobre o percurso de aprendizagem, permitindo uma compreensão mais ampla do desenvolvimento dos estudantes.

Outro elemento essencial da avaliação formativa é o feedback. Quando realizado de forma clara, respeitosa e construtiva, o feedback orienta o estudante sobre seus avanços, indica aspectos que precisam ser aperfeiçoados e sugere caminhos para a continuidade da aprendizagem. Diferentemente de comentários limitados à atribuição de notas, o feedback formativo promove reflexão, fortalece a motivação e estimula o protagonismo dos estudantes em relação ao próprio processo de aprendizagem.



A implementação da avaliação formativa, entretanto, ainda enfrenta desafios nas escolas brasileiras. Entre eles destacam-se a permanência de uma cultura avaliativa centrada na classificação, o elevado número de estudantes por turma, a escassez de tempo para registros pedagógicos, a pressão por resultados em avaliações externas e a necessidade de formação continuada dos professores. Superar esses obstáculos requer mudanças institucionais, revisão das práticas pedagógicas e fortalecimento de políticas públicas voltadas à valorização da avaliação como instrumento de promoção da aprendizagem.

Dessa forma, os fundamentos teóricos da avaliação formativa demonstram que avaliar vai muito além de verificar resultados. Trata-se de um processo permanente de investigação, reflexão e tomada de decisões pedagógicas que possibilita ao professor compreender o percurso de aprendizagem dos estudantes e promover intervenções cada vez mais significativas. Ao integrar avaliação, ensino e aprendizagem em um único processo, a escola fortalece práticas pedagógicas mais inclusivas, democráticas e comprometidas com a formação integral dos sujeitos, contribuindo para uma educação de maior qualidade social.

ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS DA AVALIAÇÃO FORMATIVA PARA PROMOVER APRENDIZAGENS SIGNIFICATIVAS

A efetivação da avaliação formativa na Educação Básica depende da utilização de estratégias e instrumentos que permitam acompanhar continuamente o processo de aprendizagem dos estudantes. Diferentemente da avaliação tradicional, centrada em provas e exames realizados ao final de um período letivo, a avaliação formativa ocorre durante todo o percurso educativo, oferecendo ao professor informações que subsidiam a tomada de decisões pedagógicas e favorecem intervenções capazes de potencializar o desenvolvimento dos alunos. Dessa forma, avaliar deixa de ser um momento isolado para tornar-se parte integrante do planejamento, do ensino e da aprendizagem.

Entre as estratégias mais relevantes destaca-se a observação sistemática. O professor acompanha, de maneira intencional e organizada, as interações, as produções, a participação, as formas de resolução de problemas e as atitudes dos estudantes diante das atividades propostas. Esse acompanhamento possibilita identificar avanços, dificuldades, interesses e necessidades específicas, permitindo a reorganização das práticas pedagógicas sempre que necessário. Para que essa observação produza informações consistentes, é importante que seja registrada em fichas, diários de bordo ou relatórios descritivos, evitando que as análises se baseiem apenas na memória ou em impressões subjetivas.

Outro instrumento amplamente utilizado é o portfólio, entendido como uma coleção organizada de produções realizadas pelos estudantes ao longo do processo de aprendizagem. Nele podem ser reunidos textos, desenhos, fotografias, registros de experimentos, mapas conceituais, projetos, pesquisas, produções artísticas e reflexões pessoais. O portfólio permite visualizar a evolução do estudante, evidenciando progressos, dificuldades superadas e novas competências desenvolvidas. Além de favorecer o acompanhamento docente, estimula o aluno a refletir sobre sua própria trajetória de aprendizagem, fortalecendo sua autonomia e responsabilidade.

A autoavaliação representa outro importante recurso da avaliação formativa. Ao analisar suas próprias produções, reconhecer avanços, identificar dificuldades e estabelecer metas para continuar aprendendo, o estudante desenvolve competências relacionadas ao pensamento crítico, à autonomia e à autorregulação da aprendizagem. Esse processo favorece a formação de sujeitos mais conscientes de suas responsabilidades, tornando-os participantes ativos do processo educativo. Para que a autoavaliação produza resultados significativos, o professor deve orientar os estudantes por meio de critérios claros, linguagem acessível e momentos de reflexão coletiva.

Complementando esse processo, a avaliação entre pares constitui uma estratégia que fortalece a aprendizagem colaborativa. Nessa modalidade, os próprios estudantes analisam trabalhos desenvolvidos por colegas, utilizando critérios previamente definidos pelo professor.

Além de ampliar o senso de responsabilidade, essa prática desenvolve habilidades de comunicação, argumentação, respeito às diferenças e capacidade de oferecer críticas construtivas. Ao observar diferentes formas de resolver uma mesma atividade, os estudantes ampliam suas possibilidades de aprendizagem e desenvolvem maior consciência sobre os critérios de qualidade das produções.

Outro recurso importante são as rubricas avaliativas, instrumentos compostos por critérios e níveis de desempenho que tornam o processo de avaliação mais transparente e objetivo. As rubricas permitem que professores e estudantes compreendam claramente quais competências estão sendo avaliadas e quais aspectos precisam ser aprimorados. Além de favorecer maior justiça e coerência nas avaliações, esse instrumento contribui para reduzir a subjetividade e possibilita que os estudantes acompanhem seu próprio progresso de maneira mais consciente.

O feedback pedagógico constitui um dos elementos centrais da avaliação formativa. Diferentemente de comentários genéricos ou da simples atribuição de notas, o feedback deve fornecer informações específicas sobre o desempenho do estudante, indicando seus avanços, apontando aspectos que necessitam ser aperfeiçoados e sugerindo caminhos para novas aprendizagens. Quando realizado de forma respeitosa, individualizada e em tempo oportuno, o feedback fortalece a motivação, estimula a perseverança e amplia o compromisso do estudante com sua aprendizagem.

Além dos instrumentos tradicionais, as metodologias ativas oferecem inúmeras possibilidades para a implementação da avaliação formativa. Estratégias como aprendizagem baseada em projetos, aprendizagem baseada em problemas, sala de aula invertida, rotação por estações, gamificação e ensino híbrido colocam o estudante no centro do processo educativo.

Nesses contextos, a avaliação acompanha continuamente o desenvolvimento das atividades, valorizando não apenas os resultados finais, mas também a participação, a colaboração, a criatividade, a capacidade investigativa e a resolução de problemas.

Os projetos interdisciplinares também representam uma estratégia eficaz para integrar avaliação e aprendizagem. Ao desenvolver projetos que articulam diferentes áreas do conhecimento, os estudantes são desafiados a pesquisar, formular hipóteses, tomar decisões, trabalhar em equipe e apresentar soluções para problemas reais. Durante todas essas etapas, o professor observa competências cognitivas, sociais e emocionais, registrando evidências que subsidiarão futuras intervenções pedagógicas. Essa abordagem torna a aprendizagem mais contextualizada, significativa e próxima da realidade vivenciada pelos alunos.

Na Educação Infantil, a avaliação formativa assume características específicas, considerando as particularidades do desenvolvimento infantil. Conforme orientam a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o processo avaliativo deve ocorrer por meio da observação das brincadeiras, das interações, das explorações, das manifestações corporais, da linguagem, da criatividade e das experiências vividas pelas crianças. Os registros fotográficos, relatórios descritivos, portfólios e documentações pedagógicas constituem importantes instrumentos para acompanhar o desenvolvimento infantil sem recorrer à classificação ou retenção.

Nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, a avaliação formativa amplia suas possibilidades por meio da utilização de produções escritas, seminários, experimentos científicos, pesquisas, resolução de situações-problema, projetos colaborativos, atividades digitais e apresentações orais. Essa diversidade de instrumentos favorece uma compreensão mais ampla da aprendizagem, contemplando diferentes estilos cognitivos, ritmos de desenvolvimento e formas de expressão dos estudantes.

As tecnologias digitais também ampliam significativamente as possibilidades da avaliação formativa. Plataformas educacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, aplicativos de produção colaborativa, questionários interativos, fóruns de discussão e ferramentas de acompanhamento permitem ao professor monitorar continuamente o desempenho da turma, registrar evidências da aprendizagem e oferecer feedbacks personalizados. Além disso, os recursos tecnológicos favorecem maior participação dos estudantes e possibilitam a construção de processos avaliativos mais dinâmicos e interativos.

Entretanto, a adoção dessas estratégias exige planejamento pedagógico consistente e formação continuada dos professores. A escolha dos instrumentos avaliativos deve estar alinhada aos objetivos de aprendizagem, às competências previstas no currículo e às características da turma. Não existe um único instrumento capaz de avaliar todas as dimensões da aprendizagem; por isso, recomenda-se a utilização articulada de diferentes estratégias, possibilitando uma avaliação mais abrangente, justa e significativa.

Outro aspecto essencial consiste na construção de uma cultura avaliativa baseada no diálogo e na corresponsabilidade. Professores, estudantes, famílias e equipe gestora precisam compreender que a avaliação não tem como finalidade punir ou classificar, mas favorecer a aprendizagem e orientar o trabalho pedagógico. Essa mudança de perspectiva fortalece relações mais colaborativas dentro da escola e contribui para o desenvolvimento de ambientes educativos acolhedores, inclusivos e comprometidos com o sucesso escolar de todos os estudantes.

Assim, a utilização de estratégias diversificadas de avaliação formativa possibilita acompanhar o desenvolvimento dos estudantes em suas múltiplas dimensões, promovendo aprendizagens mais profundas, significativas e contextualizadas. Ao integrar diferentes instrumentos de acompanhamento, observação, reflexão e feedback, o professor amplia sua capacidade de compreender o processo educativo e de realizar intervenções que respeitem as necessidades individuais e coletivas da turma. Dessa maneira, a avaliação deixa de representar um mecanismo de controle para tornar-se um verdadeiro instrumento de transformação da prática pedagógica e de promoção da aprendizagem significativa.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA AVALIAÇÃO FORMATIVA NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DE QUALIDADE

A consolidação da avaliação formativa na Educação Básica representa um importante avanço na construção de práticas pedagógicas comprometidas com a aprendizagem significativa, a equidade e a inclusão. No entanto, sua implementação ainda enfrenta inúmeros desafios relacionados às concepções tradicionais de avaliação, à organização do trabalho pedagógico, às políticas educacionais e às condições concretas de funcionamento das escolas. Superar tais obstáculos exige mudanças que envolvem não apenas os professores, mas toda a comunidade escolar, incluindo gestores, estudantes, famílias e sistemas de ensino.

Um dos principais desafios consiste na permanência de uma cultura avaliativa centrada na classificação dos estudantes. Durante décadas, a avaliação foi compreendida como um mecanismo de controle, aprovação ou reprovação, atribuindo às notas um papel predominante na definição do sucesso escolar. Essa concepção ainda influencia muitas práticas docentes, fazendo com que provas escritas e exames finais sejam considerados os principais indicadores da aprendizagem. Como consequência, frequentemente desconsideram-se aspectos fundamentais do desenvolvimento humano, como a criatividade, a autonomia, a capacidade de argumentação, a cooperação e o pensamento crítico.

Outro fator que dificulta a implementação da avaliação formativa refere-se ao elevado número de estudantes por turma e à sobrecarga de trabalho docente. O acompanhamento individualizado da aprendizagem requer tempo para observação, registro, análise das produções, elaboração de devolutivas e reorganização do planejamento. Em muitas redes de ensino, entretanto, os professores enfrentam jornadas extensas, múltiplas turmas e inúmeras demandas administrativas, reduzindo o tempo disponível para desenvolver práticas avaliativas contínuas e reflexivas.



A formação inicial e continuada dos professores também constitui um elemento decisivo para a efetivação da avaliação formativa. Embora os cursos de licenciatura tenham ampliado as discussões sobre avaliação da aprendizagem, muitos docentes ainda ingressam na profissão com forte influência de modelos avaliativos tradicionais, reproduzindo práticas vivenciadas durante sua própria trajetória escolar. Torna-se, portanto, indispensável investir em programas permanentes de formação que promovam estudos sobre avaliação, metodologias ativas, planejamento pedagógico, feedback, educação inclusiva e desenvolvimento de competências.

Outro desafio importante está relacionado às avaliações externas em larga escala. Embora esses instrumentos forneçam indicadores relevantes para o acompanhamento das políticas públicas educacionais, quando utilizados de maneira inadequada podem induzir práticas pedagógicas excessivamente voltadas para o treinamento dos estudantes com vistas ao desempenho em exames padronizados. Nessas situações, corre-se o risco de reduzir o currículo, limitar experiências de aprendizagem e enfraquecer o potencial da avaliação formativa como instrumento de acompanhamento do desenvolvimento integral dos alunos.

Apesar desses desafios, as possibilidades oferecidas pela avaliação formativa são amplas e contribuem significativamente para a melhoria da qualidade da educação. Um dos seus maiores benefícios consiste na promoção do protagonismo estudantil. Quando os estudantes participam da definição de objetivos, conhecem os critérios de avaliação, realizam autoavaliações e recebem feedbacks constantes, tornam-se mais conscientes de seu processo de aprendizagem. Essa participação fortalece a autonomia, a responsabilidade, a motivação e o compromisso com a construção do conhecimento.

A avaliação formativa também desempenha papel fundamental na consolidação da educação inclusiva. Em uma perspectiva inclusiva, todos os estudantes têm direito de aprender, independentemente de suas características, condições físicas, intelectuais, culturais, linguísticas ou sociais. Para isso, torna-se necessário abandonar práticas homogêneas de avaliação e adotar estratégias flexíveis que respeitem os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. A observação contínua, os registros pedagógicos, os portfólios, as adaptações curriculares e a diversificação dos instrumentos avaliativos permitem reconhecer as potencialidades de cada estudante e planejar intervenções pedagógicas mais adequadas.

No contexto da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, a avaliação formativa favorece a identificação das barreiras que dificultam a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial. Em vez de enfatizar limitações, essa abordagem valoriza as capacidades, os avanços e as possibilidades de desenvolvimento, subsidiando a elaboração de estratégias pedagógicas acessíveis e o trabalho colaborativo entre professores da classe comum, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), equipe gestora e famílias.

Outro aspecto relevante refere-se ao fortalecimento da relação entre avaliação e planejamento pedagógico. As informações obtidas durante o acompanhamento da aprendizagem permitem ao professor analisar a eficácia das metodologias utilizadas, identificar conteúdos que necessitam ser retomados e propor novas estratégias de ensino. Dessa forma, planejamento, ensino e avaliação deixam de ser etapas isoladas e passam a constituir um processo integrado de reflexão e aperfeiçoamento permanente da prática docente.

As tecnologias digitais ampliam ainda mais as possibilidades da avaliação formativa. Plataformas educacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, aplicativos colaborativos e ferramentas de acompanhamento em tempo real permitem registrar evidências da aprendizagem, oferecer feedbacks individualizados e monitorar o desenvolvimento dos estudantes de maneira mais sistemática. Além disso, esses recursos favorecem maior participação dos alunos, estimulando a produção colaborativa, a pesquisa, a criatividade e o protagonismo no processo educativo.



Outro avanço importante consiste na valorização da avaliação como instrumento de desenvolvimento das competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A formação integral proposta pelo documento exige que a escola avalie não apenas conteúdos conceituais, mas também competências relacionadas ao pensamento científico, à comunicação, à cultura digital, ao trabalho colaborativo, à argumentação, à responsabilidade, à empatia e à cidadania. A avaliação formativa mostra-se especialmente adequada para acompanhar essas dimensões, pois permite observar os estudantes em diferentes situações de aprendizagem e em contextos reais de atuação.

Além disso, a participação das famílias fortalece significativamente o processo avaliativo. Quando pais ou responsáveis acompanham o desenvolvimento escolar, compreendem os objetivos da avaliação formativa e dialogam com os professores sobre os avanços e desafios dos estudantes, estabelece-se uma parceria que favorece a continuidade das aprendizagens também fora da escola. A comunicação baseada em registros qualitativos e devolutivos pedagógicos contribui para que a família compreenda o desenvolvimento da criança ou do adolescente para além das notas ou conceitos finais.

Por fim, é importante reconhecer que a implementação da avaliação formativa não depende exclusivamente da iniciativa individual dos professores. É necessária a construção de uma cultura institucional comprometida com a aprendizagem, apoiada por equipes gestoras, políticas públicas consistentes, investimentos em formação continuada, condições adequadas de trabalho e processos coletivos de planejamento. Quando toda a comunidade escolar compartilha a compreensão de que avaliar significa acompanhar, orientar e promover aprendizagens, cria-se um ambiente favorável ao desenvolvimento de práticas pedagógicas mais democráticas, inclusivas e socialmente comprometidas.



Nesse sentido, a avaliação formativa configura-se como um dos pilares da educação contemporânea, pois transforma o ato de avaliar em uma prática permanente de investigação, reflexão e intervenção pedagógica. Ao valorizar o percurso de aprendizagem, respeitar a diversidade dos estudantes e orientar continuamente o trabalho docente, essa abordagem contribui para a construção de uma escola que reconhece o potencial de cada sujeito e promove uma educação de qualidade, inclusiva e comprometida com a formação integral dos cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação formativa constitui um dos pilares para a construção de uma educação comprometida com a aprendizagem significativa, a inclusão e o desenvolvimento integral dos estudantes. Ao longo deste estudo, evidenciou-se que essa concepção avaliativa rompe com práticas tradicionais centradas exclusivamente na mensuração de resultados, assumindo uma perspectiva contínua, diagnóstica e mediadora, capaz de orientar o planejamento docente e favorecer intervenções pedagógicas mais eficazes.

Os fundamentos teóricos apresentados demonstram que avaliar vai além da atribuição de notas ou conceitos. A avaliação formativa possibilita compreender os processos de aprendizagem, identificar potencialidades e dificuldades, promover a autorreflexão dos estudantes e fortalecer o papel do professor como mediador da construção do conhecimento. Nessa perspectiva, o erro deixa de representar fracasso para constituir-se como elemento indispensável ao desenvolvimento cognitivo, permitindo ajustes permanentes nas práticas de ensino.

Também foi possível verificar que a utilização de estratégias diversificadas, como observação sistemática, portfólios, registros pedagógicos, autoavaliação, avaliação entre pares, rubricas, projetos interdisciplinares e feedback contínuo, amplia significativamente as possibilidades de acompanhamento da aprendizagem. Esses instrumentos favorecem uma avaliação mais democrática, participativa e contextualizada, respeitando os diferentes ritmos, estilos e necessidades dos estudantes.



Outro aspecto relevante refere-se à estreita relação entre avaliação formativa e educação inclusiva. Ao reconhecer a diversidade presente nas salas de aula, essa abordagem contribui para a construção de práticas pedagógicas equitativas, valorizando as potencialidades individuais e promovendo oportunidades reais de aprendizagem para todos. Dessa forma, fortalece-se uma escola comprometida com os princípios da equidade, da justiça social e da garantia do direito à educação de qualidade.

Entretanto, a implementação da avaliação formativa ainda enfrenta desafios relacionados à permanência de modelos avaliativos classificatórios, à sobrecarga de trabalho docente, às limitações estruturais das instituições escolares e à necessidade de formação continuada dos profissionais da educação. Superar esses obstáculos exige políticas públicas consistentes, investimentos em processos formativos e fortalecimento da gestão pedagógica, de modo que a avaliação seja compreendida como instrumento de transformação das práticas educativas.

Conclui-se, portanto, que a avaliação formativa representa uma importante estratégia para qualificar o processo de ensino e aprendizagem na Educação Básica. Ao integrar planejamento, acompanhamento, intervenção e reflexão pedagógica, promove o desenvolvimento de competências cognitivas, sociais, emocionais e éticas, contribuindo para a formação integral dos estudantes. Mais do que verificar resultados, avaliar formativamente significa construir oportunidades de aprendizagem, respeitando as singularidades dos sujeitos e fortalecendo uma educação humanizadora, democrática e socialmente referenciada.

Dessa maneira, espera-se que as reflexões apresentadas neste artigo possam contribuir para ampliar o debate sobre a importância da avaliação formativa nas instituições de ensino, incentivando professores, gestores e demais profissionais da educação a desenvolverem práticas avaliativas mais participativas, inclusivas e comprometidas com a aprendizagem significativa e com a formação cidadã dos estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSUBEL, David Paul. Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

ESTEBAN, Maria Teresa. Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 35. ed. Porto Alegre: Mediação, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAN, José. Metodologias Ativas para uma Aprendizagem Mais Profunda. In: BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SACRISTÁN, José Gimeno; PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. Compreender e Transformar o Ensino. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação da Aprendizagem: práticas de mudança – por uma práxis transformadora. 14. ed. São Paulo: Libertad, 2014.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. A Formação Social da Mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

RESUMO

A educação ao longo da vida constitui um direito fundamental e um importante instrumento para a promoção da inclusão social, da autonomia e da qualidade de vida das pessoas idosas. Com o aumento da expectativa de vida e o envelhecimento da população brasileira, cresce também a necessidade de ampliar o acesso desse público às oportunidades educacionais, especialmente por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de programas voltados à aprendizagem permanente. Este artigo tem como objetivo analisar a importância da retomada dos estudos na terceira idade, destacando seus impactos no desenvolvimento cognitivo, emocional, social e na valorização da cidadania. A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa, fundamentada em estudos sobre educação permanente, envelhecimento ativo, gerontologia educacional e políticas públicas para a pessoa idosa. Os resultados evidenciam que o retorno à escola contribui para a preservação das funções cognitivas, o fortalecimento da autoestima, a ampliação das relações sociais, o desenvolvimento da autonomia e o exercício pleno dos direitos de cidadania. Além disso, favorece a inclusão digital, estimula a participação comunitária e reduz situações de isolamento social frequentemente vivenciadas por pessoas idosas. Entretanto, ainda persistem desafios relacionados ao acesso, à permanência e à conclusão dos estudos, como preconceitos, dificuldades de mobilidade, ausência de metodologias adequadas e limitações estruturais das instituições de ensino. Conclui-se que a educação na terceira idade representa uma importante estratégia de promoção do envelhecimento ativo e saudável, exigindo investimentos em políticas públicas, formação de professores e práticas pedagógicas inclusivas que assegurem o direito à aprendizagem em todas as etapas da vida.

Palavras-chave: Educação ao longo da vida; Terceira idade; Educação de Jovens e Adultos; Envelhecimento ativo; Inclusão educacional.

ABSTRACT

Lifelong learning is a fundamental right and an important instrument for promoting social inclusion, autonomy, and quality of life for older adults. As life expectancy increases and the Brazilian population ages, the need to expand educational opportunities for this group also grows, especially through Youth and Adult Education (EJA) and lifelong learning programs. This article aims to analyze the importance of returning to school in old age, highlighting its cognitive, emotional, social, and citizenship-related benefits. The study is based on a qualitative bibliographic review grounded in research on lifelong education, active aging, educational gerontology, and public policies for older adults. The findings indicate that returning to school contributes to the preservation of cognitive functions, strengthens self-esteem, expands social relationships, promotes autonomy, and enhances the exercise of citizenship rights. Furthermore, it encourages digital inclusion, stimulates community participation, and reduces social isolation commonly experienced by older adults. However, challenges related to access, permanence, and completion of studies remain, including prejudice, mobility difficulties, lack of appropriate teaching methodologies, and structural limitations within educational institutions. It is concluded that education in later life is a powerful strategy for promoting active and healthy aging, requiring investments in public policies, teacher education, and inclusive pedagogical practices that guarantee the right to learn throughout life.

Keywords: Lifelong learning; Older adults; Youth and Adult Education; Active aging; Educational inclusion.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional constitui uma das transformações demográficas mais significativas do século XXI. Os avanços nas áreas da saúde, da medicina, da tecnologia e das políticas públicas contribuíram para o aumento da expectativa de vida, tornando cada vez mais expressivo o número de pessoas idosas na sociedade brasileira e mundial. Esse cenário evidencia a necessidade de ampliar o debate sobre os direitos da pessoa idosa, especialmente no que se refere ao acesso à educação como instrumento de promoção da cidadania, da autonomia e da participação social. Nesse contexto, a educação ao longo da vida consolida-se como um princípio fundamental para garantir oportunidades de aprendizagem em todas as fases da existência humana.

A educação é reconhecida como um direito social assegurado pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e por diversos documentos internacionais que defendem a aprendizagem permanente como elemento essencial para o desenvolvimento humano. Entretanto, muitos brasileiros chegaram à velhice sem terem concluído a educação básica em razão de desigualdades sociais, dificuldades econômicas, necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, ausência de políticas educacionais e outras barreiras históricas que limitaram o acesso à escola. Para esse público, a retomada dos estudos representa não apenas a oportunidade de concluir uma etapa da escolarização, mas também a possibilidade de reconstruir trajetórias de vida marcadas pela exclusão educacional.

A concepção de educação ao longo da vida parte do entendimento de que aprender é um processo contínuo, que acompanha o indivíduo desde a infância até a velhice. Nessa perspectiva, a aprendizagem ultrapassa os limites da escolarização formal, abrangendo diferentes espaços, experiências e contextos sociais. Para a pessoa idosa, retornar aos estudos significa ampliar conhecimentos, desenvolver novas competências, fortalecer vínculos sociais, exercer a cidadania e participar de forma mais ativa das transformações da sociedade contemporânea.

Além dos aspectos relacionados à escolarização, diversos estudos demonstram que a continuidade dos processos educativos contribui significativamente para o envelhecimento ativo e saudável. A participação em atividades de aprendizagem estimula funções cognitivas como memória, atenção, linguagem, raciocínio lógico e resolução de problemas, favorecendo a manutenção da capacidade intelectual e da autonomia funcional.



Do ponto de vista emocional, o retorno à escola fortalece a autoestima, promove o sentimento de pertencimento e amplia as perspectivas de realização pessoal. No âmbito social, possibilita a construção de novas amizades, incentiva a convivência intergeracional e reduz situações de isolamento e vulnerabilidade frequentemente vivenciadas por pessoas idosas.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha papel fundamental nesse processo ao oferecer oportunidades de escolarização para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade considerada regular. Entretanto, o atendimento às especificidades do público idoso ainda representa um desafio para muitas instituições de ensino. A heterogeneidade das turmas, as diferenças nos ritmos de aprendizagem, as limitações decorrentes do envelhecimento e as experiências acumuladas ao longo da vida exigem práticas pedagógicas flexíveis, metodologias participativas e processos avaliativos que valorizem os conhecimentos prévios dos estudantes.

Outro aspecto que merece destaque refere-se à inclusão digital da pessoa idosa. Em uma sociedade fortemente marcada pelo uso das tecnologias da informação e da comunicação, a educação torna-se um importante instrumento para reduzir desigualdades de acesso ao mundo digital. O domínio de recursos tecnológicos possibilita aos idosos ampliar a comunicação com familiares, acessar serviços públicos, participar de atividades culturais, utilizar plataformas de aprendizagem, exercer maior autonomia e fortalecer sua participação social. Dessa forma, a educação permanente também contribui para diminuir as barreiras impostas pela exclusão digital.

No campo das políticas públicas, observa-se um movimento crescente de valorização do envelhecimento ativo, conceito difundido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que compreende o envelhecimento como um processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança para melhorar a qualidade de vida das pessoas à medida que envelhecem.

A educação ocupa lugar estratégico nesse processo por favorecer o desenvolvimento pessoal, estimular a participação comunitária e fortalecer o exercício dos direitos humanos. Entretanto, ainda são necessários maiores investimentos em programas específicos para estudantes idosos, formação continuada de professores e ampliação das ações voltadas à permanência e ao sucesso escolar desse público.

Sob essa perspectiva, torna-se indispensável compreender que a presença da pessoa idosa nos espaços educativos representa muito mais do que a conclusão da educação formal. Trata-se da reafirmação do direito de aprender em qualquer etapa da vida e da valorização das experiências acumuladas ao longo da trajetória pessoal, profissional e social de cada estudante. Ao reconhecer essas vivências como parte do processo educativo, a escola fortalece práticas pedagógicas mais inclusivas, democráticas e humanizadas.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar a importância da retomada dos estudos na terceira idade, destacando seus benefícios para o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e para o fortalecimento da cidadania. Busca-se ainda discutir os principais desafios enfrentados pelas pessoas idosas no acesso e na permanência na educação, bem como refletir sobre estratégias pedagógicas e políticas públicas capazes de assegurar uma educação inclusiva e de qualidade para esse público. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica fundamentada em estudos sobre educação ao longo da vida, envelhecimento ativo, Educação de Jovens e Adultos, gerontologia educacional e legislação educacional brasileira.

Espera-se que as reflexões apresentadas contribuam para ampliar o debate sobre a educação como direito permanente, incentivando a construção de práticas educativas que reconheçam a aprendizagem como um processo contínuo e essencial para a promoção da dignidade, da autonomia, da inclusão social e da qualidade de vida das pessoas idosas. Valorizar a retomada dos estudos na terceira idade significa reconhecer que nunca é tarde para aprender, ensinar, compartilhar experiências e construir novos projetos de vida.

EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA E O DIREITO À APRENDIZAGEM NA TERCEIRA IDADE

A educação é um direito humano fundamental e constitui um dos principais instrumentos para a promoção da cidadania, da igualdade de oportunidades e do desenvolvimento social. Entretanto, durante muitos anos, prevaleceu a ideia de que o processo educativo estava restrito às primeiras etapas da vida, especialmente à infância e à juventude. As profundas transformações demográficas, econômicas e sociais ocorridas nas últimas décadas modificaram essa compreensão, fortalecendo o conceito de educação ao longo da vida como princípio orientador das políticas educacionais contemporâneas. Essa perspectiva reconhece que o ser humano possui capacidade permanente para aprender, reconstruir conhecimentos e desenvolver novas competências em qualquer fase da existência.

O conceito de educação ao longo da vida ganhou projeção internacional a partir das discussões promovidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), especialmente com a publicação do Relatório Delors, intitulado Educação: um tesouro a descobrir (1996). O documento propõe que a aprendizagem seja entendida como um processo contínuo, fundamentado em quatro pilares essenciais: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. Esses princípios reforçam que a educação não deve limitar-se ao ambiente escolar ou às etapas iniciais da vida, mas acompanhar continuamente o desenvolvimento humano, promovendo autonomia, participação social e qualidade de vida.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, assegurando igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Esse direito é reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que reconhece a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como modalidade destinada às pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria. Embora historicamente associada aos jovens e adultos trabalhadores, a EJA também atende um número crescente de estudantes idosos que buscam concluir a educação básica, ampliar conhecimentos e conquistar novos espaços de participação social.



O aumento da expectativa de vida da população brasileira torna esse debate ainda mais relevante. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país vivencia um acelerado processo de envelhecimento populacional, exigindo a implementação de políticas públicas capazes de garantir qualidade de vida, inclusão social e acesso aos direitos fundamentais da pessoa idosa. Nesse contexto, a educação assume papel estratégico por favorecer o envelhecimento ativo, conceito amplamente difundido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que compreende o envelhecimento como um processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança ao longo da vida.

A retomada dos estudos na terceira idade representa, para muitos estudantes, a concretização de um sonho interrompido pelas dificuldades enfrentadas durante a juventude. Grande parte da população idosa brasileira vivenciou contextos marcados pela pobreza, pelo trabalho infantil, pela ausência de escolas próximas às comunidades, pelas desigualdades de gênero e pelas limitações de acesso às políticas educacionais. Muitas pessoas precisaram abandonar os estudos para contribuir com o sustento da família, assumindo responsabilidades precoces que impediram a continuidade da escolarização. O retorno à escola, portanto, simboliza uma oportunidade de reparar desigualdades históricas e reafirmar o direito à educação em qualquer etapa da vida.

Além de representar um direito, a educação desempenha importante função na promoção da autonomia e da cidadania. A escolarização permite que a pessoa idosa desenvolva competências relacionadas à leitura, à escrita, ao raciocínio lógico, à comunicação e ao acesso às informações, favorecendo maior independência nas atividades cotidianas.

O domínio dessas habilidades possibilita compreender documentos, utilizar serviços públicos, interpretar informações sobre saúde, exercer direitos previdenciários e participar de forma mais ativa das decisões que afetam sua vida e sua comunidade.

Outro aspecto relevante refere-se ao fortalecimento da autoestima. Muitos idosos carregam sentimentos de frustração decorrentes da interrupção precoce dos estudos ou das dificuldades enfrentadas ao longo da vida escolar.

O retorno ao ambiente educativo proporciona novas experiências de aprendizagem, valorizando suas capacidades e demonstrando que o conhecimento pode ser construído em qualquer idade. À medida que superam desafios, realizam atividades, concluem etapas escolares e compartilham experiências, esses estudantes passam a reconhecer seu potencial, fortalecendo sua autoconfiança e ampliando suas perspectivas de realização pessoal.

Sob a perspectiva pedagógica, a educação destinada às pessoas idosas deve considerar as especificidades desse público. O processo de envelhecimento pode influenciar aspectos relacionados à memória, à atenção, ao ritmo de aprendizagem e às condições físicas dos estudantes. Entretanto, essas características não representam limitações para aprender, mas indicam a necessidade de práticas pedagógicas diferenciadas, baseadas no respeito aos tempos individuais, na valorização das experiências de vida e na construção de ambientes acolhedores e participativos. A aprendizagem torna-se mais significativa quando os conteúdos dialogam com a realidade dos estudantes, reconhecendo seus saberes e suas trajetórias.

Nesse sentido, as contribuições de Paulo Freire permanecem extremamente atuais. O educador compreende a educação como prática de liberdade e defende que o processo educativo deve partir das experiências concretas dos sujeitos. Para Freire, ensinar não significa transmitir conhecimentos prontos, mas criar condições para que os educandos construam novos saberes por meio do diálogo, da reflexão crítica e da participação ativa. Essa perspectiva mostra-se especialmente adequada à educação da pessoa idosa, pois reconhece que cada estudante chega à escola trazendo uma rica bagagem cultural, profissional e social que precisa ser valorizada no processo de ensino e aprendizagem.

Outro elemento essencial é a convivência intergeracional proporcionada pelos espaços educativos. O encontro entre estudantes de diferentes idades favorece a troca de experiências, o respeito à diversidade e a construção de relações baseadas na solidariedade e na cooperação. Os idosos compartilham conhecimentos acumulados ao longo da vida, enquanto também têm acesso a novas tecnologias, diferentes formas de aprendizagem e experiências culturais contemporâneas. Essa interação contribui para combater preconceitos relacionados ao envelhecimento e fortalece uma cultura de valorização da pessoa idosa.



Dessa forma, a educação ao longo da vida configura-se como um direito permanente e uma estratégia fundamental para promover o envelhecimento ativo, a inclusão social e a formação cidadã. Garantir oportunidades educacionais à população idosa significa reconhecer que aprender não possui limite de idade e que a escola deve constituir-se como espaço democrático, acolhedor e comprometido com a valorização das experiências humanas. Ao assegurar o acesso, a permanência e o sucesso escolar das pessoas idosas, a sociedade fortalece princípios de justiça social, dignidade e respeito aos direitos humanos, contribuindo para uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora.

BENEFÍCIOS COGNITIVOS, SOCIAIS E EMOCIONAIS DA RETOMADA DOS ESTUDOS NA TERCEIRA IDADE

O retorno à escola na terceira idade representa muito mais do que a oportunidade de concluir uma etapa da escolarização interrompida ao longo da vida. Trata-se de um processo que promove transformações cognitivas, emocionais, sociais e culturais capazes de melhorar significativamente a qualidade de vida da pessoa idosa. A educação permanente fortalece a autonomia, amplia a participação social, estimula a capacidade intelectual e favorece o exercício pleno da cidadania, demonstrando que o aprendizado constitui um direito que acompanha o indivíduo em todas as fases da existência.

Entre os benefícios mais evidentes destaca-se o fortalecimento das funções cognitivas. O envelhecimento é um processo natural que pode provocar alterações graduais na memória, na atenção, na velocidade de processamento das informações e em outras funções mentais. Entretanto, pesquisas na área da Gerontologia Educacional demonstram que a estimulação intelectual proporcionada pelas atividades escolares contribui para preservar essas capacidades por mais tempo, favorecendo a plasticidade cerebral e retardando o declínio cognitivo associado ao envelhecimento.



As experiências de leitura, escrita, resolução de problemas matemáticos, interpretação de textos, pesquisas, debates e produção de conhecimentos estimulam diferentes áreas do cérebro, fortalecendo processos relacionados ao raciocínio lógico, à linguagem, à concentração e à memória. Embora a educação não elimine os efeitos naturais do envelhecimento, ela amplia a chamada reserva cognitiva, permitindo que o cérebro desenvolva estratégias mais eficientes para enfrentar as mudanças próprias da idade. Dessa forma, aprender continuamente torna-se um importante fator de promoção da saúde mental e da independência funcional.

Além dos ganhos cognitivos, a retomada dos estudos produz impactos significativos no bem-estar emocional. Muitos idosos retornam à escola após décadas afastados do ambiente educacional, carregando inseguranças decorrentes de experiências anteriores marcadas pela exclusão, pelo fracasso escolar ou pelas dificuldades socioeconômicas enfrentadas durante a infância e a juventude. Ao perceberem sua capacidade de aprender, participar das atividades e alcançar novos objetivos, esses estudantes fortalecem sua autoestima, recuperam a confiança em suas potencialidades e passam a construir uma imagem mais positiva de si mesmos.

O sentimento de realização pessoal também constitui um importante benefício da escolarização na terceira idade. Para muitos estudantes, concluir etapas da educação básica representa a concretização de um sonho interrompido por circunstâncias da vida. Receber um certificado, aprender a ler e escrever com maior autonomia, utilizar tecnologias digitais ou simplesmente participar das atividades escolares produz satisfação, orgulho e motivação para enfrentar novos desafios. Essas conquistas fortalecem o senso de competência e contribuem para uma percepção mais positiva do processo de envelhecimento.



Outro aspecto relevante refere-se ao combate ao isolamento social. A aposentadoria, a perda de familiares, as limitações físicas e a redução das oportunidades de convivência podem favorecer situações de solidão entre pessoas idosas. Nesse contexto, a escola transforma-se em um importante espaço de socialização, permitindo o estabelecimento de novas amizades, o compartilhamento de experiências e a construção de vínculos afetivos. O convívio com colegas e professores fortalece o sentimento de pertencimento e amplia as redes de apoio social, fatores diretamente relacionados à promoção da saúde física e emocional.

A convivência escolar também favorece o desenvolvimento das competências socioemocionais. Durante as atividades pedagógicas, os estudantes exercitam a empatia, a cooperação, o diálogo, a resolução de conflitos, o trabalho em equipe e o respeito às diferenças. Essas competências fortalecem a participação cidadã e contribuem para relações interpessoais mais saudáveis dentro e fora do ambiente escolar. Em turmas compostas por estudantes de diferentes gerações, o diálogo intergeracional enriquece ainda mais o processo educativo, permitindo trocas de conhecimentos, experiências e valores entre jovens, adultos e idosos.

A inclusão digital representa outro importante benefício decorrente da retomada dos estudos. Na sociedade contemporânea, marcada pelo intenso uso das tecnologias da informação e da comunicação, o domínio das ferramentas digitais tornou-se indispensável para o exercício da cidadania. A utilização de computadores, smartphones, aplicativos e plataformas digitais possibilita às pessoas idosas acessar informações, utilizar serviços públicos, realizar operações bancárias, manter contato com familiares, participar de cursos on-line e exercer maior autonomia em diferentes situações do cotidiano.

A aprendizagem das tecnologias digitais também contribui para reduzir sentimentos de dependência e exclusão social. Muitos idosos passam a utilizar redes sociais, aplicativos de mensagens, serviços de telemedicina e ambientes virtuais de aprendizagem, ampliando suas possibilidades de comunicação e participação na vida comunitária. Além disso, o acesso às tecnologias favorece o contato com manifestações culturais, cursos livres, bibliotecas digitais e diferentes formas de produção do conhecimento, fortalecendo o conceito de aprendizagem ao longo da vida.



Do ponto de vista da saúde, diversos estudos indicam que a participação em atividades educativas está associada à redução de sintomas de ansiedade e depressão, ao aumento da motivação para a prática de hábitos saudáveis e à melhoria da qualidade de vida. O ambiente escolar proporciona desafios intelectuais, convivência social e oportunidades de realização pessoal, fatores que contribuem para o equilíbrio emocional e para o envelhecimento saudável. Dessa forma, a educação assume importante papel na promoção da saúde integral da pessoa idosa.

Apesar dos inúmeros benefícios, a permanência dos estudantes idosos nos espaços educacionais depende da adoção de práticas pedagógicas que respeitem suas especificidades. É fundamental que os professores valorizem as experiências acumuladas ao longo da vida, utilizem metodologias participativas, promovam situações de aprendizagem contextualizadas e desenvolvam avaliações compatíveis com os diferentes ritmos de aprendizagem. O acolhimento, o respeito e a valorização da trajetória de cada estudante constituem elementos essenciais para fortalecer sua permanência e seu sucesso escolar.

Nesse sentido, a escola deve assumir uma postura inclusiva, reconhecendo que o envelhecimento não representa um obstáculo à aprendizagem, mas uma etapa da vida marcada por múltiplas possibilidades de desenvolvimento. Ao oferecer ambientes acessíveis, materiais didáticos adequados, recursos tecnológicos e práticas pedagógicas humanizadas, as instituições educacionais contribuem para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e comprometida com a garantia do direito à educação para todos.

Portanto, os benefícios da retomada dos estudos na terceira idade ultrapassam os limites da aquisição de conhecimentos escolares. A educação permanente fortalece as capacidades cognitivas, promove o bem-estar emocional, amplia as relações sociais, favorece a inclusão digital, estimula a autonomia e reforça o exercício da cidadania. Ao reconhecer a aprendizagem como um processo contínuo e permanente, a sociedade contribui para que o envelhecimento seja vivido com dignidade, participação ativa e qualidade de vida, reafirmando que nunca é tarde para aprender, compartilhar experiências e construir novos projetos pessoais e coletivos.

DESAFIOS, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL DA PESSOA IDOSA

A garantia do direito à educação na terceira idade representa um importante desafio para os sistemas educacionais, especialmente diante do acelerado processo de envelhecimento da população brasileira. Embora a legislação assegure o acesso à educação em todas as fases da vida, ainda existem barreiras que dificultam a entrada, a permanência e a conclusão dos estudos pelas pessoas idosas. Essas dificuldades envolvem fatores sociais, econômicos, culturais, estruturais e pedagógicos que exigem a implementação de políticas públicas e práticas educacionais capazes de promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

Um dos principais desafios enfrentados pelos estudantes idosos está relacionado às desigualdades educacionais acumuladas ao longo da vida. Muitos interromperam os estudos na infância ou adolescência devido à necessidade de trabalhar, às dificuldades financeiras da família, à inexistência de escolas próximas às suas residências ou às desigualdades de gênero que, durante décadas, limitaram o acesso de inúmeras mulheres à escolarização. Como consequência, muitos idosos chegam à Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentando lacunas significativas em sua formação escolar, exigindo práticas pedagógicas diferenciadas que respeitem suas trajetórias e seus ritmos de aprendizagem.

Outro fator que merece atenção refere-se ao preconceito relacionado à idade, conhecido como etarismo. Ainda persistem concepções equivocadas de que a aprendizagem é uma capacidade restrita às fases iniciais da vida, desconsiderando as potencialidades das pessoas idosas. Esse preconceito pode manifestar-se tanto no ambiente escolar quanto na sociedade em geral, desestimulando o retorno aos estudos e comprometendo a autoestima dos estudantes. Combater o etarismo significa reconhecer que aprender é uma possibilidade permanente e que o envelhecimento não elimina a capacidade de adquirir novos conhecimentos, desenvolver habilidades e participar ativamente da vida social.

As limitações de acessibilidade também constituem importantes obstáculos. Muitas instituições de ensino ainda apresentam barreiras arquitetônicas, como escadas sem rampas, ausência de elevadores, mobiliário inadequado, iluminação insuficiente e sinalização pouco acessível. Além disso, dificuldades relacionadas ao transporte público, à mobilidade urbana e à distância entre a residência e a escola podem comprometer a frequência e a permanência dos estudantes idosos. A construção de ambientes acessíveis é condição indispensável para assegurar igualdade de oportunidades e efetivar o direito à educação previsto na legislação brasileira.

No âmbito pedagógico, torna-se necessário reconhecer que os estudantes idosos apresentam características específicas que precisam ser consideradas no planejamento das atividades. O processo de envelhecimento pode influenciar aspectos como memória de curto prazo, velocidade de processamento das informações e resistência física. Entretanto, tais mudanças não impedem a aprendizagem, apenas exigem metodologias mais flexíveis, acolhedoras e contextualizadas. O respeito ao tempo de aprendizagem, a utilização de linguagem clara, a valorização das experiências de vida e o incentivo à participação ativa constituem princípios fundamentais para uma prática pedagógica inclusiva.

As metodologias ativas de aprendizagem apresentam grande potencial para o trabalho com pessoas idosas. Estratégias como aprendizagem baseada em projetos, rodas de conversa, estudos de caso, oficinas, atividades colaborativas, resolução de problemas e projetos intergeracionais favorecem a construção coletiva do conhecimento e valorizam os saberes adquiridos ao longo da vida. Nessas metodologias, o estudante deixa de ser mero receptor de informações e assume papel protagonista na produção do conhecimento, fortalecendo sua autonomia e seu sentimento de pertencimento ao ambiente escolar.

Outro aspecto essencial diz respeito à formação dos professores. O trabalho pedagógico com estudantes idosos requer conhecimentos relacionados à Gerontologia Educacional, ao processo de envelhecimento, às especificidades da Educação de Jovens e Adultos e às metodologias voltadas à aprendizagem de adultos. A formação inicial nem sempre contempla essas temáticas de maneira aprofundada, tornando indispensável a oferta de programas permanentes de formação continuada que preparem os docentes para atuar com esse público de forma sensível, inclusiva e qualificada.

A avaliação da aprendizagem também necessita assumir uma perspectiva formativa. Em vez de privilegiar exclusivamente provas e exames tradicionais, recomenda-se a utilização de instrumentos diversificados, como portfólios, registros reflexivos, projetos, apresentações orais, autoavaliações, produções escritas e atividades colaborativas. Esse conjunto de estratégias permite acompanhar o desenvolvimento dos estudantes de maneira mais ampla, respeitando suas características individuais e valorizando os progressos alcançados durante o processo educativo.

As políticas públicas desempenham papel decisivo na ampliação do acesso da população idosa à educação. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) e a Política Nacional do Idoso reconhecem a educação como direito fundamental e estabelecem responsabilidades do poder público na promoção de oportunidades educacionais para essa população. Contudo, a efetivação desses direitos depende da ampliação de investimentos em infraestrutura escolar, formação docente, transporte, acessibilidade, tecnologias educacionais e programas específicos voltados ao atendimento das pessoas idosas.

Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos precisa fortalecer sua identidade como política pública de inclusão e justiça social. Além da alfabetização e da certificação escolar, a EJA deve promover o desenvolvimento integral dos estudantes, articulando conhecimentos acadêmicos, formação cidadã, educação digital, cultura, saúde, direitos humanos e participação comunitária. Para os estudantes idosos, esse processo representa a possibilidade de reconstruir projetos de vida, ampliar horizontes culturais e exercer de forma mais plena seus direitos sociais. Outro caminho promissor é o fortalecimento de parcerias entre escolas, universidades, centros de convivência, instituições culturais e organizações da sociedade civil. Programas de extensão universitária, universidades abertas para a terceira idade, oficinas culturais, cursos de informática, projetos de leitura e ações intergeracionais ampliam as oportunidades de aprendizagem e favorecem a integração entre diferentes espaços educativos.

Essas iniciativas demonstram que a educação permanente ultrapassa os limites da escola e se constrói em múltiplos contextos sociais.

Além disso, a utilização das tecnologias digitais pode ampliar significativamente o acesso da pessoa idosa ao conhecimento. Plataformas virtuais, cursos on-line, bibliotecas digitais, aplicativos educacionais e ambientes colaborativos possibilitam novas formas de aprender e de participar da vida social. Para que essas oportunidades sejam efetivamente aproveitadas, é necessário investir em programas de inclusão digital que desenvolvam competências tecnológicas e reduzam as desigualdades de acesso aos recursos digitais.

Por fim, promover a educação na terceira idade significa reconhecer que o envelhecimento é uma etapa rica em experiências, conhecimentos e possibilidades de desenvolvimento. A escola, ao acolher estudantes idosos, amplia seu papel social e fortalece sua função como espaço democrático de construção do conhecimento, respeito à diversidade e promoção da cidadania. A valorização das histórias de vida, das experiências profissionais e dos saberes construídos ao longo da trajetória pessoal transforma o ambiente educativo em um espaço de aprendizagem mútua, no qual todos ensinam e todos aprendem.

Dessa forma, superar os desafios relacionados à inclusão educacional da pessoa idosa exige compromisso coletivo, investimentos em políticas públicas e transformação das práticas pedagógicas. Ao assegurar condições para que homens e mulheres retomem seus estudos na terceira idade, a sociedade reafirma que a educação é um direito permanente e um instrumento de emancipação humana. Mais do que possibilitar a conclusão da escolarização, a aprendizagem ao longo da vida promove autonomia, dignidade, participação social e qualidade de vida, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ao longo da vida configura-se como um direito humano fundamental e um instrumento indispensável para a promoção da dignidade, da autonomia e da participação social das pessoas idosas. Ao longo deste artigo, evidenciou-se que a retomada dos estudos na terceira idade ultrapassa o objetivo da conclusão da escolarização, constituindo-se em uma oportunidade de reconstrução de trajetórias, fortalecimento da cidadania e valorização das experiências acumuladas ao longo da vida.

A análise realizada permitiu compreender que a aprendizagem permanente favorece o desenvolvimento cognitivo, contribuindo para a preservação da memória, da atenção, do raciocínio lógico e da capacidade de resolução de problemas. Da mesma forma, observou-se que a participação em atividades educacionais fortalece a autoestima, amplia o sentimento de pertencimento, reduz o isolamento social e promove maior qualidade de vida. Esses benefícios demonstram que o processo educativo desempenha papel relevante na construção do envelhecimento ativo, saudável e participativo.

Também foi possível constatar que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma importante política pública de inclusão social ao oferecer oportunidades de escolarização para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade considerada regular. Entretanto, o atendimento à população idosa exige práticas pedagógicas diferenciadas, fundamentadas no respeito às experiências de vida, aos diferentes ritmos de aprendizagem e às necessidades específicas desse público. Metodologias participativas, avaliação formativa, uso de tecnologias digitais e valorização dos conhecimentos prévios constituem estratégias que favorecem uma aprendizagem significativa e humanizada.

Outro aspecto discutido refere-se aos desafios ainda presentes na efetivação do direito à educação da pessoa idosa. Barreiras arquitetônicas, dificuldades de mobilidade, preconceitos relacionados ao envelhecimento, limitações econômicas e insuficiência de políticas públicas continuam restringindo o acesso e a permanência de muitos idosos nos espaços educativos. Esses desafios reforçam a necessidade de investimentos em infraestrutura acessível, formação continuada de professores, fortalecimento da EJA e ampliação de programas voltados à educação permanente.

Nesse contexto, destaca-se a importância da atuação integrada entre Estado, instituições de ensino, famílias e sociedade civil na construção de políticas educacionais inclusivas.

Garantir oportunidades de aprendizagem para as pessoas idosas significa reconhecer que a educação constitui um direito que acompanha o ser humano durante toda a vida, contribuindo para o exercício da cidadania, para a participação social e para o desenvolvimento integral.

Conclui-se que investir na educação da terceira idade representa investir na valorização da pessoa humana, no fortalecimento da democracia e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A aprendizagem permanente rompe barreiras históricas de exclusão, amplia horizontes culturais, fortalece vínculos sociais e reafirma que nunca é tarde para aprender, ensinar e transformar realidades. Assim, a educação ao longo da vida deve ser compreendida como política pública prioritária, capaz de promover o envelhecimento ativo, a inclusão social e o pleno exercício dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto da Pessoa Idosa. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, 2000.

DELORS, Jacques et al. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 10. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.



FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 79. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

FURTER, Pierre. Educação Permanente e Desenvolvimento Cultural. Petrópolis: Vozes, 1975.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não Formal e Cultura Política. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MORIN, Edgar. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. 12. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Envelhecimento Ativo: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Repensar a Educação: rumo a um bem comum mundial? Brasília: UNESCO, 2016.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. A Formação Social da Mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

RESUMO

A formação continuada de professores constitui um dos principais pilares para a melhoria da qualidade da educação e para o fortalecimento da prática pedagógica na contemporaneidade. Diante das constantes transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas, o desenvolvimento profissional docente deve ser compreendido como um processo permanente de construção e reconstrução de saberes, capaz de responder às novas demandas da escola e da sociedade. Este artigo tem como objetivo analisar a importância da formação continuada como estratégia para promover a inovação pedagógica, o aperfeiçoamento das práticas de ensino e o desenvolvimento de competências profissionais essenciais ao exercício da docência. A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada nas contribuições de estudiosos da formação docente, da didática e das políticas educacionais. Os resultados evidenciam que a formação continuada favorece a reflexão crítica sobre a prática, amplia o domínio de metodologias inovadoras, fortalece o uso pedagógico das tecnologias digitais e contribui para a construção de ambientes de aprendizagem mais inclusivos, colaborativos e significativos. Além disso, destaca-se que o desenvolvimento profissional do professor depende da articulação entre teoria e prática, da valorização dos saberes docentes e da participação em processos formativos permanentes. Conclui-se que investir na formação continuada representa uma condição indispensável para a valorização da profissão docente e para a construção de uma educação de qualidade social, comprometida com a aprendizagem, a equidade e a formação integral dos estudantes.

Palavras-chave: Formação continuada; Desenvolvimento profissional docente; Prática pedagógica; Inovação educacional; Qualidade da educação

ABSTRACT

Continuing teacher education is one of the main pillars for improving educational quality and strengthening pedagogical practice in contemporary society. In the face of constant social, cultural, scientific, and technological changes, teachers' professional development must be understood as an ongoing process of building and reconstructing knowledge capable of responding to the new demands of schools and society. This article aims to analyze the importance of continuing education as a strategy for promoting pedagogical innovation, improving teaching practices, and developing professional competencies essential to teaching. The study is based on a qualitative bibliographic review supported by research on teacher education, didactics, and educational policies. The findings indicate that continuing education encourages critical reflection on teaching practice, broadens the use of innovative methodologies, strengthens the pedagogical integration of digital technologies, and contributes to the creation of more inclusive, collaborative, and meaningful learning environments. Furthermore, teachers' professional development depends on the articulation between theory and practice, the appreciation of teachers' knowledge, and participation in ongoing learning processes. It is concluded that investing in continuing teacher education is essential for valuing the teaching profession and for building a socially committed education focused on learning, equity, and students' holistic development.

Keywords: Continuing teacher education; Professional development; Teaching practice; Educational innovation; Educational quality.

INTRODUÇÃO

A educação ocupa um papel estratégico no desenvolvimento das sociedades, sendo reconhecida como um direito fundamental e um dos principais instrumentos de transformação social. Nesse contexto, o professor assume função central na promoção de aprendizagens significativas, na formação cidadã e na construção de uma escola comprometida com a inclusão, a equidade e a qualidade do ensino. Entretanto, as profundas transformações vivenciadas nas últimas décadas, impulsionadas pelos avanços científicos, tecnológicos, culturais e sociais, têm ampliado significativamente as exigências dirigidas ao trabalho docente. Diante desse cenário, a formação continuada de professores torna-se condição indispensável para o fortalecimento da prática pedagógica e para o desenvolvimento profissional ao longo da carreira.

A docência caracteriza-se como uma profissão dinâmica, que exige atualização constante de conhecimentos, competências e metodologias. O professor contemporâneo atua em contextos marcados pela diversidade cultural, pela inclusão educacional, pela expansão das tecnologias digitais, pelas mudanças curriculares e pela necessidade de desenvolver competências cognitivas, socioemocionais e éticas nos estudantes. Essas demandas ultrapassam os conhecimentos adquiridos na formação inicial, evidenciando que o processo formativo deve acompanhar toda a trajetória profissional, possibilitando ao educador refletir criticamente sobre sua prática, reconstruir saberes e responder aos desafios emergentes da educação.

A formação continuada deve ser compreendida como um processo permanente de desenvolvimento profissional que articula teoria e prática, conhecimento científico e experiência docente. Nessa perspectiva, deixa de representar apenas a participação em cursos esporádicos ou eventos de capacitação para constituir-se como um movimento contínuo de estudo, investigação, colaboração e reflexão sobre o cotidiano escolar. O desenvolvimento profissional ocorre na interação entre os saberes construídos durante a formação acadêmica, as experiências vivenciadas na escola, o diálogo com outros profissionais e a produção coletiva de conhecimentos pedagógicos.



Autores como António Nóvoa defendem que a formação do professor acontece ao longo de toda a carreira, sendo construída por meio da reflexão crítica sobre a prática e da participação em comunidades de aprendizagem. Para o autor, o desenvolvimento profissional depende da valorização da identidade docente, da autonomia pedagógica e da capacidade do professor de investigar sua própria prática. De maneira semelhante, Maurice Tardif destaca que os saberes docentes são produzidos em diferentes espaços e tempos, resultando da articulação entre conhecimentos científicos, curriculares, experienciais e culturais que orientam o trabalho cotidiano do educador.

As contribuições de Paulo Freire também oferecem importantes fundamentos para a compreensão da formação continuada. Ao conceber a educação como prática de liberdade, Freire afirma que ensinar exige pesquisa, diálogo, compromisso ético e permanente disposição para aprender. Em sua perspectiva, o professor não é mero transmissor de conteúdos, mas um sujeito que constrói conhecimentos juntamente com seus estudantes, refletindo continuamente sobre sua prática para transformá-la. Dessa forma, a formação continuada fortalece a autonomia docente e contribui para a construção de práticas pedagógicas mais críticas, democráticas e humanizadoras.

No cenário educacional contemporâneo, outro aspecto que reforça a importância da formação continuada refere-se à incorporação das tecnologias digitais aos processos de ensino e aprendizagem. A cultura digital modificou profundamente as formas de acesso ao conhecimento, de comunicação e de interação social, exigindo que os professores desenvolvam competências relacionadas ao uso pedagógico das tecnologias da informação e da comunicação. Mais do que dominar recursos tecnológicos, torna-se necessário compreender como esses instrumentos podem favorecer metodologias inovadoras, ampliar a participação dos estudantes e promover aprendizagens significativas.

Além das transformações tecnológicas, a consolidação da educação inclusiva também impõe novos desafios ao trabalho docente. As escolas recebem estudantes com diferentes características, necessidades, ritmos e estilos de aprendizagem, exigindo práticas pedagógicas fundamentadas nos princípios da equidade e da valorização da diversidade. Nesse contexto, a formação continuada possibilita que os professores aprofundem conhecimentos sobre educação inclusiva, avaliação formativa, adaptação curricular, acessibilidade e metodologias que favoreçam a participação de todos os estudantes nos processos educativos.

As políticas públicas educacionais brasileiras reconhecem a formação continuada como elemento estratégico para a melhoria da qualidade da educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforçam a necessidade de garantir oportunidades permanentes de desenvolvimento profissional aos docentes, articulando formação, valorização da carreira e aperfeiçoamento das práticas pedagógicas. Contudo, a efetivação dessas políticas ainda enfrenta desafios relacionados às condições de trabalho, à oferta de programas formativos de qualidade, ao financiamento da educação e à valorização da profissão docente.

Nesse sentido, torna-se imprescindível compreender que a formação continuada não pode ser reduzida ao cumprimento de exigências burocráticas ou à obtenção de certificados. Ela deve constituir-se como espaço de construção coletiva do conhecimento, fortalecimento da identidade profissional e desenvolvimento de competências que permitam ao professor responder às demandas de uma sociedade em constante transformação. O investimento na aprendizagem do docente repercute diretamente na qualidade das experiências educativas oferecidas aos estudantes e na consolidação de práticas pedagógicas mais inovadoras, inclusivas e contextualizadas.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar a importância da formação continuada de professores como caminho para a inovação pedagógica e para a melhoria da qualidade da educação. Busca-se discutir os fundamentos teóricos do desenvolvimento profissional docente, refletir sobre a contribuição das metodologias inovadoras para a prática pedagógica e analisar os principais desafios e perspectivas das políticas de formação continuada no cenário educacional contemporâneo.



Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada em autores nacionais e internacionais que investigam a formação docente, os saberes profissionais, a didática e as políticas educacionais.

Espera-se que as reflexões apresentadas contribuam para ampliar o debate sobre a valorização da formação continuada como processo permanente de aprendizagem, fortalecendo a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a inovação, a inclusão e a qualidade social da educação. Reconhecer o professor como sujeito em constante formação significa investir na transformação da escola e na construção de uma educação capaz de responder aos desafios do presente e às necessidades das futuras gerações.

A FORMAÇÃO CONTINUADA COMO PILAR DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE

A formação continuada de professores consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais eixos das políticas educacionais e das pesquisas sobre desenvolvimento profissional docente. Em uma sociedade caracterizada por rápidas transformações científicas, tecnológicas, culturais e sociais, o conhecimento produzido durante a formação inicial mostra-se insuficiente para responder às constantes demandas da prática pedagógica. Dessa forma, o desenvolvimento profissional do professor passa a ser compreendido como um processo permanente de aprendizagem, reflexão e reconstrução de saberes, acompanhando toda a trajetória da carreira docente.

Historicamente, a formação de professores esteve centrada na transmissão de conteúdos teóricos e na preparação técnica para o exercício da profissão. Durante muito tempo, predominou uma concepção segundo a qual a graduação seria suficiente para preparar o educador para todos os desafios da docência. Entretanto, a complexidade do cotidiano escolar demonstrou que ensinar exige atualização constante, capacidade de análise crítica e abertura para a aprendizagem contínua.

As contribuições de Paulo Freire também ocupam lugar de destaque na compreensão da formação docente. Em sua concepção, ensinar exige pesquisa, curiosidade intelectual, diálogo, compromisso ético e disposição permanente para aprender. O educador não é apenas transmissor de conteúdos, mas sujeito que aprende enquanto ensina e ensina enquanto aprende. Essa compreensão rompe com modelos tradicionais de formação baseados na simples reprodução de técnicas e reforça a necessidade de uma prática docente investigativa, reflexiva e comprometida com a transformação da realidade social.

Selma Garrido Pimenta amplia essa discussão ao defender que a formação continuada deve partir dos problemas reais enfrentados pelos professores em seu cotidiano profissional. Segundo a autora, os processos formativos tornam-se mais significativos quando articulam teoria e prática, permitindo ao docente analisar criticamente suas ações, compreender os desafios presentes na escola e construir alternativas para aperfeiçoar sua atuação pedagógica. Nessa perspectiva, a formação deixa de ser um conjunto de orientações externas e passa a constituir um espaço de reflexão coletiva sobre a prática educativa.

José Carlos Libâneo também ressalta que o desenvolvimento profissional depende da constante atualização dos conhecimentos didáticos e pedagógicos. Para o autor, o professor precisa compreender profundamente os conteúdos que ensina, dominar metodologias diversificadas, conhecer os processos de aprendizagem e desenvolver competências para planejar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos estudantes. A formação continuada fortalece essas capacidades, permitindo que o educador adapte suas práticas às necessidades da realidade escolar e às mudanças curriculares.

Outro importante referencial é Philippe Perrenoud, que propõe uma formação orientada para o desenvolvimento de competências profissionais. O autor argumenta que o trabalho docente envolve situações complexas e imprevisíveis, exigindo do professor capacidade de tomar decisões, resolver problemas, trabalhar em equipe, utilizar tecnologias e refletir continuamente sobre sua prática. Nesse contexto, a formação continuada favorece o desenvolvimento dessas competências ao proporcionar oportunidades de estudo, pesquisa, experimentação e troca de experiências entre profissionais.



A escola assume papel fundamental nesse processo ao constituir-se como espaço permanente de aprendizagem profissional. Reuniões pedagógicas, grupos de estudo, projetos colaborativos, observação entre pares, comunidades de prática e momentos de planejamento coletivo representam importantes estratégias de formação em serviço. Essas iniciativas fortalecem o diálogo entre os professores, estimulam a construção coletiva de soluções para os desafios cotidianos e contribuem para a consolidação de uma cultura institucional baseada na cooperação e na aprendizagem contínua.

Além dos espaços internos da escola, universidades, centros de pesquisa, secretarias de educação e instituições formadoras desempenham importante função na oferta de programas de formação continuada. Cursos de especialização, extensão universitária, seminários, congressos, oficinas pedagógicas e programas de aperfeiçoamento ampliam o repertório teórico e metodológico dos professores, favorecendo o contato com pesquisas recentes e experiências inovadoras desenvolvidas em diferentes contextos educacionais. Entretanto, essas iniciativas produzem melhores resultados quando dialogam diretamente com a realidade vivenciada pelos docentes em suas escolas.

O desenvolvimento das tecnologias digitais ampliou significativamente as possibilidades da formação continuada. Ambientes virtuais de aprendizagem, cursos on-line, webinários, plataformas colaborativas e comunidades virtuais de prática permitem que professores participem de processos formativos independentemente da localização geográfica, favorecendo a democratização do acesso ao conhecimento. Além disso, as tecnologias possibilitam o intercâmbio de experiências entre profissionais de diferentes regiões, enriquecendo o debate pedagógico e fortalecendo redes de colaboração.



Apesar dos avanços, a efetivação da formação continuada ainda enfrenta importantes desafios. Entre eles destacam-se a sobrecarga de trabalho docente, a escassez de tempo para estudos, a oferta de programas desarticulados das necessidades da escola, a insuficiência de investimentos públicos e a descontinuidade de políticas de desenvolvimento profissional. Em muitos casos, os professores participam de formações excessivamente teóricas, pouco relacionadas aos problemas concretos enfrentados na sala de aula, reduzindo o impacto dessas ações sobre a prática pedagógica.

Superar essas limitações exige compreender que a formação continuada deve constituir-se como política pública permanente e não como ação isolada. É necessário garantir condições institucionais para que os professores disponham de tempo destinado ao estudo, à pesquisa, ao planejamento coletivo e à reflexão sobre suas práticas. Também é fundamental fortalecer programas formativos que valorizem os saberes docentes, promovam o protagonismo dos professores e incentivem a investigação como princípio educativo.

Dessa forma, a formação continuada configura-se como elemento essencial para o desenvolvimento profissional docente e para a melhoria da qualidade da educação. Ao integrar conhecimentos científicos, experiências pedagógicas, reflexão crítica e trabalho colaborativo, possibilita que os professores enfrentem os desafios da contemporaneidade com maior segurança, criatividade e compromisso social. Investir na formação permanente dos educadores significa fortalecer a escola como espaço de aprendizagem, inovação e transformação, reafirmando o papel estratégico do professor na construção de uma educação democrática, inclusiva e socialmente referenciada.

Metodologias Inovadoras e Competências para a Prática Pedagógica Contemporânea

As constantes transformações que caracterizam a sociedade contemporânea exigem que os professores desenvolvam novas competências profissionais e adotem metodologias capazes de promover aprendizagens mais significativas, críticas e contextualizadas. O avanço das tecnologias digitais, a ampliação do acesso à informação, a diversidade presente nas salas de aula e as mudanças nas formas de produzir conhecimento desafiam os educadores a repensarem suas práticas pedagógicas. Nesse contexto, a formação continuada desempenha papel essencial ao oferecer oportunidades para que os docentes ampliem seus conhecimentos, experimentem metodologias inovadoras e fortaleçam competências indispensáveis ao exercício da profissão.

A inovação pedagógica não se resume à utilização de recursos tecnológicos ou à adoção de novas técnicas de ensino. Trata-se de um processo que envolve mudanças na forma de compreender a aprendizagem, valorizando o protagonismo dos estudantes, a construção coletiva do conhecimento e a articulação entre teoria e prática. Nessa perspectiva, o professor assume o papel de mediador da aprendizagem, criando situações didáticas que favoreçam a investigação, a resolução de problemas, o diálogo, a criatividade e o desenvolvimento da autonomia dos alunos.

Entre as abordagens que têm contribuído para transformar a prática pedagógica destacam-se as metodologias ativas de aprendizagem. Essas metodologias colocam o estudante no centro do processo educativo, incentivando sua participação na construção do conhecimento.

Estratégias como Aprendizagem Baseada em Projetos (Project Based Learning – PBL), Aprendizagem Baseada em Problemas, Sala de Aula Invertida, Rotação por Estações, Gamificação e Ensino Híbrido estimulam a investigação, o trabalho colaborativo, o pensamento crítico e a tomada de decisões, tornando o processo de aprendizagem mais dinâmico e significativo.

A Aprendizagem Baseada em Projetos possibilita que os estudantes investiguem questões relacionadas ao seu contexto social, desenvolvendo competências como planejamento, pesquisa, cooperação, comunicação e resolução de problemas.

O professor atua como orientador do processo, acompanhando o desenvolvimento das atividades e promovendo reflexões que ampliem a compreensão dos conteúdos estudados. Essa metodologia favorece a interdisciplinaridade e aproxima o currículo das situações reais vivenciadas pelos estudantes.

A Sala de Aula Invertida representa outra importante inovação pedagógica. Nessa abordagem, os estudantes têm acesso aos conteúdos antes dos encontros presenciais, por meio de vídeos, textos, podcasts ou outros materiais disponibilizados pelo professor. O tempo em sala de aula passa a ser dedicado ao aprofundamento dos conhecimentos, à resolução de dúvidas, à realização de atividades práticas e ao desenvolvimento de projetos colaborativos. Essa organização amplia as oportunidades de interação entre professor e estudantes e fortalece o protagonismo discente.

A Gamificação também vem sendo amplamente utilizada como estratégia para aumentar o engajamento e a motivação dos estudantes. Inspirada na lógica dos jogos, essa metodologia incorpora desafios, missões, pontuações, recompensas e níveis de progressão às atividades escolares, tornando a aprendizagem mais envolvente. Quando utilizada de forma planejada e articulada aos objetivos pedagógicos, a gamificação favorece o desenvolvimento da criatividade, da persistência, da cooperação e da autonomia.

Outro aspecto relevante refere-se à integração das tecnologias digitais ao processo educativo. A cultura digital modificou profundamente as formas de comunicação, produção e compartilhamento do conhecimento, exigindo que os professores desenvolvam competências relacionadas ao uso pedagógico das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC). Ferramentas como ambientes virtuais de aprendizagem, plataformas educacionais, aplicativos colaborativos, recursos multimídia, inteligência artificial e objetos digitais de aprendizagem ampliam as possibilidades de ensino e favorecem práticas mais interativas e personalizadas.

Entretanto, a simples utilização de recursos tecnológicos não garante inovação pedagógica. É fundamental que o professor compreenda as potencialidades dessas ferramentas e as utilize de maneira intencional, alinhando-as aos objetivos de aprendizagem e às necessidades dos estudantes.

A formação continuada torna-se, portanto, indispensável para que os docentes desenvolvam competências digitais, aprendam a selecionar recursos adequados e promovam experiências educativas que estimulem a autonomia, a criatividade e o pensamento crítico.

A implementação de metodologias inovadoras também requer a adoção de processos avaliativos coerentes com essas práticas. A avaliação formativa destaca-se nesse contexto por acompanhar continuamente o desenvolvimento dos estudantes, oferecendo feedbacks que orientam novas aprendizagens. Portfólios, autoavaliação, avaliações entre pares, rubricas, projetos, registros reflexivos e observações sistemáticas constituem instrumentos que permitem compreender o percurso de aprendizagem e promover intervenções pedagógicas mais eficazes. Dessa forma, a avaliação deixa de assumir caráter meramente classificatório e passa a integrar o próprio processo educativo.

Outro desafio enfrentado pelos professores contemporâneos refere-se à consolidação da educação inclusiva. As salas de aula são compostas por estudantes com diferentes culturas, histórias de vida, estilos de aprendizagem e necessidades educacionais. Nesse cenário, torna-se imprescindível que o docente desenvolva competências relacionadas ao planejamento inclusivo, à flexibilização curricular, à acessibilidade e ao atendimento das diferenças individuais. A formação continuada oferece subsídios para que os professores compreendam os princípios da educação inclusiva e adotem práticas que garantam a participação efetiva de todos os estudantes.

As competências socioemocionais também assumem crescente importância na atuação docente. Além do domínio dos conteúdos específicos de sua área, o professor necessita desenvolver habilidades relacionadas à empatia, comunicação, escuta ativa, trabalho em equipe, resolução de conflitos, liderança e inteligência emocional. Essas competências favorecem a construção de ambientes escolares acolhedores, fortalecem as relações interpessoais e contribuem para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a necessidade de que a escola promova o desenvolvimento de competências gerais que articulem conhecimentos, habilidades, atitudes e valores. Para que esse objetivo seja alcançado, torna-se indispensável investir na formação continuada dos professores, garantindo condições para que compreendam as orientações curriculares, planejem práticas inovadoras e utilizem metodologias compatíveis com as demandas da educação contemporânea.



A construção de comunidades de aprendizagem entre professores representa outra estratégia importante para o fortalecimento das competências profissionais. O compartilhamento de experiências, o planejamento colaborativo, os grupos de estudo, as pesquisas desenvolvidas na própria escola e a observação entre pares favorecem a reflexão sobre a prática e estimulam a produção coletiva de conhecimentos pedagógicos. Esses espaços fortalecem a identidade profissional e contribuem para a consolidação de uma cultura institucional baseada na colaboração e na inovação.

Apesar dos avanços observados, persistem desafios relacionados à implementação dessas metodologias nas escolas brasileiras. Limitações de infraestrutura, dificuldades de acesso às tecnologias, resistência às mudanças, excesso de demandas administrativas e insuficiência de programas permanentes de formação continuada ainda dificultam a inovação pedagógica em muitos contextos educacionais. Superar essas dificuldades requer investimentos em políticas públicas, valorização profissional e fortalecimento das condições de trabalho docente.

Conclui-se que as metodologias inovadoras e o desenvolvimento de competências profissionais constituem elementos indispensáveis para responder aos desafios da educação contemporânea. A formação continuada possibilita ao professor ampliar conhecimentos, incorporar novas estratégias pedagógicas, utilizar tecnologias de forma crítica e promover práticas inclusivas, colaborativas e centradas na aprendizagem. Ao investir no desenvolvimento profissional docente, fortalece-se a qualidade da educação e amplia-se a capacidade da escola de formar cidadãos críticos, autônomos e preparados para atuar em uma sociedade em constante transformação.

DESAFIOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E PERSPECTIVAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação continuada de professores consolidou-se como uma das principais estratégias para promover a melhoria da qualidade da educação e responder às demandas de uma sociedade em constante transformação. Entretanto, apesar dos avanços observados nas últimas décadas, ainda persistem inúmeros desafios relacionados à implementação de políticas públicas eficazes, à valorização da carreira docente e à garantia de condições adequadas para o desenvolvimento profissional dos educadores. Compreender esses desafios torna-se essencial para fortalecer práticas formativas que contribuam efetivamente para a inovação pedagógica e para a aprendizagem dos estudantes.

Um dos principais obstáculos refere-se às condições de trabalho dos professores. Em muitas redes de ensino, os profissionais enfrentam jornadas extensas, acúmulo de funções, elevado número de estudantes por turma e escassez de tempo destinado ao planejamento, ao estudo e à reflexão sobre a prática pedagógica. Essa realidade compromete a participação em processos formativos e dificulta a incorporação de novas metodologias ao cotidiano escolar. A formação continuada somente produzirá impactos significativos quando estiver articulada à melhoria das condições de trabalho e à valorização da profissão docente.

Outro desafio está relacionado à descontinuidade das políticas públicas de formação. Frequentemente, programas de capacitação são interrompidos em razão de mudanças administrativas ou de prioridades governamentais, impedindo a consolidação de processos permanentes de desenvolvimento profissional. Em muitos casos, as ações formativas ocorrem de maneira pontual, desvinculadas das necessidades reais das escolas e sem acompanhamento sistemático dos resultados alcançados. Para que a formação continuada cumpra sua função, é indispensável que seja concebida como política de Estado, com planejamento de longo prazo, financiamento adequado e avaliação permanente.

A articulação entre teoria e prática também constitui um importante desafio. Muitos programas de formação priorizam conteúdos teóricos, sem estabelecer relação direta com as situações vivenciadas pelos professores em sala de aula. Essa desconexão reduz a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos e dificulta a transformação das práticas pedagógicas. Nesse sentido, torna-se fundamental desenvolver propostas formativas baseadas na análise de problemas concretos, na investigação da prática docente, na pesquisa-ação e na construção coletiva de soluções para os desafios cotidianos da escola.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de fortalecer a formação para a educação inclusiva. As escolas brasileiras recebem estudantes com diferentes condições sociais, culturais, linguísticas e educacionais, além de alunos público-alvo da educação especial. Essa diversidade exige que os professores desenvolvam competências relacionadas ao planejamento inclusivo, à adaptação curricular, ao Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), à avaliação formativa e ao uso de recursos de acessibilidade. A formação continuada precisa oferecer subsídios teóricos e práticos que permitam aos docentes construir ambientes de aprendizagem acolhedores, equitativos e comprometidos com o direito de todos à educação.

A transformação digital representa outro desafio significativo para a formação docente. As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) modificaram profundamente as formas de ensinar, aprender e produzir conhecimento. Nesse contexto, o professor necessita desenvolver competências digitais que ultrapassem o domínio técnico das ferramentas, compreendendo seus potenciais pedagógicos, éticos e metodológicos. A formação continuada deve favorecer o uso crítico das tecnologias, estimulando práticas inovadoras que promovam a aprendizagem colaborativa, a criatividade, a pesquisa e a autonomia dos estudantes.

Além dos conhecimentos técnicos e pedagógicos, o desenvolvimento das competências socioemocionais tornou-se uma dimensão essencial da formação docente. A prática educativa exige habilidades relacionadas à comunicação, escuta ativa, empatia, liderança, resolução de conflitos, trabalho em equipe e inteligência emocional. Essas competências fortalecem as relações interpessoais, favorecem a construção de ambientes escolares mais acolhedores e contribuem para o bem-estar de professores e estudantes. Programas formativos que contemplam essas dimensões ampliam a capacidade dos docentes de enfrentar os desafios cotidianos da profissão.



As políticas públicas brasileiras reconhecem a importância da formação continuada para a valorização da carreira docente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (PNE), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) reforçam a necessidade de garantir processos permanentes de desenvolvimento profissional articulados às demandas da educação contemporânea. Esses documentos orientam a implementação de ações voltadas ao aperfeiçoamento da prática pedagógica, à inovação curricular e ao fortalecimento da qualidade da educação.

Entretanto, a efetivação dessas políticas depende de investimentos consistentes em infraestrutura, recursos pedagógicos, tecnologias educacionais e valorização profissional. Também é necessário ampliar a oferta de cursos de especialização, programas de extensão, grupos de pesquisa, comunidades de aprendizagem e projetos colaborativos que promovam a integração entre universidades, redes de ensino e escolas. Essa articulação fortalece a produção de conhecimentos educacionais e aproxima a pesquisa acadêmica dos desafios enfrentados pelos professores no cotidiano escolar.

Outro aspecto promissor consiste na consolidação das escolas como espaços permanentes de formação. Reuniões pedagógicas, grupos de estudo, observação entre pares, planejamento colaborativo, pesquisa-ação e projetos institucionais favorecem a construção coletiva do conhecimento e estimulam a reflexão crítica sobre a prática. Quando os professores compartilham experiências, analisam dificuldades e elaboram estratégias conjuntas de intervenção, fortalecem sua identidade profissional e ampliam a capacidade de inovação pedagógica.

As perspectivas futuras para a formação continuada apontam para modelos mais colaborativos, flexíveis e contextualizados



A utilização de ambientes virtuais de aprendizagem, cursos híbridos, plataformas digitais, redes colaborativas e comunidades profissionais amplia as possibilidades de formação, permitindo que os professores aprendam de forma contínua e integrada às demandas de sua prática. Além disso, a incorporação de metodologias investigativas e reflexivas fortalece o protagonismo docente e contribui para a construção de uma cultura de aprendizagem permanente.

Diante desse cenário, torna-se evidente que investir na formação continuada significa investir na qualidade da educação. Professores bem preparados, valorizados e comprometidos com o aperfeiçoamento permanente desenvolvem práticas pedagógicas mais inovadoras, inclusivas e eficazes, capazes de responder às necessidades dos estudantes e às transformações da sociedade. A formação continuada fortalece a autonomia profissional, estimula a produção de conhecimentos e amplia a capacidade da escola de promover aprendizagens significativas.

Conclui-se, portanto, que os desafios da formação docente somente poderão ser superados por meio da articulação entre políticas públicas consistentes, valorização profissional, condições adequadas de trabalho e processos formativos permanentes. A construção de uma educação de qualidade depende do reconhecimento de que o professor é protagonista das transformações educacionais e de que sua aprendizagem deve ser contínua, crítica e comprometida com a formação integral dos estudantes. Assim, a formação continuada consolida-se como um caminho indispensável para a inovação pedagógica, o fortalecimento da profissão docente e a construção de uma escola democrática, inclusiva e socialmente referenciada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação continuada de professores constitui um elemento essencial para o fortalecimento da educação e para a promoção de práticas pedagógicas capazes de responder às demandas da sociedade contemporânea. Ao longo deste artigo, evidenciou-se que o desenvolvimento profissional docente deve ser compreendido como um processo permanente, que acompanha toda a trajetória da carreira e possibilita ao professor reconstruir conhecimentos, aperfeiçoar competências e ressignificar sua prática educativa diante das constantes transformações sociais, culturais, tecnológicas e educacionais.

As reflexões desenvolvidas demonstraram que a formação continuada ultrapassa a realização de cursos ou capacitações pontuais, configurando-se como um movimento contínuo de estudo, investigação, diálogo e colaboração entre profissionais da educação. Nesse sentido, a articulação entre teoria e prática mostrou-se indispensável para que os conhecimentos produzidos nos processos formativos sejam efetivamente incorporados ao cotidiano escolar, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas mais críticas, inovadoras e contextualizadas.

Também foi possível compreender que a incorporação de metodologias ativas, o uso pedagógico das tecnologias digitais, a valorização da avaliação formativa e o fortalecimento da educação inclusiva representam dimensões fundamentais da formação docente na atualidade. Essas competências ampliam a capacidade do professor de promover aprendizagens significativas, respeitando a diversidade presente nas salas de aula e estimulando o protagonismo, a autonomia e o pensamento crítico dos estudantes.

Outro aspecto relevante refere-se ao papel das políticas públicas na consolidação de programas permanentes de desenvolvimento profissional. Embora o Brasil possua importantes marcos legais voltados à valorização da formação docente, ainda persistem desafios relacionados à descontinuidade das políticas, às condições de trabalho, à insuficiência de investimentos e à necessidade de ampliar oportunidades de formação articuladas às demandas reais das escolas. Superar essas limitações requer o compromisso conjunto dos sistemas de ensino, das instituições formadoras, das equipes gestoras e dos próprios professores na construção de uma cultura de aprendizagem permanente.

Destaca-se, ainda, que a escola deve ser reconhecida como um espaço privilegiado de formação, investigação e produção coletiva de conhecimentos. O fortalecimento de comunidades de aprendizagem, grupos de estudos, projetos colaborativos, pesquisa-ação e momentos de reflexão compartilhada contribui para o desenvolvimento da identidade profissional docente e para a construção de soluções pedagógicas mais adequadas aos desafios vivenciados no cotidiano escolar.

Além disso, investir na formação continuada significa reconhecer o professor como protagonista da transformação educacional. O desenvolvimento profissional fortalece a autonomia docente, amplia a capacidade de inovação, favorece o uso crítico das tecnologias e contribui para o aperfeiçoamento das práticas de ensino, repercutindo diretamente na qualidade da aprendizagem dos estudantes e na efetivação de uma educação mais democrática, inclusiva e socialmente comprometida.

Conclui-se, portanto, que a formação continuada de professores representa um dos pilares para a construção de uma educação de qualidade social. Ao promover o aperfeiçoamento permanente dos saberes docentes, estimular a reflexão crítica sobre a prática e incentivar a inovação pedagógica, fortalece-se o compromisso da escola com a formação integral dos estudantes e com a construção de uma sociedade mais justa, ética e participativa. Nesse cenário, torna-se imprescindível que a formação docente seja compreendida como política pública permanente e como direito do professor, garantindo condições para que todos os educadores possam aprender, ensinar, pesquisar e transformar continuamente suas práticas em benefício da educação e do desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, Isabel. Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Brasília: MEC, 2020.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 79. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

GATTI, Bernadete Angelina. Formação de Professores no Brasil: características e problemas. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez. 2010.

IMBERNÓN, Francisco. Formação Docente e Profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Escola e Aprendizagem da Docência: processos de investigação e formação. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: ESTRATÉGIAS PARA A APRENDIZAGEM E O DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

AUTOR: JAQUELINE COSTA MOTA

RESUMO

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil representa um importante avanço na consolidação do direito à educação de qualidade, fundamentado nos princípios da equidade, do respeito às diferenças e da valorização da diversidade humana. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo discutir práticas pedagógicas inclusivas que favoreçam a aprendizagem, o desenvolvimento integral e a participação efetiva das crianças com TEA nos diferentes espaços e experiências educativas da Educação Infantil. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, fundamentada em estudos sobre educação inclusiva, desenvolvimento infantil e práticas pedagógicas voltadas ao atendimento das necessidades educacionais específicas das crianças autistas. A análise evidencia que o planejamento intencional, a organização de ambientes acessíveis, o uso de recursos visuais, a construção de rotinas estruturadas, as atividades lúdicas, a mediação docente e a parceria entre escola, família e equipe multiprofissional constituem elementos essenciais para promover a aprendizagem e o desenvolvimento dessas crianças. Destaca-se, ainda, a importância da formação continuada dos professores como condição indispensável para o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas capazes de responder às singularidades presentes nas salas de aula. Conclui-se que a efetivação da inclusão na Educação Infantil exige o compromisso coletivo da comunidade escolar, políticas públicas consistentes e práticas pedagógicas fundamentadas em princípios inclusivos, assegurando às crianças com TEA oportunidades reais de participação, interação social, desenvolvimento cognitivo, emocional e autonomia desde os primeiros anos de escolarização.

Palavras-chave: Educação Infantil; Transtorno do Espectro Autista; Educação Inclusiva; Práticas Pedagógicas; Desenvolvimento Infantil.

ABSTRACT

The inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Early Childhood Education represents an important step toward ensuring the right to quality education based on the principles of equity, respect for diversity, and appreciation of individual differences. This article aims to discuss inclusive pedagogical practices that promote learning, comprehensive development, and effective participation of children with ASD in educational experiences during early childhood education. This is a bibliographic study based on research related to inclusive education, child development, and pedagogical practices designed to meet the specific educational needs of autistic children. The analysis indicates that intentional planning, accessible learning environments, visual supports, structured routines, play-based activities, teacher mediation, and collaboration among schools, families, and multidisciplinary teams are essential strategies for fostering learning and development. Furthermore, the study highlights the importance of continuous teacher education as a fundamental requirement for strengthening inclusive pedagogical practices capable of addressing the diversity present in classrooms. It is concluded that effective inclusion in Early Childhood Education requires collective commitment from the entire school community, consistent public policies, and pedagogical practices grounded in inclusive principles, ensuring that children with ASD have genuine opportunities for participation, social interaction, cognitive and emotional development, and autonomy from the earliest years of schooling.

Keywords: Early Childhood Education; Autism Spectrum Disorder; Inclusive Education; Pedagogical Practices; Child Development.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças, contemplando aspectos cognitivos, sociais, emocionais, motores e comunicativos. Nesse contexto, a educação inclusiva fortalece o compromisso das instituições escolares com a garantia do direito à aprendizagem para todas as crianças, independentemente de suas características, condições ou necessidades específicas. Entre os públicos atendidos pela política de inclusão, destacam-se as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que apresentam diferentes formas de interação social, comunicação e comportamento, exigindo práticas pedagógicas que respeitem suas singularidades e potencializem seu desenvolvimento.

Nas últimas décadas, o Brasil avançou significativamente na construção de políticas públicas voltadas à inclusão escolar. Documentos como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reafirmam que todas as crianças têm direito ao acesso, à permanência, à participação e à aprendizagem em ambientes escolares inclusivos e de qualidade.

Entretanto, a efetivação da inclusão vai além da matrícula da criança com TEA na escola regular. Ela pressupõe mudanças nas concepções pedagógicas, na organização dos espaços educativos, na elaboração do currículo, nas formas de avaliação e, principalmente, na atuação dos professores. A prática pedagógica inclusiva exige planejamento intencional, sensibilidade para compreender as particularidades de cada criança e capacidade de desenvolver estratégias que favoreçam sua participação nas experiências coletivas, respeitando seu ritmo de aprendizagem e suas formas próprias de comunicação e interação.



Na Educação Infantil, as experiências vivenciadas por meio das brincadeiras, das interações, da exploração dos espaços e das múltiplas linguagens constituem importantes oportunidades para o desenvolvimento das crianças com TEA. A organização de rotinas previsíveis, a utilização de recursos visuais, a adaptação de materiais, o incentivo à comunicação, o fortalecimento dos vínculos afetivos e a promoção de atividades lúdicas contribuem para reduzir barreiras e ampliar as possibilidades de aprendizagem, autonomia e participação social.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação inclusiva fundamenta-se no princípio de que todas as crianças têm direito ao acesso, à permanência, à participação e à aprendizagem em ambientes escolares que valorizem a diversidade e respeitem as diferenças individuais. Na Educação Infantil, esse compromisso torna-se ainda mais relevante, pois é nesse período que se estabelecem as primeiras experiências de socialização, construção da identidade, desenvolvimento da linguagem e aquisição de habilidades essenciais para a vida em sociedade. Nesse cenário, a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para que a escola desenvolva práticas pedagógicas capazes de atender às necessidades de todos os estudantes.

O Transtorno do Espectro Autista caracteriza-se por alterações no desenvolvimento da comunicação, da interação social e pela presença de comportamentos repetitivos ou interesses restritos, manifestando-se de formas variadas em cada indivíduo. Por essa razão, o planejamento pedagógico deve considerar as potencialidades, os interesses, o ritmo de aprendizagem e as necessidades específicas de cada criança, evitando práticas padronizadas e valorizando intervenções individualizadas que favoreçam seu desenvolvimento integral.



Na Educação Infantil, as experiências de brincar, explorar, conviver, participar, expressar-se e conhecer-se, previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), constituem importantes oportunidades para promover a inclusão das crianças com TEA. O brincar possibilita o desenvolvimento da imaginação, da comunicação, da interação social e da autonomia, enquanto as atividades coletivas favorecem a construção de vínculos afetivos e o sentimento de pertencimento ao grupo. Para isso, é fundamental que o professor organize situações de aprendizagem acessíveis, utilizando diferentes recursos pedagógicos e metodologias que ampliem a participação de todas as crianças.

Outro aspecto essencial refere-se à construção de uma cultura escolar inclusiva. A inclusão não depende exclusivamente do professor da turma, mas do compromisso coletivo da equipe gestora, dos profissionais de apoio, dos demais educadores e das famílias. A escola deve promover ações que eliminem barreiras físicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais, garantindo que a criança com TEA participe das atividades cotidianas em igualdade de oportunidades. Dessa forma, a convivência com a diversidade favorece não apenas o desenvolvimento da criança autista, mas também contribui para a formação de valores como empatia, respeito, solidariedade e cooperação entre todas as crianças.

Assim, compreender as características do TEA e reconhecer que cada criança apresenta formas próprias de aprender constitui um passo fundamental para a construção de práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas. Quando a escola adota uma perspectiva centrada nas potencialidades da criança, cria-se um ambiente acolhedor, estimulante e democrático, no qual todos podem desenvolver suas capacidades, construir conhecimentos e participar ativamente das experiências educativas desde os primeiros anos da escolarização.

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA FAVORECER A APRENDIZAGEM E A PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

A construção de práticas pedagógicas inclusivas na Educação Infantil requer planejamento, intencionalidade e sensibilidade para reconhecer as singularidades de cada criança. No caso das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), é fundamental que o professor organize experiências de aprendizagem que favoreçam a participação ativa, a comunicação, a interação social e o desenvolvimento da autonomia. Para isso, as estratégias pedagógicas devem ser flexíveis, diversificadas e centradas nas potencialidades da criança, respeitando seu ritmo de desenvolvimento e suas formas particulares de aprender.

Entre as estratégias mais utilizadas destaca-se a organização de rotinas estruturadas. A previsibilidade das atividades proporciona segurança emocional, reduz a ansiedade e facilita a compreensão da sequência dos acontecimentos durante o dia escolar. O uso de agendas visuais, painéis com imagens, cartões de comunicação, pictogramas e outros recursos visuais auxilia a criança na compreensão das tarefas, favorecendo sua independência e ampliando sua capacidade de participação nas atividades propostas.

Outro recurso importante é a utilização do brincar como eixo central das experiências educativas. As brincadeiras favorecem o desenvolvimento da imaginação, da linguagem, da coordenação motora, da resolução de problemas e das habilidades sociais. Jogos cooperativos, atividades sensoriais, contação de histórias, músicas, dramatizações, brincadeiras de faz de conta e exploração de diferentes materiais estimulam a comunicação e promovem oportunidades de interação entre as crianças, fortalecendo vínculos afetivos e experiências compartilhadas.



A adaptação dos materiais pedagógicos também constitui uma estratégia essencial para garantir o acesso ao currículo. Materiais concretos, recursos multissensoriais, objetos manipuláveis, livros ilustrados, tecnologias assistivas e atividades organizadas em pequenas etapas tornam o processo de aprendizagem mais significativo. Essas adaptações não significam simplificar os conteúdos, mas oferecer diferentes caminhos para que cada criança possa compreender, participar e construir conhecimentos de acordo com suas necessidades e potencialidades.

A mediação do professor representa um dos fatores mais importantes para o sucesso da inclusão. Cabe ao docente observar continuamente as respostas da criança, identificar seus interesses, estimular sua participação, incentivar a comunicação e criar oportunidades para que estabeleça relações com os colegas. O acolhimento, a escuta sensível, a valorização das conquistas e o incentivo às interações sociais fortalecem a autoestima e contribuem para o desenvolvimento integral da criança com TEA.

Além disso, a avaliação deve assumir um caráter contínuo, processual e formativo, considerando os avanços individuais e não apenas a comparação com padrões previamente estabelecidos. O acompanhamento sistemático permite ao professor replanejar suas intervenções, adequar estratégias e construir percursos de aprendizagem mais eficazes. Dessa forma, práticas pedagógicas fundamentadas na inclusão promovem não apenas o desenvolvimento das crianças com TEA, mas também qualificam o processo educativo de toda a turma, fortalecendo uma cultura escolar baseada no respeito às diferenças, na equidade e na valorização da diversidade.

A FORMAÇÃO DOCENTE E A PARCERIA ENTRE ESCOLA, FAMÍLIA E EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NA INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

A efetivação da educação inclusiva depende, em grande medida, da formação dos professores e da construção de uma rede colaborativa entre escola, família e equipe multiprofissional.



Embora a legislação brasileira assegure o direito das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) à educação em classes comuns do ensino regular, a inclusão somente se concretiza quando os profissionais da educação dispõem de conhecimentos teóricos e práticos que lhes permitam planejar intervenções pedagógicas adequadas às necessidades de cada criança.

A formação inicial constitui um importante alicerce para a atuação docente; entretanto, diante das constantes transformações educacionais e dos avanços nas pesquisas sobre o desenvolvimento infantil e o TEA, torna-se indispensável investir na formação continuada. Cursos, grupos de estudos, seminários, oficinas pedagógicas e momentos de reflexão coletiva favorecem a atualização profissional e possibilitam ao professor conhecer metodologias inclusivas, recursos pedagógicos diversificados e estratégias baseadas em evidências científicas. Além disso, a formação permanente fortalece a segurança do docente diante dos desafios cotidianos e contribui para a construção de práticas pedagógicas mais qualificadas.

Outro aspecto essencial refere-se ao trabalho colaborativo desenvolvido no ambiente escolar. A inclusão não é responsabilidade exclusiva do professor regente, mas envolve gestores, coordenadores pedagógicos, professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), profissionais de apoio, auxiliares e demais membros da comunidade escolar. A construção coletiva de estratégias, o compartilhamento de experiências e a elaboração conjunta de planos de intervenção favorecem um atendimento mais integrado e coerente com as necessidades da criança.

A PARCERIA ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA TAMBÉM DESEMPENHA PAPEL DECISIVO NO PROCESSO DE INCLUSÃO.

Os familiares conhecem profundamente os hábitos, interesses, formas de comunicação e necessidades da criança, oferecendo informações valiosas para o planejamento pedagógico.



Os familiares conhecem profundamente os hábitos, interesses, formas de comunicação e necessidades da criança, oferecendo informações valiosas para o planejamento pedagógico. Da mesma forma, a escola pode orientar as famílias quanto às possibilidades de aprendizagem, desenvolvimento e participação da criança no contexto escolar. Esse diálogo permanente fortalece a confiança mútua e contribui para a continuidade das experiências educativas nos diferentes ambientes em que a criança está inserida.

Igualmente importante é a atuação da equipe multiprofissional, composta por psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicopedagogos, fisioterapeutas e outros especialistas, quando necessário. O trabalho integrado entre esses profissionais e a escola favorece a compreensão das características individuais da criança, possibilitando intervenções complementares que respeitem seu desenvolvimento global. Ressalta-se, contudo, que as decisões pedagógicas permanecem sob responsabilidade da equipe escolar, utilizando as orientações técnicas como subsídio para a construção de práticas inclusivas.

Por fim, a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva exige uma mudança de concepção sobre a diversidade humana. A criança com TEA não deve ser vista pelas limitações decorrentes do transtorno, mas pelas inúmeras possibilidades de aprendizagem, interação e desenvolvimento que apresenta quando encontra um ambiente acolhedor, acessível e estimulante. Dessa forma, a formação docente, o trabalho colaborativo e a parceria entre escola, família e equipe multiprofissional constituem pilares fundamentais para garantir uma Educação Infantil comprometida com a equidade, o respeito às diferenças e a promoção do desenvolvimento integral de todas as crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil representa um compromisso ético, social e educacional com a garantia do direito à aprendizagem, à participação e ao desenvolvimento integral de todas as crianças. Mais do que assegurar o acesso à escola, a educação inclusiva exige a construção de práticas pedagógicas que reconheçam as singularidades dos estudantes, valorizem suas potencialidades e promovam experiências educativas significativas em ambientes acolhedores e acessíveis.

Ao longo deste estudo, evidenciou-se que o desenvolvimento de estratégias pedagógicas inclusivas, como a organização de rotinas estruturadas, o uso de recursos visuais, a adaptação de materiais, as atividades lúdicas, a mediação docente e a avaliação formativa, contribui significativamente para favorecer a aprendizagem, a comunicação, a interação social e a autonomia das crianças com TEA. Essas práticas possibilitam que a criança participe ativamente das experiências propostas, fortalecendo seu sentimento de pertencimento ao grupo e ampliando suas oportunidades de desenvolvimento.

Também se destacou a importância da formação inicial e continuada dos professores como elemento indispensável para a consolidação de uma educação inclusiva de qualidade. O investimento na qualificação docente amplia os conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil, fortalece a utilização de metodologias inclusivas e favorece a construção de práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas e no respeito às diferenças individuais. Conclui-se, portanto, que a efetivação da inclusão na Educação Infantil depende do compromisso coletivo da comunidade escolar, da implementação de políticas públicas consistentes e da valorização de práticas pedagógicas centradas na equidade e no respeito à diversidade.

A escola deve assumir seu papel como espaço de convivência, aprendizagem e transformação social, garantindo que todas as crianças, independentemente de suas condições, tenham oportunidades de desenvolver plenamente suas capacidades. Dessa forma, promover a inclusão de crianças com TEA significa construir uma educação mais humana, justa e comprometida com a formação integral dos sujeitos desde os primeiros anos de vida.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.
- CUNHA, Eugênio. Autismo na Escola: Um Jeito Diferente de Aprender, um Jeito Diferente de Ensinar. 6. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2023.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer? 2. ed. São Paulo: Summus, 2015.
- MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: Contextos Sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- VYGOTSKY, Lev Semionovich. A Formação Social da Mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

RESUMO

A documentação pedagógica tem se consolidado como uma importante estratégia para acompanhar, interpretar e tornar visíveis os processos de aprendizagem das crianças na Educação Infantil. Diferentemente do registro meramente descritivo, essa prática possibilita ao professor observar, refletir e analisar as experiências vivenciadas pelas crianças, valorizando suas descobertas, hipóteses, interações e formas de expressão. O presente artigo tem como objetivo discutir a importância da documentação pedagógica como instrumento de planejamento, avaliação e fortalecimento do protagonismo infantil, evidenciando sua contribuição para a construção de práticas educativas mais democráticas e participativas. A pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliográfico, fundamentado em autores que discutem a infância, a pedagogia da escuta, a documentação pedagógica e a formação docente, além dos documentos normativos que orientam a Educação Infantil brasileira. Os resultados indicam que a documentação pedagógica favorece uma avaliação contínua e formativa, permitindo ao professor compreender os percursos de aprendizagem das crianças e reorganizar o planejamento pedagógico de acordo com seus interesses e necessidades. Além disso, fortalece a participação das famílias, promove o diálogo entre os profissionais da educação e contribui para a construção da memória pedagógica da instituição. Conclui-se que documentar não significa apenas registrar atividades realizadas, mas interpretar experiências, dar visibilidade às aprendizagens e reconhecer as crianças como sujeitos ativos na construção do conhecimento. Assim, a documentação pedagógica constitui um instrumento essencial para qualificar a prática docente e consolidar uma Educação Infantil pautada na escuta, na participação, na investigação e no respeito aos direitos de aprendizagem das crianças.

Palavras-chave: Documentação Pedagógica; Educação Infantil; Protagonismo Infantil; Avaliação Formativa; Planejamento Pedagógico.

ABSTRACT

Pedagogical documentation has become an important strategy for monitoring, interpreting, and making visible children's learning processes in Early Childhood Education. Unlike merely descriptive records, this practice enables teachers to observe, reflect on, and analyze children's experiences, valuing their discoveries, hypotheses, interactions, and forms of expression. This article aims to discuss the importance of pedagogical documentation as a tool for planning, assessment, and the promotion of children's protagonism, highlighting its contribution to more democratic and participatory educational practices. This is a bibliographic study based on literature concerning childhood education, the pedagogy of listening, pedagogical documentation, teacher education, and Brazilian educational policies. The findings indicate that pedagogical documentation supports continuous and formative assessment, allowing teachers to understand children's learning pathways and reorganize pedagogical planning according to their interests and needs. Furthermore, it strengthens family participation, encourages dialogue among educators, and contributes to the construction of the institution's pedagogical memory. It is concluded that documenting goes beyond recording activities; it involves interpreting experiences, making learning visible, and recognizing children as active subjects in the construction of knowledge. Therefore, pedagogical documentation is an essential tool for improving teaching practices and strengthening an Early Childhood Education based on listening, participation, inquiry, and respect for children's learning rights.

Keywords: Pedagogical Documentation; Early Childhood Education; Children's Protagonism; Formative Assessment; Pedagogical Planning.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é reconhecida como a primeira etapa da Educação Básica e possui papel fundamental na promoção do desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais e culturais. Nesse contexto, as práticas pedagógicas devem ser organizadas de modo a respeitar as singularidades da infância, garantindo experiências significativas que favoreçam a curiosidade, a criatividade, a investigação e a participação ativa das crianças na construção do conhecimento. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforçam que as interações e as brincadeiras constituem os eixos estruturantes do trabalho pedagógico, orientando a organização dos tempos, espaços, materiais e experiências vivenciadas nas instituições educativas.

Diante dessa perspectiva, a documentação pedagógica emerge como uma importante estratégia de observação, registro, reflexão e avaliação dos processos de aprendizagem desenvolvidos pelas crianças. Diferentemente de registros burocráticos ou meramente descritivos, a documentação pedagógica busca interpretar os percursos vivenciados pelas crianças, evidenciando suas hipóteses, descobertas, formas de comunicação, interações e produções. Assim, documentar significa tornar visível aquilo que, muitas vezes, permanece invisível nos processos cotidianos de aprendizagem, permitindo que professores, famílias e as próprias crianças acompanhem e compreendam o desenvolvimento das experiências educativas.

A concepção de documentação pedagógica tem forte influência das experiências desenvolvidas nas escolas de Educação Infantil de Reggio Emilia, na Itália, especialmente a partir das contribuições de Loris Malaguzzi. Nessa abordagem, a criança é compreendida como protagonista de sua aprendizagem, competente, curiosa e capaz de construir conhecimentos por meio das múltiplas linguagens. O professor assume o papel de pesquisador e observador atento, registrando os processos vivenciados pelas crianças para refletir continuamente sobre sua prática, reorganizar o planejamento e promover experiências cada vez mais significativas.

Na realidade educacional brasileira, a documentação pedagógica vem sendo progressivamente incorporada como instrumento de planejamento e avaliação formativa.



Fotografias, vídeos, portfólios, registros escritos, produções das crianças, gravações de falas, painéis e exposições constituem diferentes formas de documentar as experiências educativas. Esses registros não têm apenas a função de arquivar atividades realizadas, mas de revelar os processos de aprendizagem, evidenciar os avanços das crianças e subsidiar a tomada de decisões pedagógicas fundamentadas na observação sensível e na escuta qualificada.

Além de favorecer a reflexão docente, a documentação pedagógica fortalece a participação das famílias no cotidiano escolar. Ao compartilhar registros das experiências vividas pelas crianças, a escola aproxima os responsáveis do processo educativo, promovendo maior diálogo, compreensão sobre o desenvolvimento infantil e valorização das aprendizagens construídas no ambiente escolar. Dessa maneira, a documentação transforma-se em um instrumento de comunicação, transparência e fortalecimento da parceria entre escola e família.

Outro aspecto relevante refere-se à contribuição da documentação pedagógica para a construção de uma cultura de avaliação centrada nos processos de aprendizagem. Na Educação Infantil, a avaliação não possui caráter classificatório ou seletivo, mas assume uma função diagnóstica, contínua e formativa. A documentação possibilita ao professor acompanhar o percurso de cada criança, identificar interesses, potencialidades e desafios, reorganizando o planejamento de forma coerente com as necessidades do grupo e com os direitos de aprendizagem previstos na BNCC. Assim, os registros deixam de representar apenas evidências do que foi realizado e passam a constituir importantes instrumentos de investigação pedagógica.

Nesse sentido, documentar implica desenvolver um olhar investigativo sobre a infância, reconhecendo as crianças como sujeitos históricos, sociais e culturais que produzem conhecimentos em interação com os outros e com o meio em que vivem.



A documentação pedagógica valoriza a escuta atenta, o respeito às diferentes formas de expressão infantil e a construção coletiva do conhecimento, fortalecendo práticas pedagógicas participativas, democráticas e inclusivas.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar a importância da documentação pedagógica na Educação Infantil, destacando sua contribuição para tornar visíveis as aprendizagens das crianças, fortalecer o protagonismo infantil e qualificar os processos de planejamento, avaliação e reflexão sobre a prática docente. A pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliográfico, fundamentado em referenciais teóricos sobre infância, documentação pedagógica e avaliação na Educação Infantil, buscando contribuir para a consolidação de práticas educativas que reconheçam as crianças como protagonistas de seus processos de aprendizagem e desenvolvimento.

DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA: CONCEITOS, FUNDAMENTOS E CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

A documentação pedagógica constitui uma prática investigativa que permite registrar, interpretar e compreender os processos de aprendizagem vivenciados pelas crianças na Educação Infantil. Mais do que reunir fotografias, produções ou anotações sobre as atividades realizadas, documentar significa atribuir sentido às experiências educativas, evidenciando como as crianças pensam, interagem, exploram, criam hipóteses e constroem conhecimentos em diferentes contextos. Trata-se, portanto, de um instrumento de observação, reflexão e planejamento que fortalece a qualidade das práticas pedagógicas.



Esse conceito ganhou destaque internacional a partir das experiências desenvolvidas nas escolas municipais de Reggio Emilia, na Itália, inspiradas pelo educador Loris Malaguzzi. Nessa perspectiva, a criança é reconhecida como um sujeito competente, protagonista de sua aprendizagem e capaz de expressar suas ideias por meio das "cem linguagens da infância". A documentação pedagógica torna visíveis essas múltiplas formas de expressão, permitindo que professores, crianças e famílias acompanhem os percursos de aprendizagem e reflitam sobre eles de maneira coletiva.

No contexto brasileiro, a documentação pedagógica encontra respaldo nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orientam uma avaliação contínua, qualitativa e centrada no acompanhamento do desenvolvimento infantil. Esses documentos reforçam que avaliar na Educação Infantil significa observar cuidadosamente as experiências das crianças, registrando seus avanços, interesses, descobertas e desafios, sem objetivos classificatórios ou comparativos.

A observação atenta é o ponto de partida para uma documentação pedagógica significativa. O professor precisa desenvolver um olhar sensível para perceber as iniciativas das crianças, suas formas de comunicação, suas perguntas, brincadeiras e estratégias de resolução de problemas. Esses registros podem ocorrer por meio de relatos escritos, fotografias, vídeos, gravações de áudio, desenhos, portfólios, mapas de aprendizagem e outros recursos que revelem os processos vivenciados no cotidiano escolar. Entretanto, registrar não basta. A documentação exige análise e interpretação dos dados coletados, permitindo ao professor compreender os caminhos percorridos pelas crianças e identificar possibilidades para ampliar suas experiências de aprendizagem. Dessa forma, os registros tornam-se instrumentos de pesquisa sobre a própria prática docente, favorecendo o planejamento de propostas mais coerentes com os interesses do grupo e com os direitos de aprendizagem previstos na BNCC.



Além de subsidiar o planejamento pedagógico, a documentação fortalece uma cultura de valorização da infância. Ao tornar visíveis as aprendizagens, reconhece-se a criança como protagonista de seu desenvolvimento, respeitando seu tempo, suas formas de expressão e sua capacidade de produzir conhecimentos. Assim, a documentação pedagógica deixa de ser apenas um recurso administrativo e transforma-se em uma prática ética, reflexiva e democrática, comprometida com a construção de uma Educação Infantil que valoriza a escuta, a participação e o desenvolvimento integral de todas as crianças.

A DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO FORMATIVA E PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A documentação pedagógica desempenha um papel essencial na organização do trabalho docente, especialmente por subsidiar os processos de avaliação formativa e de planejamento na Educação Infantil. Diferentemente de uma avaliação centrada em resultados ou na classificação das crianças, a avaliação formativa busca compreender os percursos de aprendizagem, valorizando os avanços, as descobertas, as interações e as diferentes formas de participação das crianças nas experiências educativas. Nesse contexto, a documentação torna-se um instrumento de investigação que permite ao professor analisar continuamente sua prática e reorganizar as propostas pedagógicas de acordo com as necessidades e os interesses do grupo.

Na Educação Infantil, avaliar significa acompanhar o desenvolvimento das crianças de maneira contínua e qualitativa, considerando suas múltiplas linguagens, seus processos de socialização, suas formas de brincar, explorar, comunicar-se e construir conhecimentos.



A documentação pedagógica possibilita que esses processos sejam registrados de forma sistemática, por meio de fotografias, vídeos, produções artísticas, registros escritos, portfólios, narrativas pedagógicas e transcrições das falas das crianças. Esses materiais revelam aspectos do desenvolvimento infantil que, muitas vezes, não seriam percebidos apenas pela observação cotidiana.

Ao analisar os registros produzidos, o professor pode identificar interesses recorrentes, hipóteses formuladas pelas crianças, desafios enfrentados, estratégias utilizadas para resolver problemas e avanços conquistados ao longo do tempo. Essas informações tornam-se fundamentais para o planejamento de novas experiências de aprendizagem, garantindo que as propostas pedagógicas dialoguem com a realidade do grupo e respeitem os diferentes ritmos de desenvolvimento. Dessa maneira, o planejamento deixa de ser um documento estático e passa a constituir um processo dinâmico, flexível e continuamente alimentado pelas evidências produzidas na documentação pedagógica.

Outro aspecto relevante refere-se ao fortalecimento da prática reflexiva do professor. Ao revisar os registros, o docente amplia sua compreensão sobre o impacto das estratégias utilizadas, identifica possibilidades de aprimoramento e desenvolve uma postura investigativa diante de sua prática. Essa reflexão permanente contribui para a construção de uma docência mais consciente, fundamentada e comprometida com a promoção de experiências significativas para todas as crianças.

A documentação pedagógica também favorece a transparência dos processos educativos e fortalece a relação entre escola e família.



Ao compartilhar registros que evidenciam as aprendizagens, a instituição permite que os familiares acompanhem o desenvolvimento das crianças, compreendam os objetivos das propostas pedagógicas e reconheçam a importância das experiências vivenciadas no cotidiano escolar. Essa aproximação fortalece a confiança entre escola e família e amplia as possibilidades de colaboração no processo educativo.

Portanto, quando integrada ao planejamento e à avaliação formativa, a documentação pedagógica deixa de representar apenas um conjunto de registros e transforma-se em um instrumento de reflexão, pesquisa e qualificação da prática docente. Ao tornar visíveis os percursos de aprendizagem das crianças, ela contribui para uma Educação Infantil mais democrática, participativa e comprometida com o desenvolvimento integral, respeitando os direitos de aprendizagem e os princípios estabelecidos pela legislação educacional brasileira.

O PROTAGONISMO INFANTIL E A DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA: CONSTRUINDO UMA CULTURA DA ESCUTA E DA PARTICIPAÇÃO

O reconhecimento das crianças como protagonistas de seus processos de aprendizagem constitui um dos princípios fundamentais da Educação Infantil contemporânea. Essa concepção rompe com práticas pedagógicas centradas exclusivamente na transmissão de conhecimentos e compreende a criança como um sujeito ativo, competente, curioso e capaz de interpretar o mundo, construir hipóteses, expressar sentimentos e produzir cultura por meio das interações, das brincadeiras e das múltiplas linguagens. Nesse contexto, a documentação pedagógica assume papel essencial ao tornar visíveis essas experiências e valorizar a participação efetiva das crianças no cotidiano escolar.



A construção do protagonismo infantil está diretamente relacionada à prática da escuta sensível. Escutar as crianças significa reconhecer suas ideias, opiniões, perguntas, curiosidades e formas de comunicação como elementos centrais do planejamento pedagógico. O professor deixa de ocupar exclusivamente a posição de transmissor de conteúdos para atuar como pesquisador, mediador e parceiro das investigações infantis. Dessa maneira, a documentação pedagógica possibilita registrar não apenas o produto final das atividades, mas, principalmente, os processos vivenciados, as descobertas realizadas e os significados construídos pelas crianças ao longo das experiências. Quando os registros valorizam as falas, os desenhos, as brincadeiras, as produções artísticas, as hipóteses e as interações das crianças, estas passam a reconhecer suas próprias aprendizagens e a desenvolver maior autonomia, autoestima e senso de pertencimento. Ao revisar fotografias, portfólios, painéis, vídeos e narrativas pedagógicas, as crianças retomam experiências anteriores, refletem sobre suas descobertas e ampliam suas possibilidades de expressão. Esse movimento fortalece a construção da identidade, da memória e da capacidade de participação ativa nos processos educativos.

A documentação pedagógica também favorece a construção de um currículo vivo e flexível, organizado a partir dos interesses, das curiosidades e das necessidades das crianças. Em vez de seguir exclusivamente um planejamento previamente definido, o professor utiliza os registros produzidos no cotidiano para reorganizar propostas, ampliar investigações e promover experiências mais significativas. Essa perspectiva aproxima-se dos princípios da pedagogia da escuta, na qual o currículo é continuamente reconstruído a partir das relações estabelecidas entre crianças, professores, famílias e comunidade.

Outro aspecto relevante refere-se à democratização das relações no ambiente educativo. Ao compartilhar a documentação pedagógica com as famílias e com a comunidade escolar, amplia-se a compreensão sobre o trabalho desenvolvido na Educação Infantil, valorizando os processos de aprendizagem e fortalecendo a corresponsabilidade pela educação das crianças. Os registros tornam-se instrumentos de diálogo, reflexão e participação, aproximando diferentes sujeitos em torno de um projeto educativo comum.



Assim, a documentação pedagógica configura-se como uma prática que vai além do registro das atividades realizadas. Ela constitui um processo permanente de observação, interpretação e reflexão que reconhece as crianças como protagonistas da aprendizagem, fortalece a prática docente, promove a participação das famílias e contribui para a construção de uma Educação Infantil comprometida com a escuta, a investigação, a participação democrática e o desenvolvimento integral. Ao tornar visíveis as experiências infantis, a documentação reafirma o direito das crianças de serem ouvidas, respeitadas e reconhecidas como sujeitos de direitos e produtoras de conhecimento desde os primeiros anos de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A documentação pedagógica constitui uma das mais importantes ferramentas para qualificar as práticas educativas na Educação Infantil, pois possibilita compreender as crianças em seus processos de aprendizagem, respeitando suas singularidades, seus tempos de desenvolvimento e suas diferentes formas de expressão. Ao longo deste estudo, evidenciou-se que documentar não significa apenas registrar atividades realizadas, mas construir um processo permanente de observação, interpretação e reflexão que torna visíveis as experiências, as descobertas e os conhecimentos produzidos pelas crianças em seu cotidiano.

Verificou-se que a documentação pedagógica fortalece a prática docente ao subsidiar o planejamento, a avaliação formativa e a reorganização das experiências educativas.

Por meio de registros intencionalmente produzidos, o professor amplia sua compreensão sobre os interesses, as hipóteses, os avanços e os desafios das crianças, promovendo intervenções pedagógicas mais significativas e coerentes com os direitos de aprendizagem estabelecidos para a Educação Infantil. Dessa forma, o planejamento torna-se dinâmico, investigativo e sensível às necessidades do grupo, favorecendo práticas mais contextualizadas e participativas.

Outro aspecto evidenciado refere-se ao fortalecimento do protagonismo infantil. Ao valorizar as falas, as produções, as brincadeiras e as diferentes linguagens das crianças, a documentação pedagógica reconhece sua capacidade de investigar, criar, comunicar e construir conhecimentos. Esse processo contribui para o desenvolvimento da autonomia, da autoestima, da identidade e da participação ativa das crianças na construção do currículo, consolidando uma concepção de infância baseada no respeito, na escuta e na valorização da diversidade.

A pesquisa também destacou a importância da documentação pedagógica como instrumento de aproximação entre escola e família. O compartilhamento dos registros amplia a compreensão dos familiares sobre as experiências vivenciadas pelas crianças, fortalece a confiança na instituição e favorece uma atuação colaborativa no acompanhamento do desenvolvimento infantil. Além disso, contribui para a construção da memória pedagógica da instituição, valorizando a trajetória das crianças e das práticas educativas desenvolvidas ao longo do tempo.



Conclui-se, portanto, que a documentação pedagógica representa um elemento essencial para a consolidação de uma Educação Infantil democrática, investigativa e comprometida com a qualidade social da educação. Quando compreendida como prática reflexiva e intencional, ela fortalece a ação docente, promove a participação das crianças, aproxima as famílias do cotidiano escolar e transforma a avaliação em um processo contínuo de construção do conhecimento. Assim, investir na formação dos professores para o desenvolvimento da documentação pedagógica significa fortalecer uma cultura educativa pautada na escuta, na participação, na reflexão crítica e na garantia dos direitos das crianças, contribuindo para uma educação mais humanizada, significativa e alinhada aos princípios da educação contemporânea.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Por Amor e por Força: Rotinas na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora: Uma Prática em Construção da Pré-Escola à Universidade. 35. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.

MALAGUZZI, Loris. Histórias, Ideias e Filosofia Básica. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (org.). As Cem Linguagens da Criança: A Experiência de Reggio Emilia em Transformação. Porto Alegre: Penso, 2016.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação Infantil: Fundamentos e Métodos. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2022.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. Pedagogia(s) da Infância: Dialogando com o Passado e Construindo o Futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

RINALDI, Carla. Diálogos com Reggio Emilia: Escutar, Investigar e Aprender. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Currículo da Cidade: Educação Infantil. São Paulo: SME, 2019.

AGRADECIMENTOS

A equipe editorial da Revista Ciência & Evolução expressa sua sincera gratidão a todos os autores, pareceristas, pesquisadores, professores e colaboradores que contribuíram para a construção desta edição. Cada artigo publicado representa o compromisso com a produção e a socialização do conhecimento científico, fortalecendo o diálogo entre a pesquisa e a prática educacional.

Agradecemos, de modo especial, aos autores que confiaram em nosso trabalho e compartilharam suas experiências, reflexões e investigações, enriquecendo esta edição com estudos relevantes e atuais. Nosso reconhecimento também se estende aos avaliadores, cuja dedicação, rigor científico e compromisso ético foram fundamentais para assegurar a qualidade acadêmica dos textos publicados.

Manifestamos nossa gratidão às instituições de ensino, aos grupos de pesquisa e aos profissionais da educação que, diariamente, contribuem para a construção de uma educação mais inclusiva, democrática e transformadora. O trabalho desenvolvido por esses profissionais inspira novas reflexões e reafirma a importância da pesquisa como instrumento de inovação e desenvolvimento social.

Agradecemos, ainda, aos leitores que acompanham a trajetória da Revista Ciência & Evolução, valorizando a divulgação científica e incentivando a produção de novos conhecimentos. É por meio desse diálogo permanente entre autores, leitores e pesquisadores que fortalecemos nossa missão de promover a educação, a ciência e a formação continuada.

Que esta edição contribua para ampliar debates, inspirar práticas pedagógicas inovadoras e estimular novas pesquisas comprometidas com a excelência acadêmica e com a transformação da realidade educacional.

Equipe Editorial

Revista Ciência & Evolução